

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO – ESAG/CCA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Florianópolis, março de 2007.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1. IDENTIFICAÇÃO: DADOS BÁSICOS DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	12
2. HISTÓRICO DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO/ESAG.....	13
2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE SOCIAL.....	15
2.1.1. Demonstração da capacidade de absorção, pelo mercado de trabalho atual e futuro, dos profissionais da categoria vista pelo curso.....	18
3. OBJETIVOS.....	21
3.1. OBJETIVOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	21
3.2. ÂMBITO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL.....	22
3.3. CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	22
4. PERFIL PROFISSIONAL.....	26
5. PROPOSTA PEDAGÓGICA	31
5.1. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO	31
5.2 PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	35
5.3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES EXIGIDAS.....	35
5.4 PERÍODO E LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO PROPOSTO	35
5.5 TURNO DE OFERTA.....	35
5.6 NÚMERO ATUAL DE VAGAS DO CURSO PROPOSTO	35
5.7 DURAÇÃO E PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO PROPOSTO	36
5.8 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO PROPOSTO	36
5.9 REGIME DO CURSO PROPOSTO	36
5.10 CONDIÇÕES DE INGRESSO	36
5.10.1 Concurso Vestibular	36
5.10.2 Transferências/Reingresso/Retorno.....	37
5.11 PERCENTUAL CANDIDADO/VAGA NOS TRÊS ÚLTIMOS CONCURSOS VESTIBULARES	37
5.12 IDENTIFICAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS DE ENSINO	37
5.13 ESTRUTURA CURRICULAR	38
5.13.1 Matriz curricular vigente do Curso de Administração de Serviços Públicos desde 2005/1	38
5.13.2 Alteração das disciplinas do 7º e 8º termos da matriz curricular implantada em 2005/1– vigência a partir de 2007/2	42
5.13.3 Quadro de equivalências das disciplinas propostas para o 7º e 8º Termos	45
5.13.4 Matriz curricular vigente do Curso de Administração de Serviços Públicos desde 2005/1, com as alterações feitas para as disciplinas do 7º e 8º Termos	48

5.13.5 Ementas e bibliografias das disciplinas propostas para o 7º e 8º Termos do curso de graduação em Administração de Serviços Públicos	51
5.13.6 Matriz curricular proposta para o curso de graduação em Administração Pública – vigência 2007/2.....	57
5.13.6.1 Áreas do Conhecimento/Disciplinas Integrantes do currículo	59
5.13.6.2 Quadro de equivalências	62
5.13.7 Plano de extinção gradativa do currículo.....	69
5.13.8 Plano de Implantação da matriz curricular	70
5.13.9 Rol de disciplinas, ementários e bibliografia do curso de Administração Pública. .	75
5.13.10 Descrição dos enfoques	99
5.13.10.1 Disciplinas obrigatórias de formação básica e profissional	99
5.13.10.2 Disciplinas de aprofundamento ou de diversificação da formação.....	99
5.13.10.3 Estágio Curricular	99
5.13.10.4 Iniciação científica e integração da teoria com a prática	100
5.13.10.5 Estudos independentes.....	104
5.13.10.6 Atividades complementares	104
5.13.10.7 Práticas pedagógicas/métodos de ensino aprendizagem	105
6. AVALIAÇÃO DO CURSO	108
6.1 FORMAS, EXPERIÊNCIAS E RESULTADOS DE AVALIAÇÕES DO CURSO QUANTO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	108
6.2 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	112
7. CORPO DOCENTE DO CURSO	114
7.1 IDENTIFICAÇÃO DOS DOCENTES POR DISCIPLINAS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	114
8. RECURSOS EXISTENTES E A SEREM ADQUIRIDOS	118
8.1 PESSOAL	118
8.1.1 Necessidade de Contratação de Pessoal	121
8.2 MATERIAL	121
8.3 LABORATÓRIOS/SALAS ESPECIAIS	122
9. ACERVO E REGIME DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA	123
ANEXO 1	126
ANEXO 2	134
ANEXO 3	136
ANEXO 4	139
ANEXO 5	142

APRESENTAÇÃO

Em 29 de setembro de 2006, o Diretor Geral do CCA/ESAG/UDESC constituiu Comissão para Reforma Curricular dos Cursos de Graduação em Administração: Linha de Formação em Administração Empresarial e do Curso de Graduação em Administração em Serviços Públicos do Centro de Ciências da Administração – ESAG, integrada pelos seguintes professores e acadêmicos: Prof. Marco Antonio Seifriz (Presidente), Prof. Nério Amboni (Coordenador), Prof. Arnaldo José de Lima, Prof. Francisco Gabriel Heidmann, Prof^a Janice Milene Bogo, Prof^a Maria Éster Menegasso, Prof. Marcus Tomasi e pelos acadêmicos Douglas Resmini Balena e Leandro Damásio. Para facilitar o desenvolvimento dos trabalhos foram constituídas duas subcomissões, ou seja, uma para a reforma curricular do Curso de Graduação em Administração: Linha de Administração Empresarial integrada pelos professores Marcus Tomasi (Coordenador do Curso de Administração: Linha de Formação em Administração Empresarial), Arnaldo José de Lima e pelo representante discente Douglas Resmini Balena e outra para a reforma curricular do Curso de Graduação em Administração de Serviços Públicos integrada pelos professores Francisco Gabriel Heidmann, Maria Éster Menegasso (Coordenadora do Curso de Graduação em Administração de Serviços Públicos) e pelos acadêmicos Leandro Damásio e Rodrigo Abella. As duas subcomissões foram presididas pelo Prof. Marco Antonio Seifriz e coordenadas pelo Prof. Nério Amboni. (PORTARIA nº 042/06).

A Comissão tinha por finalidade proceder a revisão e análise do Projeto pedagógico implementado em 2005/1, com o intuito de adequar e elaborar um novo Projeto Pedagógico para alterar o Curso de Administração de Serviços Públicos para Administração Pública, para atender as Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas para os Cursos de Graduação em Administração.

A Comissão tinha por finalidade a revisão, análise e elaboração de um projeto pedagógico que contemple:

- a) definição e implementação de um currículo que valorizasse as áreas de conhecimentos contempladas nas Diretrizes Curriculares;

- b) mudança do nome do curso de Administração de Serviços Públicos para Administração Pública para atender as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Administração;
- c) alinhamento com o planejamento estratégico do CCA/ESAG/UDESC implementado em 2006;
- d) implementação de um currículo que possibilitasse a realização de trabalhos extra-classe: atividade de ensino, pesquisa e extensão;
- e) desenvolvimento de competências, habilidades e de atitudes;
- f) metodologia de ensino-aprendizagem e de avaliação diversificada que levasse o aluno a pensar como forma de se assegurar a eficácia e efetividade do currículo;
- g) desenvolvimento de planos de atualização e de capacitação docente para se adequarem a nova filosofia do currículo do curso;
- h) desenvolvimento de mecanismos que motivassem os docentes e discentes na busca permanente por padrões de qualidade superior;
- i) manutenção e modernização do acervo e dos laboratórios, dentre outros aspectos físicos e estruturais.

A subcomissão passou a elaboração Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública, após a revisão, análise do Projeto Pedagógico do Curso de Administração de Serviços Públicos,

O Projeto Pedagógico para o Curso de Administração Pública, englobou as etapas denominadas de ANTECEDENTES, INTERMEDIÁRIAS E DE RESULTADOS, a luz do que estabelece a Resolução nº 043/2004 - CONSEPE –, a Lei nº 9.294/96 (LDB)¹, as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Administração estabelecidas pela Resolução nº 4 de 13 de julho de 2005 pelo CNE², a Resolução nº 025/2006 – CONSEPE, as diretrizes e a matriz para elaboração e reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da definidas pela PROEN.

¹ BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394/96 (LDB). Brasília/DF, **Diário Oficial da União**, de 23 de dezembro de 1996.

² BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CES/CNE nº 4 de 13 de julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado, e dá outras providências. Brasília, 2005.

Precedendo o novo projeto pedagógico, a Comissão responsável pela revisão, análise e elaboração do novo Projeto Pedagógico para o Curso de Administração Pública promoveu, em 2006, o desenvolvimento das seguintes etapas:

ETAPAS ANTECEDENTES

Para facilitar os trabalhos a Comissão responsável pela revisão, análise e elaboração do Projeto Pedagógico para o Curso de Administração de Pública a comissão organizou documento com informações contendo:

- a) planejamento estratégico do CCA/ESAG/UDESC, implementado em 2006/2;
- b) Pesquisa Nacional realizada pelo Conselho Federal de Administração em 2003 sobre o perfil, formação, atuação e oportunidades de trabalho do administrador;
- c) Resolução nº 4 de 13 de julho de 2005 do Conselho Nacional de Educação que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Administração, Bacharelado, e dá outras providências³;
- d) Resolução nº 025/2006 – CONSEPE, que trata do valor do crédito em horas-aula e do conceito de hora-aula e de hora-relógio⁴;
- e) Resolução nº 043/2004 – CONSEPE, que trata da reformulação de projetos pedagógicos de cursos;
- f) rol de disciplinas com seus respectivos ementários do Curso de Administração vigente por departamento de ensino e de forma global;
- g) premissas básicas para a revisão e elaboração de Projetos Pedagógicos para cursos de graduação (bacharelado), estabelecidas pela PROEN;

³ Ibidem.

⁴ Art. 1º - As cargas horárias previstas para a integralização dos currículos dos cursos de graduação da UDESC devem ser cumpridas de acordo com o conceito de **hora-relógio (60 minutos) e não de hora-aula**, já que estas podem ser variáveis.

Art. 2º - A carga horária de cada disciplina e dos currículos dos cursos de graduação da UDESC devem ser integralizados, em seus currículos mínimos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais ou de Parecer equivalente, considerando-se **horas de 60 (sessenta) minutos**.

Art. 3º - A **duração da hora-aula na UDESC é de 50 (cinquenta) minutos**.

Art. 4º - O valor do crédito de cada disciplina dos currículos dos cursos de graduação da UDESC é de **18 (dezoito) horas**.

Art. 5º - Para o cumprimento do artigo anterior, o semestre letivo será composto de, no **mínimo, 18 (dezoito) semanas e 108 (cento e oito) dias letivos**.

- h) premissas básicas estabelecidas pela Direção Geral do CCA/ESAG/UDESC, no que tange a criação de disciplinas comuns junto aos cursos de graduação em Administração: Linha de Formação em Administração Empresarial e de Administração Pública, ou seja, com o mesmo nome, carga horária e créditos;
- i) as premissas definidas pela Pró-Reitoria de Extensão da UDESC;
- j) matriz para os professores do curso revisarem, por departamento através dos conteúdos curriculares previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Administração, as disciplinas, ementários e bibliografia básica e complementar;
- k) Além da organização do documento, a Comissão responsável em conjunto com a Direção Geral, de Ensino, de Pesquisa e de Extensão, Coordenação de Estágios, Chefes de Departamento de Ensino e com os Representantes Discentes e da Comunidade externa procuraram realizar, ainda:
 - 1) diagnóstico e análise da articulação horizontal e vertical dos conteúdos das disciplinas constantes no Projeto Pedagógico do Curso de Administração vigente: segmento discente e docente;
 - 2) diagnóstico e análise da articulação horizontal e vertical dos conteúdos das disciplinas constantes no Projeto Pedagógico do Curso de Administração vigente: segmento discente e docente;
 - 3) análise da realidade atual do curso: pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças (currículo do curso, corpo docente, discente, infra-estrutura física, tecnológica, de materiais, instalações, biblioteca e laboratórios).
 - 4) diagnóstico e análise das atividades de pesquisa e de extensão em relação ao ensino, visando a integração da teoria versus prática.

ETAPAS INTERMEDIÁRIAS

A partir da organização das informações resultantes da Etapa Antecedentes, a Comissão responsável pela revisão, análise e elaboração do novo Projeto Pedagógico para o Curso de Administração Pública realizou as seguintes etapas:

- 1) Realização de reunião com a Direção Geral; Direção Assistente de Ensino, Direção Assistente de Pesquisa e de Extensão, Chefes de Departamentos, Coordenadores de Curso, Coordenador de Estágios e representantes discentes e da comunidade externa. Na reunião, a Comissão procurou esclarecer aos participantes a metodologia de trabalho, as informações constantes no documento elaborado pela Comissão entregue com antecedência para todos os participantes, assim como dados e informações resultantes dos diagnósticos realizados. Na referida reunião foram esclarecidas as dúvidas e acatadas as sugestões dos segmentos envolvidos no processo.

- 2) Realização de reuniões com todos os docentes do Curso de Administração de Serviços Públicos para explicar as informações constantes no documento, assim como os dados e as informações resultantes dos diagnósticos realizados com encaminhamento antecipado para cada Chefe de Departamento de Ensino, docentes, representantes discentes e da comunidade para facilitar a condução dos trabalhos nas reuniões. Nestas reuniões foram esclarecidos os fundamentos básicos que delineiam as Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas para os Cursos de Graduação em Administração, bem como a metodologia de trabalho e a proposta de grade curricular apresentada pela Comissão. A Comissão pode coletar subsídios para proceder a revisão e ajustes necessários.

- 3) A coordenadora do Curso de Administração de Serviços Públicos e chefe do DEAP realizou reuniões com todos os docentes do curso para discutir metodologia de trabalho e a proposta de grade curricular apresentada pela Comissão, visando coletar subsídios para proceder à revisão e ajustes necessários. (Foram realizadas reuniões com o Depto em 30 de outubro de 2006, 13 de novembro de 2006, 06 e 14 de dezembro de 2006).

- 4) Realização de nova reunião com os segmentos envolvidos no processo para apresentação da nova grade curricular elaborada através dos conteúdos curriculares contemplados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas para os Cursos de Administração. Os segmentos envolvidos no

processo (Direção Geral, Direção Assistente de Ensino, Direção de Pesquisa e de Extensão, Coordenador de Estágios, professores e representantes discentes e da comunidade) aprovaram a nova matriz curricular (reunião realizada em 06 de dezembro de 2006).

- 5) Realização de reuniões por departamento de ensino para adequação dos fundamentos constantes na planilha elaborada pela Comissão responsável pela revisão, análise e elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública (disciplina, ementa, bibliografia básica e complementar), visando assegurar a integração vertical e horizontal dos conteúdos programáticos.
- 6) Em 24 de março de 2007 a coordenadora do Curso de Administração de Serviços Públicos e chefe do DEAP realizou reunião para a discussão da grade aprovada pelo depto em 2006, para revisão e adequações finais.

ETAPAS DE RESULTADOS

De posse dos resultados de todas as etapas (anteriores e intermediárias) a Coordenadora do Curso de Administração de Serviços Públicos Prof^a. Maria Ester Menegasso em conjunto com o Coordenador da Comissão Prof. Nério Amboni, contando com o apoio da Técnica Universitária de Desenvolvimento Cecília Just Milanez Coelho, elaborou o presente documento denominado **Projeto Pedagógico para o Curso de Graduação em Administração Pública** do Centro de Ciências da Administração/ESAG da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

O mesmo foi sistematizado e organizado, segundo o que estabelece as diretrizes e a matriz para elaboração e reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UDESC definidas pela Pró-Reitoria de Ensino em 2004. (RESOLUÇÃO nº 043/2004 – CONSEPE).

De posse do documento organizado, a Comissão em conjunto com a Direção Geral, de Ensino, de Pesquisa e Extensão, Coordenação de Curso e de Estágios, Chefes de Departamentos de Ensino e Representantes Discentes e da Comunidade decidiu:

Aprovar junto ao CONCENTRO o Projeto Pedagógico para o Curso de Administração Pública para ser implementado a partir de 2007/2. A Direção Geral da ESAG de posse do Projeto Pedagógico aprovado pelo CONCENTRO em 30 de março de 2007, encaminhou para a Pró-Reitoria de Ensino da UDESC para providências necessárias.

Em 08 de maio de 2007, a Comissão apresentou ao Conselho de Centro do CCA/ESAG/UDESC proposta de alteração das disciplinas do 7º e 8º Termos. A revisão e análise destas disciplinas, dos ementários e das bibliografias tiveram por objetivo: a) fortalecer a integração horizontal e vertical dos conteúdos programáticos das disciplinas anteriores e posteriores; b) possibilitar a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade; c) reduzir o número de disciplinas com 02 (dois) créditos; d) excluir a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso; e) excluir as disciplinas de Tópicos Especiais I e II. A proposta foi aprovada pelo Conselho e encaminhada a PROEN.

Organização do documento

A primeira parte do documento demonstra informações relativas a identificação do curso, ou seja, dados de autorização, reconhecimento, título concedido, dentre outros aspectos relativos ao Curso de Administração de Serviços Públicos vigente e proposta para o Curso de Administração Pública do Centro de Ciências da Administração – UDESC/CCA/ESAG.

A segunda parte apresenta o histórico do curso de Administração de Serviços Públicos vigente, bem como a justificativa da necessidade social, a demonstração da capacidade de absorção, pelo mercado de trabalho atual e futuro para a implantação do Curso de Administração Pública.

Na terceira parte são apresentados os objetivos do curso de Administração Pública, âmbito de atuação do profissional e os campos privativos de atuação profissional.

A quarta parte demonstra o perfil do profissional a ser formado pelo curso de Administração Pública. O perfil foi desenhado com base em

competências que os mesmos devem ter para desempenhar com desenvoltura as atividades da Administração junto às organizações e ao meio.

A quinta parte engloba a proposta pedagógica, contendo os seguintes aspectos:

- 1) as diretrizes curriculares nacionais aprovadas para os Cursos de Graduação em Administração;
- 2) os princípios que norteiam a formação profissional;
- 3) as competências e as habilidades exigidas;
- 4) o período e local de funcionamento do curso;
- 5) o turno de oferta;
- 6) o número de vagas;
- 7) a duração e o período de integralização;
- 8) a carga horária total do curso;
- 9) o regime;
- 10) as condições de ingresso;
- 11) a estrutura curricular (matriz curricular vigente desde 2005/1; a matriz curricular proposta);
- 12) o desdobramento dos campos de conhecimentos definidos pelas diretrizes curriculares em relação às disciplinas do curso de Administração Pública pertinentes aos conteúdos de Formação Básica, Formação Profissional, Estudos Quantitativos e suas Tecnologias e Conteúdos de Formação Complementar, com o número de créditos e com a sua respectiva carga horária;
- 13) o quadro de equivalência;
- 14) o plano de extinção gradativa do currículo anterior;
- 15) o plano de implantação da nova matriz curricular;
- 16) o rol de disciplinas do curso proposto por Departamento de Ensino da ESAG, contendo dados de identificação, ementários e bibliografia básica;
- 17) a descrição dos enfoques:
 - as disciplinas obrigatórias de formação básica e profissional;
 - as disciplinas de aprofundamento de estudos;
 - a carga horária destinada para os estudos independentes e/ou atividades programadas;

- o estágio curricular;
- os estudos independentes;
- as atividades complementares;
- a iniciação científica e a integração da teoria versus prática;
- as atividades extracurriculares.

Na sexta parte é demonstrado o sistema de avaliação do curso e aproveitamento escolar.

Na sétima parte é verificada a realidade do corpo docente do curso: a identificação dos docentes do curso por disciplinas; a identificação dos docentes do curso/situação funcional/regime de trabalho/titulação.

Na oitava parte são visualizados os recursos existentes em termos de pessoal e materiais.

Na nona parte são demonstrados os laboratórios/salas especiais.

Na décima parte são verificados os recursos humanos e na décima primeira o acervo e regime de funcionamento da biblioteca.

Por fim, demonstram-se os Anexos 1, 2, 3, 4 e 5.

O Anexo 1 trata da Resolução 017/2004 – CONSEPE que Regulamenta o ingresso aos cursos de graduação da UDESC a alunos transferidos interna e externamente, reingresso após abandono e retorno aos portadores de diploma de curso superior.

O Anexo 2 versa sobre Resolução 003/93 – CONSEPE no que tange ao aproveitamento escolar.

O Anexo 3 contém os indicadores de entrada, de processos e de resultados que serviram e servem de base para a avaliação do curso como um todo.

O Anexo 4 versa sobre a Resolução 025/2006 CONSEPE que trata do número de dias letivos e do valor do crédito em hora-aula.

O Anexo 5 contempla a Resolução nº 005/2006 - CONSEPE que trata das atividades complementares.

1. IDENTIFICAÇÃO: DADOS BÁSICOS DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os Quadros de números 1 e 2 demonstram a evolução histórica com informações relativas às alterações curriculares promovidas pelo Centro de Ciências da Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC/CCA/ESAG:

Quadro 1 – Dados da 1ª Matriz Curricular do Curso de Administração de Serviços Públicos

Vigência de 2º sem./ 2004	a 1º semestre de 2005
Título concedido	Bacharel em Administração
Início do Curso	Agosto de 2004
Nº de fases	8 fases
Carga horária total	3060 h/a
Créditos	204
Estágio Obrigatório	300 horas-aula

Quadro 2 – Dados da 2ª Matriz Curricular do Curso de Administração de Serviços Públicos

Vigência de 1º sem./ 2005	a 1º semestre de 2007
Título concedido	Bacharel em Administração
Início do Curso	Agosto de 2004
Nº de fases	8 fases
Carga horária total	3060 h/a
Créditos	200
Estágio Obrigatório	300 horas-aula

Quadro 3 – Dados da Matriz Curricular do Curso de Administração Serviços Públicos: currículo vigente, com os ajustes feitos proposto para 2007/2 no 7º e 8º Termos do currículo vigente desde 2005/1

Vigência de 2º sem./ 2007	a
Título concedido	Bacharel em Administração
Início do Curso	Agosto de 2004
Nº de fases	8 fases
Carga horária total	3060 h/a
Créditos	200
Estágio Obrigatório	300 horas-aula
Currículo proposto	Esta grade estará totalmente extinta em 2010/2

Quadro 4 – Dados da Matriz Curricular do Curso de Administração Pública 2007/2:

Vigência a partir de 2007/2
Título concedido	Bacharel em Administração Pública
Início do Curso	Agosto de 2004
Nº de fases	8 fases
Carga horária total	3600 h/a
Créditos	200
Estágio Obrigatório	360 horas-aula

2. HISTÓRICO DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO/ESAG

FUNDAÇÃO

A ESAG foi fundada em 16 de outubro de 1964, com o nome inicial de Fundação Escola de Administração e Gerência, mas só começou a operar em março de 1966, com a admissão da primeira turma. O 1º ano de funcionamento contou com a participação de professores da UFSC e de profissionais de reconhecida competência e idoneidade moral na sociedade catarinense.

ENDEREÇO

Durante 15 anos, a ESAG teve sua sede e base de operação na Rua Visconde de Ouro Preto, em frente à Praça dos Bombeiros, agora endereço da DAPE/FAED. Em 1979, foi transferida para o atual endereço, no bairro do Itacorubi, integrando-se ao complexo central da UDESC.

INSERÇÃO COMUNITÁRIA

O lema da ESAG é “ESCOLA-EMPRESA-COMUNIDADE”. Desde o início a Escola contou, em sua estrutura, com um Diretório Acadêmico (DAAG) e um Instituto Técnico (ITAG), para dar vida e significado ao lema adotado. O DAAG foi criado pelos próprios alunos, para assim expressar sua participação e influência. O ITAG tinha por objetivo fortalecer o elo entre a Escola e a Comunidade, com a prestação de serviços em forma de pesquisas, consultorias, cursos etc.

STATUS JURÍDICO

Juridicamente, a ESAG passou por várias mudanças institucionais. Em julho de 1966, teve sua primeira reconfiguração formal. Deixou de ser a Fundação criada em 1964 e tornou-se simplesmente a ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E GERÊNCIA (ESAG). Seu patrimônio passou então para a FESC (Fundação Educacional de Santa Catarina), a mantenedora da UDESC. Com o reconhecimento da UDESC, em 1986, pelo Governo Federal, como uma das primeiras universidades multicampi do país, a ESAG se transformou no “CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO – ESAG”. Ato contínuo, em 1987, seus professores criaram a Fundação de Estudos Superiores de Administração e Gerência (Fundação FESAG), uma instituição de direito privado destinada a preservar o nome e a história da Escola, além de servir de apoio às iniciativas do Centro de Ciências da Administração, do qual é parte.

DOIS CURSOS DE BACHARELADO

O Curso de Graduação em Administração da ESAG teve sua primeira estrutura aprovada em setembro de 1966, visando dar uma sólida formação a gerentes para a média empresa catarinense. Depois de promover uma avaliação interna e externa, em 1994, a Escola reformulou seu projeto pedagógico para adequar-se às demandas apontadas pelo processo avaliativo, sobretudo emprestando-lhe maior flexibilidade curricular. A partir de agosto de 2004, a ESAG passou a oferecer um segundo Curso de Graduação: Administração de Serviços Públicos. Trata-se de uma iniciativa inovadora, que se propõe a reconceituar e enriquecer a gestão de serviços públicos, de acordo com os tempos atuais.

CURSOS SEQUENCIAIS em diversas Formações Específicas, podendo privilegiar a administração pública em seus diversos campos de atuação.

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

As iniciativas de ensino em nível de pós-graduação da Escola tiveram início em 1977, com a realização de um Curso de Especialização em Administração Pública, em convênio com a FUCAT. A tradição de cursos de pós-graduação *lato sensu* continua até hoje, em duas modalidades: Especialização e MBAs.

MESTRADO ACADÊMICO E MESTRADO PROFISSIONAL

Em 1997, teve início na ESAG o Programa de Mestrado em Administração, que foi reconhecido pelo CEE/SC, nos termos da Lei Darcy Ribeiro de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O Mestrado Profissional em Administração, projeto submetido à CAPES no início de 2003, obteve a aprovação e recomendação do órgão máximo de coordenação da Pós-Graduação no país e está funcionando desde agosto de 2004. Os dois Cursos de Mestrado têm a mesma área de concentração: Gestão Estratégica de Organizações.

2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE SOCIAL

Durante quatro décadas, a Escola de Administração e Gerência (ESAG), hoje Centro de Ciências da Administração – ESAG/CCA, dedicou-se à formação de dirigentes e profissionais para as organizações públicas e privadas de Santa Catarina. A sua iniciativa foi estratégica para o desenvolvimento de Santa Catarina, tendo a Escola, junto com a Universidade Federal de Santa Catarina, sido pioneira no ensino da Administração em nível de graduação no Estado. Desde os seus primórdios, a Escola tem se dedicado à formação de administradores públicos, tradição que foi interrompida nos últimos anos e que agora passa, novamente, a fazer parte da proposta de trabalho da Instituição.

No Brasil, existem poucos centros de excelência empenhados no estudo e na promoção da Administração Pública. Segundo dados do INEP (Estatísticas do Ensino Superior, 2003), existem 10 cursos (entre instituições públicas e privadas) de Administração Pública no Brasil. Em Santa Catarina, não houve um curso de graduação com este propósito exclusivo. Recentemente, todavia, duas instituições privadas localizadas em Florianópolis, lançaram seu curso de administração com habilitação em administração pública.

Para organizar e administrar as formas tradicionais e as inovadoras de prestação ou produção de serviços públicos e para articular os respectivos modelos de gestão, há necessidade de profissionais com qualificação

específica. É, também, por essa razão que a UDESC criou em seu Centro de Ciências da Administração (ESAG) um Curso de Administração de Serviços Públicos, ora transformado em Administração Pública.

É importante destacar que o Curso de Administração de Serviços Públicos iniciou em agosto de 2004, com duas turmas de 40 alunos, uma em Florianópolis e outra em Balneário Camboriú. A criação desta segunda turma ocorreu por força de uma demanda apresentada pela sociedade de Balneário Camboriú, embora a justificativa desenvolvida ao longo deste documento, por si só é suficiente para justificar a sua criação. No entanto, a justificativa torna-se completa quando a manifestação da sociedade se faz presente, legitimando a sua institucionalização. No ano de 2003, a Reitoria da Universidade do Estado de Santa Catarina recebeu, por meio de lideranças comunitárias e políticas de Balneário Camboriú, uma solicitação para que a UDESC viesse a implantar um campus em sua Região. Fruto dessa reivindicação da comunidade, a Universidade deu início aos procedimentos para a implantação do Curso de Administração de Serviços Públicos, promovendo conversações com as lideranças universitárias, políticas e comunitárias da Região.

É importante destacar que, no início no ano de 2002, nasceu em Balneário Camboriú, um movimento voluntário, não partidário, com o nome de MOVUP - Movimento Voluntário Pró-Universidade Pública (gratuita), articulado pela própria comunidade, com o objetivo de lutar pela implantação do ensino superior público e gratuito no município.

Segundo os autores do documento entregue pelo movimento a diversas instituições, o “movimento nasceu nas ruas, partindo da comunidade, (...) quando a população manifesta-se com interesse sobre o patrimônio público, exercendo a cidadania consciente de seus direitos e também de seus deveres” (Doc. MOVUP, 2003). Nesse sentido, a implantação do curso em Balneário Camboriú representa uma resposta da UDESC enquanto universidade pública estadual a uma demanda apresentada pela comunidade de Balneário Camboriú, sob a liderança do movimento sócio-comunitário denominado MOVUP.

O curso proposto visava possibilitar a formação superior de servidores públicos na ativa e ainda atender a um público que não teve condições de

realizar estudos superiores, por falta, sobretudo, de condições financeiras. Sob este aspecto, vale ressaltar que não existe na Região curso superior gratuito voltado para a administração pública.

Assim, o Curso de Administração de Serviços Públicos, em Balneário Camboriú, apóia-se em três justificativas principais:

1. O Curso está sendo implantado na Região por uma solicitação da comunidade local, manifestada em documento apresentado por um movimento social – o MOVUP. Em decorrência desse movimento, as autoridades locais, principalmente a Câmara de Vereadores e a Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, emprestaram seu decisivo apoio, sem o qual o Curso não se viabilizaria.
2. O Curso de Administração de Serviços Públicos corresponde às necessidades de um novo modelo de ensino da administração pública, isto é, da produção do bem público pela burocracia pública e com a participação da comunidade, do terceiro setor e das empresas socialmente responsáveis.
3. À Universidade do Estado de Santa Catarina, na condição de universidade pública, cabe o pioneirismo no desenvolvimento das áreas de conhecimento não atendidas pelas demais universidades, principalmente, no que concerne à produção do bem público.

O Curso de Administração de Serviços Públicos foi aprovado pela Resolução nº 001/2004 - CONSUNI, de 25 de março de 2004. O currículo vigente foi aprovado em 28 de março de 2005, pela Resolução 002/05 – CONSUNI – que aprova Projeto de Alteração Curricular do Curso de Graduação em Administração de Serviços Públicos do Centro de Ciências da Administração – ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, e as alterações do 7º e 8º termos foram aprovados pelo CONCENTRO e encaminhados a PROEN. Com a implantação deste novo projeto pedagógico aprovado pelo CONCENTRO o curso passa a denominar-se Curso Graduação em Administração Pública a partir de 2007/2 para os ingressos a partir do segundo semestre de 2007.

A proposta da ESAG de preparar administradores para a área de administração pública preenche uma lacuna existente no ensino superior. Ademais, cabe a uma instituição pública de ensino a preparação de profissionais em áreas para as quais as universidades privadas têm ofertado

pouca ou nenhuma alternativa. O Curso de Administração Pública ora proposto, estruturado nos moldes convencionais em que é lecionada a administração pública no Brasil, tem seu foco voltado para a formação do administrador público, especificamente para o exercício profissional em organizações públicas.

2.1.1. Demonstração da capacidade de absorção, pelo mercado de trabalho atual e futuro, dos profissionais da categoria vista pelo curso

O projeto de curso de graduação em Administração Pública é, neste sentido, uma proposta de educação voltada para a capacitação de recursos humanos num contexto de transformação da organização do trabalho. Trata-se de uma formação que capacite os participantes do curso para desempenhar as atividades de forma qualificada e, sobretudo, para compreender as bases gerais, científico-técnicas e sócio-econômicas da produção em seu conjunto, que reúna a aquisição de habilidades e destrezas genéricas e específicas com o desenvolvimento de capacidades intelectuais e estéticas: que unifique, em definitivo, formação teórica e prática.

Ainda, convém informar que a flutuação do emprego formal por setor econômico em Santa Catarina em 2006 foi a seguinte:

FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR SETOR ECONÔMICO				
SANTA CATARINA				
Período: NO ANO (Janeiro a Dezembro de 2006)				
SETOR ECONÔMICO	TOTAL ADM.	TOTAL DESL.	SALDO	VARIAÇÃO EMPR. %
EXTRATIVA MINERAL	2.080	2.053	27	0,39
IND. TRANSFORMAÇÃO	237.051	216.359	20.692	1,19
SERV. IND. UTIL. PÚBL.	4.138	3.079	1.059	7,91
CONSTRUÇÃO CIVIL	46.661	45.153	1.508	3,63
COMÉRCIO	164.954	148.305	16.649	6,33
SERVIÇOS	223.395	203.536	19.859	4,75
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8.907	7.220	1.687	10,63
AGROPECUÁRIA	43.489	43.648	-159	-0,39
TOTAL	730.675	669.353	61.322	4,74
FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65				

O ano de 2006, em comparação ao mês de janeiro de 2005, apresentou desaceleração no nível de emprego formal (com carteira assinada). Porém, Santa Catarina registrou o melhor desempenho em relação à média do país, em números relativos e absolutos, bem como, entre os três estados do sul.

A análise do comportamento do mercado formal de trabalho, do mês de janeiro, em Santa Catarina, divulgada pela Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, aponta um crescimento de 0,89% no nível de emprego formal em janeiro. O percentual significa a criação de 11.491 novos postos de trabalho.

A flutuação do emprego formal no Brasil (0,33%) mostrou crescimento com a criação de 86.616 vagas. Dos Estados do Sul, que tiveram uma expansão de 0,54%, Santa Catarina foi o que apresentou melhor desempenho, seguido do Rio Grande do Sul (0,44%). Já entre os municípios catarinenses os que ofereceram maior número de vagas foram: Joinville, Blumenau e Florianópolis, com 3.748 vagas geradas, no total.

No setor público, especificamente, foram abertas por meio de concurso no ano de 2006, 21.753 vagas

MAPA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

O quadro apresentados abaixo, extraídos do IBGE, compõem o acervo da Pesquisa Mensal de Emprego - Nova Metodologia .

Tabela 1- Trabalhadores Ocupados por Grupamento de Atividade

Pessoal Ocupado (1.000 pessoas) - Total das áreas - PME						
Grupamento de Atividade no Trabalho Principal	ago 2006	set 2006	out 2006	nov 2006	dez 2006	jan 2007
Total	20.455	20.700	20.660	20.732	20.759	20.517
Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água	3.542	3.608	3.650	3.663	3.630	3.545
Construção	1.440	1.480	1.471	1.510	1.496	1.481
Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos	4.012	3.955	4.076	4.063	4.073	3.932
Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa	2.890	3.008	2.935	2.984	2.985	3.036
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais	3.228	3.212	3.185	3.135	3.154	3.158
Serviços domésticos	1.721	1.739	1.694	1.696	1.692	1.669
Outros serviços	3.502	3.558	3.528	3.551	3.594	3.569
Outras atividades	120	140	121	130	135	127

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego

A tabela acima demonstra a relevância da participação dos servidores públicos, em seus distintos âmbitos de atuação (Federal, Estadual e Municipal) na composição da população economicamente ativa. De acordo com a fonte, foram classificadas como ocupadas, as pessoas que tinham trabalho durante toda ou parte do período – semana de referência.

3. OBJETIVOS

3.1. OBJETIVOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Curso tem por **objetivo geral** habilitar gestores e profissionais para a produção serviços públicos por meio de órgãos públicos. O espaço institucional, político, social e econômico do Estado de Santa Catarina será o alvo prioritário de atendimento.

Entre os **objetivos específicos** a serem atendidos por este Curso destacam-se os seguintes:

- formar profissionais para a produção de serviços públicos por meio dos órgãos públicos;
- capacitar gestores de organizações públicas para a produção de serviços públicos;
- habilitar gestores de políticas públicas para a articulação dos arranjos organizacionais, estratégias e modelos de gestão necessários à produção;
- qualificar profissionais e gestores de organizações de trabalho para a visão de responsabilidade social;
- qualificar gestores e profissionais de sistemas organizacionais, para o compromisso de qualidade dos serviços e para sua responsabilidade ou *accountability* aos usuários e cidadãos.

3.2. ÂMBITO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

O egresso do curso de Administração Pública poderá desenvolver atividades relacionadas aos campos privativos da Administração, principalmente, em organizações públicas: (Federais, Estaduais e Municipais).

3.3. CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

As áreas de atuação do Administrador foram estabelecidas pelo Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967 são as seguintes⁵:

Administração Financeira

- 1. Análise Financeira**
- 2. Assessoria Financeira**
- 3. Assistência Técnica Financeira**
- 4. Consultoria Técnica Financeira**
- 5. Diagnóstico Financeiro**
- 6. Orientação Financeira**
- 7. Pareceres de Viabilidade Financeira**
- 8. Projeções Financeiras**
- 9. Projetos Financeiros**
- 10. Sistemas Financeiros**
- 11. Administração de Bens e Valores**
- 12. Administração de Capitais**
- 13. Controladoria**
- 14. Controle de Custos**
- 15. Levantamento de Aplicação de Recursos**
- 16. Arbitragens**
- 17. Controle de Bens Patrimoniais**
- 18. Participação em outras Sociedades - (Holding)**
- 19. Planejamento de Recursos**
- 20. Plano de Cobrança**
- 21. Projetos de Estudo e Preparo para Financiamento**

⁵ BRASIL. Ministério da Educação e Da Cultura. Decreto Nº 61.934 de 22 de dezembro de 1967. Dispõe sobre a regularização do exercício da profissão de Administrador, de acordo com a Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965 e da as seguintes providências. Brasília, 1967.

Administração de Material

- 1.Administração de Estoque
- 2.Assessoria de Compras
- 3.Assessoria de Estoques
- 4.Assessoria de Materiais
- 5.Catalogação de Materiais
- 6.Codificação de Materiais
- 7.Controle de Materiais
- 8.Estudo de Materiais
- 9.Logística
- 10.Orçamento e Procura de Materiais
- 11.Planejamento de Compras
- 12.Sistemas de Suprimento

Administração Mercadológica/Marketing

- 1.Administração de Vendas
- 2.Canais de Distribuição
- 3.Consultoria Promocional
- 4.Coordenação de Promoções
- 5.Estudos de Mercado
- 6.Informações Comerciais - Extra - Contábeis
- 7.Marketing
- 8.Pesquisa de Mercado
- 9.Pesquisa de Desenvolvimento de Produto
- 10.Planejamento de Vendas
- 11.Promoções
- 12.Técnica Comercial
- 13.Técnica de Varejo (grandes magazines)

Administração da Produção

- 1.Controle de Produção
- 2.Pesquisa de Produção
- 3.Planejamento de Produção
- 4.Planejamento e Análise de Custo

Administração e Seleção de Pessoal/Recursos Humanos

- 1.Cargos e Salários
- 2.Controle de Pessoal
- 3.Coordenação de Pessoal
- 4.Desenvolvimento de Pessoal
- 5.Interpretação de Performances
- 6.Locação de Mão-de-Obra
- 7.Pessoal Administrativo
- 8.Pessoal de Operações
- 9.Recrutamento
- 10.Recursos Humanos
- 11.Seleção
- 12.Treinamento

Orçamento

1. Controle de Custos
2. Controle e Custo Orçamentário
3. Elaboração de Orçamento
4. Empresarial
5. Implantação de Sistemas
6. Projeções
7. Provisões e Previsões

Organização e Métodos e Programas de Trabalho

1. Administração de Empresas
2. Análise de Formulários
3. Análise de Métodos
4. Análise de Processos
5. Análise de Sistemas
6. Assessoria Administrativa
7. Assessoria Empresarial
8. Assistência Administrativa
9. Auditoria Administrativa
10. Consultoria Administrativa
11. Controle Administrativo
12. Gerência Administrativa e de Projetos
13. Implantação de Controle e de Projetos
14. Implantação de Estruturas Empresariais
15. Implantação de Métodos e Processos
16. Implantação de Planos
17. Implantação de Serviços
18. Implantação de Sistemas
19. Organização Administrativa
20. Organização de Empresa
21. Organização e Implantação de Custos
22. Pareceres Administrativos
23. Perícias Administrativas
24. Planejamento Empresarial
25. Planos de Racionalização e Reorganização
26. Processamento de Dados/Informática
27. Projetos Administrativos
28. Racionalização

Campos Conexos

1. Administração de Consórcio
2. Administração de Comércio Exterior
3. Administração de Cooperativas
4. Administração Hospitalar
5. Administração de Condomínios
6. Administração de Imóveis
7. Administração de Processamento de Dados/ Informática
8. Administração Rural
9. Administração Hoteleira
10. "Factoring"
11. Turismo

4. PERFIL PROFISSIONAL

O Curso de Administração Pública tem por meta formar administradores sensíveis às necessidades de mudança que o desenvolvimento social do Estado requer e com autonomia intelectual, para diagnosticar problemas e promover respectivas soluções. Os diferentes perfis de desempenho exigidos pela cidadania catarinense estão previstos na proposta do Curso.

O público-alvo do Curso inclui principalmente três grupos de candidatos: (1) egressos do 2º grau que buscam formação profissional em produção ou prestação de Serviços Públicos; (2) servidores públicos, sem preparo formal para o exercício profissional do Serviço Público; (3) outros interessados.

No decorrer do curso, o futuro Administrador Público deverá adquirir as seguintes habilidades e capacidades:

1. estabelecer prioridades no trato de problemas das mais diversas naturezas, sob condições de pressão;
2. dominar conceitos que possam ajudar na análise de problemas gerenciais públicos das diversas áreas funcionais, levando-o à tomada de decisão e à implementação eficaz de seus projetos;
3. conhecer a complexidade das inter-relações existentes entre as diversas áreas funcionais das organizações de prestação pública, bem como a integração dos diferentes objetivos dessas áreas em uma política gerencial adequada ao interesse público e da sociedade como um todo;
4. adquirir uma sólida compreensão dos problemas concernentes à direção, coordenação e condução das diversas organizações que compõem a estrutura de órgãos de prestação de serviços públicos;
5. ampliar seu marco de referência em relação ao ambiente em que sua organização atua e desenvolve suas atividades, ou seja, nos campos econômico, político, social, ecológico, tecnológico e educacional;

6. obter sólido fundamento prático e teórico nas diversas áreas de administração;
7. desenvolver aptidões específicas que melhorem seu desempenho nas atividades de gerência de instituições públicas;
8. desenvolver visão sistêmica das inter-relações nas diversas áreas das organizações; e
9. ampliar a percepção sistêmica da administração e a interação com outras ciências.

Considerando o caráter do Curso de Administração Pública do Centro de Ciências da Administração - ESAG/UDESC, o profissional egresso do curso, além da formação humanista, contará com sólida formação quantitativa, devendo estar inteirado de toda a formação técnica inerente à profissão.

O perfil que se deseja para o egresso do Curso de Administração pública, do Centro de Ciências da Administração - ESAG/UDESC é o que seguinte:

Profissional capaz de articular as demandas da sociedade e prover o bem comum por meio da produção pública, por intermédio das organizações públicas.

Isto é, deter os conhecimentos e capacidades para:

- planejar, organizar, comandar e controlar a consolidação e o funcionamento de organizações, projetos e empreendimentos públicos, com eficácia;
- acompanhar e manter-se atualizado quanto às variações sócio-econômicas de âmbito nacional e internacional;
- levantar, identificar e analisar problemas, desempenho, projetos, processos e outras situações organizacionais públicas, apoiado em princípios de investigação científica;

- desenvolver projetos de melhoria e de análise do desempenho organizacional e do desenvolvimento sustentável regional, estimulando programas de auto-avaliação, recomendando soluções alternativas, criativas e inovadoras às organizações empenhadas na prestação de serviços públicos;
- acompanhar e manter-se atualizado sobre as legislações específicas;
- desenvolver e programar, avaliando e implementando alternativas para viabilizar a melhor solução para estocagem e gerenciamento de materiais e do patrimônio público;
- desenvolver, avaliar e implementar processos de organização e reorganização administrativa na área de prestação de serviços públicos;
- acompanhar, atualizar e implantar projetos, programas e sistemas de informação que possibilitem melhores resultados à gestão das organizações de prestação de serviços públicos;
- projetar e implantar programas sociais;
- utilizar e ampliar o emprego de recursos tecnológicos, humanos e organizacionais, que melhorem o desempenho de organizações públicas; e
- incentivar e alavancar a mudança organizacional utilizando as ferramentas de administração para otimizar os efeitos das mudanças, a fim de identificar e potencializar as oportunidades nas ações de organizações públicas.

O delineamento do perfil do egresso pretendido pelo curso de Administração Pública pauta-se em um conjunto de competências, observados os pressupostos institucionais e as transformações que estão ocorrendo na sociedade de forma geral.

O profissional do curso de Administração Pública e em Administração Empresarial deverá apresentar, no mínimo, as seguintes capacidades de:

Planejar: ser capaz de verificar quais as implicações das decisões tomadas hoje para um futuro próximo.

Organizar: ser capaz de identificar alternativas para otimizar a distribuição de recursos junto aos subsistemas da organização e do meio.

Liderar: ser capaz de motivar, orientar, encorajar, empreender e constituir equipes de trabalhos na busca de resultados de forma eficiente, eficaz e efetiva,

Coordenar: ser capaz de buscar a soma dos esforços de todos que atuam direta ou indiretamente na organização e junto ao meio.

Controlar: ser capaz de proporcionar feedback para as pessoas e organizações promoverem mudanças sempre que necessário.

Empreender: ser capaz de atuar como um agente de transformação por meio da inovação permanente como na constituição de empreendimentos.

Relacionar: ser capaz de estabelecer cadeias de relacionamentos entre pessoas, organizações e mercado com o intuito de incrementar os resultados das organizações e para a sociedade.

Aprender sempre: ser capaz de compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão de forma contínua.

Criar e revitalizar: ser capaz de inventar, de perceber, idealizar e propor soluções e ações que conduzam à inovação e a mudança permanente.

Persistir: ser capaz de buscar e de identificar novas alternativas e desafios independente dos obstáculos que se apresentem.

Analisar contextos internos e externos: ser capaz de descrever, analisar e prescrever ações e/ou estratégias que possam minimizar e potencializar os impactos proporcionados pelas ameaças e oportunidades do ambiente direto e indireto externo às organizações, assim como em relação aos pontos fortes e fracos da organização que possam afetar o seu desempenho como um todo.

Gerenciar e alavancar oportunidades de recursos: ser capaz de identificar fontes alternativas de recursos junto ao meio, visando o aperfeiçoamento dos meios em prol do alcance dos objetivos organizacionais e sociais.

Tomar decisões: ser capaz de reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo e de serviços, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão

Negociar: ser capaz de interagir com as partes envolvidas no processo, na busca de compromisso entre idéias, propósitos ou interesses, visando o alcance dos melhores resultados possíveis.

Comunicar: ser capaz de expressar-se, no próprio idioma e em outros, na forma oral, escrita e não-verbal, com clareza e objetividade, utilizando-se dos diversos meios disponíveis, eliminando as distorções ou ruídos no processo.

Adaptar: ser capaz de adapta-se as diferentes situações e transformações que ocorrem no mundo moderno

Raciocinar de forma lógica, crítica e analítica: ser capaz de estabelecer relações e conexões nos diferentes contextos internos e externos às organizações e ao meio.

Realizar: ser capaz de realizar consultoria de procedimentos em gestão e administração, bem como emitir pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

Praticar a ética e a cidadania: ser capaz de respeitar os valores definidos pela organização e pelo meio, assim como exercitar a sua cidadania como liberdade de expressão.

Transformar o conhecimento implícito em explícito: ser capaz de transformar conhecimentos implícitos não materializados e democratizados em conhecimentos explícitos, visando à consolidação do saber ser, saber fazer e do saber agir.

Buscar Qualidade e resultados: ser capaz de gerar resultados para empresa, para as pessoas e para o meio tanto de forma qualitativa como quantitativa.

Responsabilidade Social e de Justiça: ter consciência pelo impacto das ações individuais e das organizações no meio e na vida das pessoas.

5. PROPOSTA PEDAGÓGICA

5.1. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Os fundamentos básicos encontram-se na RESOLUÇÃO CES/CNE Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005⁶, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado.

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior em sua organização curricular.

Art. 2º A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, como Trabalho de Curso, componente opcional da instituição, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

§ 1º O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Administração, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

- I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV - formas de realização da interdisciplinaridade;
- V - modos de integração entre teoria e prática;
- VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X - concepção e composição das atividades complementares; e,
- XI - inclusão opcional de trabalho de curso sob as modalidades monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

⁶ BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CES/CNE nº 4 de 13 de julho de 2005**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado, e dá outras providências. Brasília, 2005.

§ 2º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, o oferecimento de cursos de pós-graduação lato sensu, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

§ 3º As Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Administração não constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo as mesmas constar apenas no Projeto Pedagógico.

Art. 3º O Curso de Graduação em Administração deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

Art. 4º O Curso de Graduação em Administração deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

II - desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

III - refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

IV - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

V - ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

VI - desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;

VII - desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e

VIII - desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

Art. 5º Os cursos de graduação em Administração deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;

II - Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;

III - Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração; e

IV - Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Administração estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual, regime seriado semestral, sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências da Administração.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos, gradualmente reveladas pelo aluno, até que os responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular

possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a instituição por incluir no currículo do Curso de Graduação em Administração o Estágio Supervisionado de que trata este artigo deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente.

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º O Trabalho de Curso é um componente curricular opcional da Instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Administração o Trabalho de Curso, nas modalidades referidas no caput deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu conselho superior acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 10. A carga horária mínima dos cursos de graduação será estabelecida em Resolução da Câmara de Educação Superior.

Art. 11. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das DCN aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução CFE nº 2, de 4 de outubro de 1993, e a Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2004.

5.2 PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Os princípios que norteiam a formação profissional estão fundamentados nos objetivos do curso, no perfil de egresso pretendido pelo curso e, principalmente, nas áreas estratégicas que embasam o curso de Administração Pública definidas no campo de estudos relativos a formação profissional constantes nas diretrizes curriculares. Além disso, a grade curricular com seus respectivos conteúdos, dentre os outros tópicos constantes no currículo do curso expressam, também, os princípios de formação profissional, como por exemplo, atividades complementares, estudos independentes, monitorias, iniciação científica e estágio supervisionado.

5.3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES EXIGIDAS

As competências e as habilidades exigidas, já foram mencionadas no tópico 4, deste documento quando da discussão do perfil profissional.

5.4 PERÍODO E LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO CURSO PROPOSTO

Campus I – Florianópolis/SC
Balneário Camboriú/SC

5.5 TURNO DE OFERTA

Período matutino com ingressos semestrais

5.6 NÚMERO ATUAL DE VAGAS DO CURSO PROPOSTO

40 (quarenta) vagas semestrais (Florianópolis)
40 (quarenta) vagas semestrais (Balneário Camboriú)

5.7 DURAÇÃO E PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO PROPOSTO

A duração do curso é de 04 anos. O tempo mínimo para integralização do curso é de 04 anos (oito semestres) e o tempo máximo de 07 anos, ou seja, de 14 (catorze) semestres.

5.8 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO PROPOSTO

A carga horária total do curso equivale a 3.600 (três mil seiscentas) horas-aula, sendo 360 (trezentas e sessenta) horas-aula destinadas para o Estágio Curricular Supervisionado I e II; 072 (setenta e duas) horas-aula para a disciplina de Tecnologia Básica da Informação e da Comunicação Aplicada a Administração na modalidade Ead e 288 (duzentas e oitenta e oito) horas-aula para Atividades Complementares, conforme grade curricular do curso proposto.

5.9 REGIME DO CURSO PROPOSTO

A matrícula será por créditos em disciplinas, devendo os alunos respeitar os pré-requisitos estabelecidos na Grade Curricular do Curso. 01 (um) crédito equivale a 18 (dezoito) horas-aula, a partir da implantação do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Administração Pública, em 2007/2.

5.10 CONDIÇÕES DE INGRESSO

5.10.1 Concurso Vestibular

Serão oferecidas 40 (quarenta) vagas em regime semestral por unidade de funcionamento do curso (Florianópolis e Balneário Camboriú), totalizando 160 (cento e sessenta) vagas anuais para o Curso de Administração Pública.

5.10.2 Transferências/Reingresso/Retorno

A Resolução 014/2005 – CONSEPE regulamenta o ingresso aos alunos de cursos de graduação da UDESC nas modalidades transferência externa, reingresso após abandono e retorno aos portadores de diploma de curso superior (Anexo 1).

5.11 PERCENTUAL CANDIDADO/VAGA NOS TRÊS ÚLTIMOS CONCURSOS VESTIBULARES

Quadro 5 – Candidato/vaga

Ano	Vagas	Candidato por vaga
20042: Florianópolis	040	3,52
20042: Baln Camboriú	040	6,30
20051: Florianópolis	040	12,65
20051: Baln Camboriú	040	3,83
20052: Florianópolis	040	12,1
20052: Bal Camboriú	040	5,1
20061: Florianópolis	040	7,05
20061: Bal Camboriú	040	6,15
20062: Florianópolis	040	6,88
20062: Baln Camboriú	040	5,4
20071: Florianópolis	040	13,58
20071: Baln. Camboriú	040	4,58

FONTE: PROEN – UDESC, 2007

5.12 IDENTIFICAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS DE ENSINO

Os departamentos de ensino do curso de Administração Pública são os seguintes, conforme identificados na grade curricular com suas respectivas siglas são os seguintes:

DEAP: Departamento de Administração Pública, Ciência Política e Sociais

DEAG: Departamento de Estudos Administrativos e Gerenciais

DEEM: Departamento de Estudos Econômicos e Mercadológicos

DECF: Departamento de Estudos Contábeis e Financeiros

DMQP: Departamento de Métodos Quantitativos e Produção

5.13 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Curso de Graduação em Administração Pública deve:

- a) favorecer a visão orgânica do conhecimento, afinada com as mudanças que estão acontecendo a cada dia;
- b) destacar as múltiplas interações entre as disciplinas do currículo;
- c) identificar as relações que existem entre os conteúdos do curso e das situações de aprendizagem com os muitos contextos de vida social e pessoal, de modo a estabelecer uma relação ativa entre o aluno e o objeto do conhecimento e a desenvolver a capacidade de relacionar o aprendido com o observado, a teoria e suas conseqüências e aplicações práticas;
- d) reconhecer que o conhecimento é uma construção coletiva e que a aprendizagem mobiliza afetos, emoções e relações com seus pares, além das cognições e habilidades intelectuais.

5.13.1 Matriz curricular vigente do Curso de Administração de Serviços Públicos desde 2005/1

O Curso de Administração de Serviços Públicos foi aprovado pela Resolução nº 001/2004 - CONSUNI, de 25 de março de 2004. O currículo vigente foi aprovado em 28 de março de 2005, pela Resolução 002/05 – CONSUNI – que aprova Projeto de Alteração Curricular do Curso de Graduação em Administração de Serviços Públicos do Centro de Ciências da

Administração – ESAG, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, e as alterações do 7º e 8º termos foram aprovados pelo CONCENTRO e encaminhados a PROEN. Com a implantação deste novo projeto pedagógico aprovado pelo CONCENTRO, a partir do segundo semestre de 2007, o curso passa a denominar-se Curso Graduação em Administração Pública, para os acadêmicos ingressos a partir de 2007/2.

Matriz curricular vigente do Curso de Administração de Serviços Públicos desde 2005/1

MÓDULO I

PRIMEIRO TERMO			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	NÚCLEO
Filosofia	30	2	Básico
Matemática	60	4	Básico
Teorias de Administração Pública	60	4	Profissionalizante
Tecnologia da Informação	30	2	Profissionalizante
Metodologia Científica em Estudos de Administração Pública	30	2	Profissionalizante
Sociologia	60	4	Básico
Co-Produção de Serviços Públicos I	30	2	Formação Específica
Educação Física Curricular I	30	2	
TOTAL	330	22	

SEGUNDO TERMO			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	NÚCLEO
Ética na Administração Pública	60	4	Profissionalizante
Ciência Política e Organização do Estado	60	4	Profissionalizante
Co-Produção de Serviços Públicos II	30	2	Formação Específica
Psicologia	60	4	Básico
Estudos sobre a Realidade Catarinense	60	4	Formação Específica
Estatística	60	4	Profissionalizante
Educação Física Curricular I	30	2	
TOTAL	36	24	

MÓDULO II

TERCEIRO TERMO			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	NÚCLEO
Fundamentos de Economia	60	4	Profissionalizante
Comunicação e Negociação nos Serviços Públicos	60	4	Profissionalizante
Sistemas de Informações Gerenciais	60	4	Profissionalizante
Finanças Públicas	60	4	Profissionalizante
Legislação do Terceiro Setor e de Proteção Social	60	4	Formação Específica
Administração de Serviços Públicos I	60	4	Profissionalizante
TOTAL	360	24	

QUARTO TERMO			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	NÚCLEO
Administração de Recursos Humanos em Administração Pública	60	4	Profissionalizante
Administração de Serviços Públicos II	30	2	Profissionalizante
Políticas Públicas	60	4	Formação Específica
Orçamento Público	60	4	Profissionalizante
Estratégia em Organizações Públicas	60	4	Profissionalizante
Cidadania, Desenvolvimento Comunitário e Poder Local	60	4	Formação Específica
Atividades Complementares I	30	2	Tópicos e Atividades
TOTAL	360	24	

MÓDULO III

QUINTO TERMO			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	NÚCLEO
Licitações e Logística na Administração Pública	60	4	Profissionalizante
Contabilidade Pública	60	4	Profissionalizante
Direito Administrativo	60	4	Profissionalizante
Metodologias de Planejamento Participativo	60	4	Formação Específica
Gestão de Contratos e de Prestação de Serviços Públicos	60	4	Formação Específica
Atividades Complementares II	30	2	Tópicos e Atividades
TOTAL	330	22	

SEXTO TERMO			
DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	NÚCLEO
Desenvolvimento Sustentável e Territorialidade	60	4	Formação Específica
Responsabilidade Social Corporativa	60	4	Formação Específica
Gestão de Organizações do Terceiro Setor	60	4	Formação Específica
Pesquisa Social	60	4	Profissionalizante
Tópicos Especiais em Administração de Serviços Públicos I	30	2	Tópicos e Atividades
Seminário de Estágio	30	2	Profissionalizante
Estágio Supervisionado I	150	10	Profissionalizante
TOTAL	450	30	

MÓDULO IV

SÉTIMO TERMO			
DISCIPLINA	Carga Horária	Créditos	Núcleo
Elaboração e Análise de Projetos Sociais	60	4	Formação Específica
Marketing de Serviços Públicos	60	4	Profissionalizante
Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual	60	4	Formação Específica
Contabilidade para Organizações sem Fins Lucrativos	60	4	Profissionalizante
Políticas de Administração para a Co-produção de Serviços Públicos	30	2	Formação Específica
Gestão de Espaços Urbanos	60	4	Formação Específica
Tópicos Especiais em Administração de Serviços Públicos II	30	2	Tópicos e Atividades
Estágio Supervisionado II	150	10	Profissionalizante
Atividades Complementares III	30	2	Tópicos e Atividades
TOTAL	540	36	

OITAVO TERMO			
DISCIPLINA	Carga Horária	Créditos	Núcleo
Avaliação de Políticas e Serviços Públicos	60	4	Formação Específica
Tecnologia Apropriada	60	4	Formação Específica
Administração da Justiça Comunitária	60	4	Formação Específica
Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias para a co-produção	60	4	Formação Específica
Tópicos Especiais em Administração de Serviços Públicos III	30	2	Tópicos e Atividades
Trabalho de Conclusão de Curso	60	4	Formação Específica
TOTAL	330	22	
EDUCAÇÃO FÍSICA CURRICULAR	60	4	
TOTAL GERAL DA CARGA HORÁRIA	3060	204	

Fonte: Projeto Pedagógico 2005/1

5.13.2 Alteração das disciplinas do 7º e 8º termos da matriz curricular implantada em 2005/1 – vigência a partir de 2007/2

A Matriz curricular do Curso de Administração de Serviços Públicos sofreu alterações de disciplinas no 7º e 8º Termos do currículo vigente desde 2005/1. A revisão e análise das disciplinas, dos ementários e das bibliografias constantes no 7º e 8º Termos tiveram por objetivo: a) fortalecer a integração horizontal e vertical dos conteúdos programáticos das disciplinas anteriores e posteriores; b) possibilitar a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade; c)

reduzir o número de disciplinas com 02 (dois) créditos; d) excluir a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso; e) excluir as disciplinas de Tópicos Especiais I e II.

As disciplinas constantes no 7º e 8º Termos, conforme matriz curricular implantada em 2005/1 são as seguintes:

SÉTIMO TERMO			
DISCIPLINA	Carga Horária	Créditos	Núcleo
Elaboração e Análise de Projetos Sociais	60	4	Formação Específica
Marketing de Serviços Públicos	60	4	Profissionalizante
Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual	60	4	Formação Específica
Contabilidade para Organizações sem Fins Lucrativos	60	4	Profissionalizante
Políticas de Administração para a Co-produção de Serviços Públicos	30	2	Formação Específica
Gestão de Espaços Urbanos	60	4	Formação Específica
Tópicos Especiais em Administração de Serviços Públicos II	30	2	Tópicos e Atividades
Estágio Supervisionado II	150	10	Profissionalizante
Atividades Complementares III	30	2	Tópicos e Atividades
TOTAL	540	36	
OITAVO TERMO			
DISCIPLINA	Carga Horária	Créditos	Núcleo
Avaliação de Políticas e Serviços Públicos	60	4	Formação Específica
Tecnologia Apropriada	60	4	Formação Específica
Administração da Justiça Comunitária	60	4	Formação Específica
Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias para a co-produção	60	4	Formação Específica
Tópicos Especiais em Administração de Serviços Públicos III	30	2	Tópicos e Atividades
Trabalho de Conclusão de Curso	60	4	Formação Específica
TOTAL	330	22	

Na seqüência, observam-se as **disciplinas propostas para o 7º e 8º Termos** para integrar o currículo do curso de graduação em Administração de Serviços Públicos, implantado em 2005/1, a partir de 2007/2.

SÉTIMO TERMO			
DISCIPLINA	Carga Horária	Créditos	Núcleo
Desenvolvimento de Projetos Públicos	60	4	Formação Complementar
Administração Municipal	60	4	Formação Profissional
Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos	60	4	Formação Complementar
Marketing de Serviços Públicos	60	4	Formação Profissional
Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual	60	4	Formação Complementar
Estágio Curricular Supervisionado II	150	10	Estágio
TOTAL	450	30	

OITAVO TERMO			
DISCIPLINA	Carga Horária	Créditos	Núcleo
Relações Intergovernamentais	60	4	Formação Complementar
Teoria e Prática de Administração de Serviços Públicos	60	4	Formação Profissional
Desenvolvimento de Lideranças	60	4	Formação Complementar
Sistemas de Accountability	60	4	Formação Complementar
Gestão de Espaços Urbanos	60	4	Formação Profissional
TOTAL	300	20	

5.13.3 Quadro de equivalências das disciplinas propostas para o 7º e 8º Termos

O quadro de equivalências das disciplinas propostas para o 7º e 8º Termos em relação a matriz curricular vigente é a que segue:

Matriz Curricular Vigente			Matriz Curricular Proposta		
Disciplinas	Termo	Créd	Disciplinas	Termo	Créd
Elaboração e Análise de Projetos Sociais	7	4	Desenvolvimento de Projetos Públicos	7	4
Políticas de Administração para a Co-produção de Serviços Públicos	7	2	Administração Municipal	7	4
Avaliação de Políticas e Serviços Públicos	8	4	Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos	7	4
Marketing de Serviços Públicos	7	4	Marketing de Serviços Públicos	7	4
Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual	7	4	Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual	7	4
Estágio Supervisionado II	7	10	Estágio Curricular Supervisionado II	7	10
Contabilidade para Organizações sem Fins Lucrativos	7	4			
Gestão de Espaços Urbanos	7	4			
Tópicos Especiais em Administração de Serviços Públicos II	7	2			
Atividades Complementares III	7	2			
			TOTAL		30
Disciplinas	Termo	Créd	Disciplinas	Termo	Créd
			Relações Intergovernamentais	8	4
			Teoria e Prática de Administração de Serviços Públicos	8	4
Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias para a Co-Produção	8	4	Desenvolvimento de Lideranças	8	4
			Sistemas de Accountability	8	4
Gestão de Espaços Urbanos	7	4	Gestão de Espaços Urbanos	8	4
Tecnologias Apropriadas	8	4			
Administração da Justiça Comunitária	8	4			
Tópicos Especiais em Administração de Serviços Públicos III	8	2			
Trabalho de Conclusão de Curso	8	4			
Avaliação de Políticas e Serviços Públicos	8	4			
			TOTAL		30

Em relação ao quadro de equivalências das disciplinas propostas para o 7º e 8º Termos em relação às disciplinas vigentes na grade curricular implantada em 2005/1, pode-se observar:

a) alteração de nomenclaturas e/ou de carga horária das disciplinas de:

Matriz Curricular Vigente	Termo	Créd	Matriz Curricular Proposta	Termo	Créd
Elaboração e Análise de Projetos Sociais	7	4	Desenvolvimento de Projetos Públicos	7	4
Políticas de Administração para a Co-produção de Serviços Públicos	7	2	Administração Municipal	7	4
Avaliação de Políticas e Serviços Públicos	8	4	Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos	7	4
Estágio Supervisionado II	7	10	Estágio Curricular Supervisionado II	7	10
Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias para a co-produção	8	4	Desenvolvimento de Lideranças	8	4

b) redução de carga horária das disciplinas:

Matriz Curricular Vigente	Termo	Créd	Matriz Curricular Proposta	Termo	Créd
-	-	-	-	-	-

c) disciplinas suprimidas:

Matriz Curricular Vigente	Termo	Créd	Matriz Curricular Vigente	Termo	Créd
Contabilidade para Organizações sem Fins Lucrativos	7	4	-	-	-
Tópicos Especiais em Administração de Serviços Públicos II	7	2	-	-	-
Atividades Complementares III	7	2	-	-	-
Tecnologias Apropriadas	8	4	-	-	-
Administração da Justiça Comunitária	8	4	-	-	-
Tópicos Especiais em Administração de Serviços Públicos III	8	2	-	-	-
Trabalho de Conclusão de Curso	8	4	-	-	-

d) inclusão de Disciplinas:

Matriz Curricular Vigente	Termo	Créd	Matriz Curricular Proposta	Termo	Créd
-	-	-	Relações Intergovernamentais	8	4
-	-	-	Teoria e Prática de Administração de Serviços Públicos	8	4
-	-	-	Sistemas de Accountability	8	4

e) Disciplinas Unificadas:

Matriz Curricular Vigente	Termo	Créd	Matriz Curricular Proposta	Termo	Créd
-	-	-	-	-	-

f) Ampliação de carga horária das disciplinas:

Matriz Curricular Vigente	Termo	Créd	Matriz Curricular Proposta	Termo	Créd
Políticas de Administração para a Co-produção de Serviços Públicos	7	2	Administração Municipal	7	4

g) Alteração de fase das disciplinas:

Matriz Curricular Vigente	Termo	Créd	Matriz Curricular Proposta	Termo	Créd
Avaliação de Políticas e Serviços Públicos	8	4	Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos	7	4
Gestão de Espaços Urbanos	7	4	Gestão de Espaços Urbanos	8	4

h) Desmembramento de disciplinas:

Matriz Curricular Vigente	Termo	Créd	Matriz Curricular Proposta	Termo	Créd
-	-	-	-	-	-

A proposta de alteração das disciplinas do 7º e 8º Termos foi aprovada pelo Conselho de Centro do CCA/ESAG/UDESC em 08/05/07 e encaminhada a PROEN

As disciplinas constantes na grade curricular proposta para o 7º e 8º Termos serão implantadas em 2007/2 e passam a integrar a matriz curricular do curso de graduação em Administração de Serviços Públicos implantada em 2005/1.

5.13.4 Matriz curricular vigente do Curso de Administração de Serviços Públicos desde 2005/1, com as alterações feitas para as disciplinas do 7º e 8º Termos

PRIMEIRO TERMO			
DISCIPLINA	Carga Horária	Créditos	Núcleo
Filosofia	30	2	Básico
Matemática	60	4	Básico
Teorias de Administração Pública	60	4	Profissionalizante
Tecnologia da Informação	30	2	Profissionalizante
Metodologia Científica em Estudos de Administração Pública	30	2	Profissionalizante
Sociologia	60	4	Básico
Co-Produção de Serviços Públicos I	30	2	Formação Específica
TOTAL	300	20	

SEGUNDO TERMO			
DISCIPLINA	Carga Horária	Créditos	Núcleo
Ética na Administração Pública	60	4	Profissionalizante
Ciência Política e Organização do Estado	60	4	Profissionalizante
Co-Produção de Serviços Públicos II	30	2	Formação Específica
Psicologia	60	4	Básico
Estudos sobre a Realidade Catarinense	60	4	Formação Específica
Estatística	60	4	Profissionalizante
TOTAL	330	22	

TERCEIRO TERMO			
DISCIPLINA	Carga Horária	Créditos	Núcleo
Fundamentos de Economia	60	4	Profissionalizante
Comunicação e Negociação nos Serviços Públicos	60	4	Profissionalizante
Sistemas de Informações Gerenciais	60	4	Profissionalizante
Finanças Públicas	60	4	Profissionalizante
Legislação do Terceiro Setor e de Proteção Social	60	4	Formação Específica
Administração de Serviços Públicos I	60	4	Profissionalizante
TOTAL	360	24	

QUARTO TERMO			
DISCIPLINA	Carga Horária	Créditos	Núcleo
Administração de Recursos Humanos em Administração Pública	60	4	Profissionalizante
Administração de Serviços Públicos II	30	2	Profissionalizante
Políticas Públicas	60	4	Formação Específica
Orçamento Público	60	4	Profissionalizante
Estratégia em Organizações Públicas	60	4	Profissionalizante
Cidadania, Desenvolvimento Comunitário e Poder Local	60	4	Formação Específica
Atividades Complementares I	30	2	Tópicos e Atividades
TOTAL	360	24	

QUINTO TERMO			
DISCIPLINA	Carga Horária	Créditos	Núcleo
Licitações e Logística na Administração Pública	60	4	Profissionalizante
Contabilidade Pública	60	4	Profissionalizante
Direito Administrativo	60	4	Profissionalizante
Metodologias de Planejamento Participativo	60	4	Formação Específica
Gestão de Contratos e de Prestação de Serviços Públicos	60	4	Formação Específica
Atividades Complementares II	30	2	Tópicos e Atividades
TOTAL	330	22	

SEXTO TERMO			
DISCIPLINA	Carga Horária	Créditos	Núcleo
Desenvolvimento Sustentável e Territorialidade	60	4	Formação Específica
Responsabilidade Social Corporativa	60	4	Formação Específica
Gestão de Organizações do Terceiro Setor	60	4	Formação Específica
Pesquisa Social	60	4	Profissionalizante
Tópicos Especiais em Administração de Serviços Públicos I	30	2	Tópicos e Atividades
Seminário de Estágio	30	2	Profissionalizante
Estágio supervisionado I	150	10	Profissionalizante
TOTAL	450	30	

SÉTIMO TERMO			
DISCIPLINA	Carga Horária	Créditos	Núcleo
Desenvolvimento de Projetos Públicos	60	4	Formação Complementar
Administração Municipal	60	4	Formação Profissional
Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos	60	4	Formação Complementar
Marketing de Serviços Públicos	60	4	Formação Profissional
Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual	60	4	Formação Complementar
Estágio Curricular Supervisionado II	150	10	Estágio
TOTAL	450	30	

OITAVO TERMO			
DISCIPLINA	Carga Horária	Créditos	Núcleo
Relações Intergovernamentais	60	4	Formação Complementar
Teoria e Prática de Administração de Serviços Públicos	60	4	Formação Profissional
Desenvolvimento de Lideranças	60	4	Formação Complementar
Sistemas de Accountability	60	4	Formação Complementar
Gestão de Espaços Urbanos	60	4	Formação Profissional
TOTAL	300	20	

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	120	8
EDUCAÇÃO FÍSICA CURRICULAR	60	4
TOTAL GERAL DA CARGA HORÁRIA	3060	204

5.13.5 Ementas e bibliografias das disciplinas propostas para o 7º e 8º Termos do curso de graduação em Administração de Serviços Públicos

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS
Disciplina: Desenvolvimento de Projetos Públicos Termo: 7º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Análise de demandas. Diagnóstico institucional. Projetos: origem, importância, tipos e finalidades. Impacto ambiental, externalidades, custos e benefícios. Elaboração de projetos: técnicas, etapas, formato, análise, planejamento. Métodos de avaliação: monitoramento, tipos de avaliação, formas de avaliação. Formas de captação de recursos; fundos; incentivos fiscais; instituições públicas e privadas de apoio ao desenvolvimento de projetos públicos; contratos, convênios e subvenções de governo; doações de diversas fontes. Estrutura de projetos para captação de recursos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BUARQUE, C. Avaliação econômica de projetos . Rio: Campus, 1994. CLEMENTE, Ademir et alii. Projetos empresariais e públicos . São Paulo: Atlas, 1998. CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais: avaliação e prática, impacto ambiental, externalidades, benefícios e custos sociais . São Paulo: Atlas, 1997. WOILER, Sansão & FRANCO MATHIAS, Washington. Projetos: planejamento, elaboração e análise . 12ª tiragem. São Paulo: Atlas, 1996.
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS
Disciplina: Administração Municipal Termo: 7º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Administração Pública municipal: características e problemas. A autonomia e os limites da ação da gestão pública municipal. A organização dos poderes no município. O planejamento e o controle municipais. Experiências na gestão pública municipal.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANDRADE, Nilton de Aquino (org.). Planejamento governamental para municípios . São Paulo: Atlas, 2005. VERGARA, Sylvia Constant; CORRÊA, Vera Lúcia de Almeida (orgs.). Propostas para uma gestão pública municipal efetiva . 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. SOARES, J.A.e GONDIM, L. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local In SOARES, J.A e CACCIA BAVA, S (org.) Os desafios da gestão municipal democrática . São Paulo, Córtes, 1998, p.61-96

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS
Disciplina: Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos Termo: 7º Créditos:4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Conceituação. Objetos, tipos e metodologias de avaliação. Sistemas de informação e bases de dados sobre políticas e serviços públicos. Análise e avaliação de projetos e programas públicos. Pesquisas de avaliação de tipo quantitativo e de tipo qualitativo. O gerenciamento de resultados. Avaliação por resultados intermediários: produtos e serviços prestados. Avaliação por impactos finais. Instrumentos de avaliação. A avaliação de resultados como instrumentos de ampliação da participação cidadã e da <i>accountability</i> do serviço público.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BELLAVANCE, Michel. Les politiques gouvernementales: elaboration, gestion et évaluation. Montreal: Agence D'ARC, 1985. COHEN, E. & FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis: Vozes, 1993. PEREZ, Marcos Augusto. A administração pública democrática. Belo Horizonte: Forum, 2004 ROBINSON, Mark. Avaliação participativa de impacto: reflexões provenientes do trabalho de campo (ODI). Rio: ASPTA, 1994. (Textos para Debate 54). ROCHE, Chris. Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar as mudanças. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. TROSA, Sylvie. Gestão pública por resultados: Quando o Estado se compromete. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Enap, 2001.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS
Disciplina: Marketing de Serviços Públicos Termo: 7º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Fundamentos do marketing integrado. Marketing voltado para valor. Ética em marketing. Marketing social. Marketing voltado para as causas sociais. Mix de marketing social. Marketing de relacionamento. Bases para a elaboração de um plano de marketing.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA KOTLER, P. & ROBERTO, E. L. Marketing social: estratégias para alterar o comportamento social. Rio de Janeiro: Campus, 1993. CARVALHO, S. V. Direito do consumidor. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997. THOMPSON, M. Marketing social. São Paulo: Makron 2000.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS
Disciplina: Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual Termo: 7º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Infra-estrutura de tecnologia de informação e comunicação para o governo. Legislação e políticas de tecnologia de informação para prestação de serviços públicos. Planejamento estratégico de sistemas de informação governamental. Gerência de custos de sistemas de informação governamental. Sistemas de informações corporativo e governamental.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GARSON, G. David. Handbook of public information systems. January 2000. _____. Public information technology: policy and management, 2003. FERRER, Florência; SANTOS, Paula (orgs.). E-government: o governo eletrônico no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2004.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG
Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado II Termo: 7º Créditos: 10
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 1 de 2 de fevereiro de 2004 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa : Estudo teórico e prático acerca de conteúdos da Administração Pública e da co-produção dos serviços públicos. Elementos pré-textuais. Desenvolvimento. Elementos pós-textuais. Composição estrutural do relatório de estágio II.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA A bibliografia deve ser condizente com quaisquer áreas da Administração Pública e da Co-Produção dos Serviços Públicos, já citadas, escolhida para a realização do Estágio Curricular Supervisionado II.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS
Disciplina: Relações Intergovernamentais Termo: 8º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Relações entre as distintas esferas de governo: poderes executivo, legislativo e judiciário. Relações entre governos federal, estadual e municipal. Relações entre os diferentes órgãos do governo federal com órgãos estaduais e municipais. O papel das agências reguladoras. Relações entre os órgãos de um mesmo nível de governo. Estratégias de relações inter-organizacionais e intergovernamentais. Definição de fronteiras e competências. Colaboração e consórcios. Conflitos interinstitucionais. Coordenação interórgãos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ABRUCIO, Fernando Luiz. A reconstrução das funções governamentais no federalismo brasileiro. In: HOFMEISTER, Wilhelm, BRASILIENSE CARNEIRO, José Mário (Orgs.) Federalismo na Alemanha e no Brasil . São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil : 1988. 11ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1999. MORAES, Marcos Ribeiro de; As relações intergovernamentais na Republica Federal da Alemanha - uma análise economica-institucional . Sao Paulo: KONRAD-DENAUER-STIFTUNG, 2001.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS
Disciplina: Teoria e Prática de Administração de Serviços Públicos Termo: 8º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: A aprendizagem formal e a experiência em administração pública: a relação entre teoria e pratica. Estilos, atores, atividades e instrumentos de implementação. As práticas de administração pública por meio de estudos de caso. Consultoria de Procedimentos a relação entre teoria e pratica. Estilos, atividades e instrumentos. As práticas de consultoria de procedimentos por meio de estudos de caso
BIBLIOGRAFIA BÁSICA SCHEIN, Edgar H. Consultoria de procedimentos: seu papel no desenvolvimento organizacional.. Sao Paulo: E. Blucher, 1975. CLINE, K. D. <i>Defining the implementation problem: organization management versus cooperation.</i> Journal of Public Administration Research and Theory . July 20, v.10 n.3 p. 551-571. PRESSMAN, JEFFREY L. & WILDAVSKY, Aaron B. Implementation . 3 ed. Berkeley: University of California Press, 1984.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS		
Disciplina: Desenvolvimento de Lideranças	Termo: 8^o	Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE n° 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar		
Ementa: A liderança na organização e na sociedade. As teorias sobre liderança: dos clássicos aos contemporâneos. Papéis do líder. Empoderamento. Visão, valores e ética. A liderança para o futuro. Construindo um bom ambiente de trabalho. Liderando a si mesmo e aos outros. Plano de desenvolvimento pessoal. Desenvolvimento de líderes. Aprendizagem. Estilos de aprendizagem. Trabalho em equipes.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DOIMO, A.M. A vez e a voz do popular . Rio de Janeiro, Relume Dumar, 1996, cap. I,II,VI,VII e VIII. HESSELBEIN, Frances; GOLDSMITH, Marshall; BERCKHARD, Richard; SCHUBERT, Richard F. A comunidade do futuro . Peter F. Drucker Foundation, 2 ed., São Paulo: Editora Futura, 2001. WHEATLEY, Margaret J. Liderança e a nova ciência: aprendendo organização com um universo ordenado . São Paulo: Cultrix, 1999. FOLLETT, Mary P. Profeta do Gerenciamento . Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.		

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS		
Disciplina: Sistemas de Accountability	Termo: 8^o	Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE n° 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar		
Ementa: Conceitos de accountability e a democracia. Abordagem legal e de poder. Transparência, controle, responsabilidade, responsividade e prestação de contas. Mecanismos e técnicas organizacionais para accountability. Accountability horizontal e vertical. Fontes de controle externas e internas. Alvos ativos e passivos da accountability. Controle social e seus diferentes aparatos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AKUTSU, Luiz. Sociedade da Informação, Accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil . Dissertação de Mestrado. EA/UFBA. Salvador. 2002. CAMPOS, Ana Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o Português? RAP.Vol. 24. N. 2, p. 30-50. fev/abr. 1990. 111 O'DONNELL, Guilherme (1998), "Accountability Horizontal e Novas Poliarquias". <i>Lua Nova</i> , 44: 27-52.		

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E
SOCIAIS

Disciplina: Gestão dos Espaços Urbanos Termo: 8º Créditos: 4

Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005

- () conteúdos de formação básica
- (X) conteúdos de formação profissional
- () conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias
- () conteúdos de formação complementar

Ementa:

Teorias, modelos e técnicas contemporâneas e principais tendências para gerir a administração pública com destaque para o patrimônio histórico, a cultura etc. A relação cidade-campo. Processo de urbanização. Funções urbanas e classificação das cidades e regiões. O crescimento urbano. Análise urbana de Santa Catarina. Organização do espaço urbano. Planejamento urbano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: DAGNINO, E. (org) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

**5.13.6 Matriz curricular proposta para o curso de graduação em
Administração Pública – vigência 2007/2**

1º termo	Créd	CH	Depto	Pré-requisito	Campo de Estudo
Administração Pública e Sociedade	4	72	DEAP		Formação Profissional
Metodologia Científica e da Pesquisa	2	36	DEAG		Formação Básica
Instituições de Direito Público e Privado	4	72	DEAG		Formação Básica
Matemática	4	72	DMQP		Métodos Quantitativos e Tecnologias
Filosofia	2	36	DEAP		Formação Básica
Sociologia	4	72	DEAG		Formação Básica
Tecnologia Básica da Informação e da Comunicação – Aplicada à Administração (Ead)	4	72	DMQP		Métodos Quantitativos e Tecnologias
TOTAL	24	432			

2º termo	Créd	CH	Depto	Pré-requisito	Campo de Estudo
Teoria Geral da Administração Pública	4	72	DEAP	Administração Pública e Sociedade	Formação Profissional
Psicologia	4	72	DEAP		Formação Básica
Métodos Estatísticos	4	72	DMQP		Métodos Quantitativos e Tecnologias
Teoria Econômica I	4	72	DEEM		Formação Básica
Fundamentos de Ciência Política	2	36	DEAP		Formação Básica
Organização, Sistemas e Métodos	2	36	DEAG		Formação Profissional
TOTAL	20	360			

3º termo	Créd	CH	Depto	Pré-requisito	Campo de Estudo
Gestão de Sistemas de Informação	4	72	DEAP		Métodos Quantitativos e Tecnologias
Teoria Econômica II	4	72	DEEM	Teoria Econômica I	Formação Básica
Direito Administrativo	4	72	DEAP	Instituições de Direito Público e Privado	Formação Básica
Co-Produção dos Serviços Públicos	4	72	DEAP		Formação Profissional
Finanças Públicas	4	72	DEAP		Formação Profissional
TOTAL	20	360			

4º termo	Créd	CH	Depto	Pré-requisito	Campo de Estudo
Antropologia Política	4	72	DEAP		Formação Básica
Planejamento Público	4	72	DEAP		Formação Profissional
Administração de Recursos Humanos	4	72	DEAG		Formação Profissional
Administração Pública I	4	72	DEAP		Formação Profissional
Orçamento Público	4	72	DEAP		Formação Básica
TOTAL	20	360			

5º termo	Créd	CH	Depto	Pré-requisito	Campo de Estudo
Políticas Públicas	4	72	DEAP		Formação Complementar
Licitações e Contratos de Prestação de Serviços Públicos	4	72	DEAP		Formação Profissional
Contabilidade Pública	4	72	DEAP		Formação Básica
Administração de Materiais, Patrimônio e Logística na Administração Pública	4	72	DEAP		Formação Profissional
Administração Pública II	4	72	DEAP	Administração Pública I	Formação Profissional
TOTAL	20	360			

6º termo	Créd	CH	Depto	Pré-requisito	Campo de Estudo
Mediação e Negociação no Setor Público	4	72	DEAP		Formação Complementar
Gestão de Organizações do Terceiro Setor	4	72	DEAP		Formação Complementar
Administração Pública III	4	72	DEAP	Administração Pública II	Formação Profissional
Gestão da Responsabilidade Sócio Ambiental	4	72	DEAP		Formação Complementar
Desenvolvimento Sustentável e Territorialidade	4	72	DEAP		Formação Complementar
TOTAL	20	360			

7º termo	Créd	CH	Depto	Pré-requisito	Campo de Estudo
Ética na Administração Pública	2	36	DEAP		Formação Básica
Desenvolvimento de Projetos Públicos	4	72	DEAP		Formação Complementar
Desenvolvimento Comunitário e Poder Local.	2	36	DEAP		Formação Complementar
Administração Municipal	4	72	DEAP		Formação Profissional
Marketing de Serviços Públicos	4	72	DEAP		Formação Profissional
Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual	4	72	DEAP		Métodos Quantitativos e Tecnologias
Estágio Curricular Supervisionado I	10	180			Formação Profissional
TOTAL	30	540			

8º termo	Créd	CH	Depto	Pré-requisito	Campo de Estudo
Sistemas de Accountability	2	36	DEAP		Formação Complementar
Relações Intergovernamentais	4	72	DEAP		Formação Complementar
Teoria e Prática de Administração dos Serviços Públicos	4	72	DEAP		Formação Profissional
Desenvolvimento de Lideranças	2	36	DEAP		Formação Complementar
Gestão de Espaços Urbanos	4	72	DEAP		Formação Profissional
Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos	4	72	DEAP		Formação Complementar
Estágio Curricular Supervisionado II	10	180			Formação Profissional
TOTAL	30	540			

QUADRO SÍNTESE DA GRADE CURRICULAR

TOTAL CRÉDITOS EM DISCIPLINAS	164	2952
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	20	360
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	16	288
TOTAL GERAL	200	3.600

5.13.6.1 Áreas do Conhecimento/Disciplinas Integrantes do currículo

As áreas de conhecimento entendidas como campos de conhecimentos, conforme definidos pela Resolução CES/CNE nº 4 de 13 de julho de 2005, podem ser verificadas no Quadro 6, onde constam os campos de conteúdos das diretrizes curriculares em relação as disciplinas ofertadas (nome das disciplinas, carga horária e número de créditos) na nova matriz curricular para o curso de Administração Pública.

Quadro 6 - Comparativo dos conteúdos (conforme diretrizes) x disciplinas do currículo do curso proposto de Administração

Conteúdos curriculares	Disciplinas da Matriz Curricular Proposta	Nº créditos	Carga horária
Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas	Metodologia Científica e da Pesquisa	2	36
	Instituições de Direito Público e Privado	4	72
	Filosofia	2	36
	Sociologia	4	72
	Psicologia	4	72
	Teoria Econômica I	4	72
	Fundamentos de Ciência Política	2	36
	Teoria Econômica II	4	72
	Antropologia Política	4	72
	Orçamento Público	4	72
	Contabilidade Pública	4	72
	Ética na Administração Pública	2	36

Conteúdos curriculares	Disciplinas da Matriz Curricular Proposta	Nº créditos	Carga horária
Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.	Políticas Públicas	4	72
	Mediação e Negociação no Setor Público	4	72
	Gestão de Organizações do Terceiro Setor	4	72
	Gestão da Responsabilidade Sócio Ambiental	4	72
	Desenvolvimento Sustentável e Territorialidade	4	72
	Desenvolvimento de Projetos Públicos	4	72
	Desenvolvimento Comunitário e Poder Local.	2	36
	Sistemas de Accountability	2	36
	Relações Intergovernamentais	4	72
	Desenvolvimento de Lideranças	2	36
	Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos	4	72
Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo; teorias da administração e das organizações; administração de recursos humanos; mercado e marketing; materiais, produção e logística; financeira e orçamentária; sistemas de informações; planejamento estratégico e serviços.	Administração Pública e Sociedade	4	72
	Teoria Geral da Administração Pública	4	72
	Organização, Sistemas e Métodos	2	36
	Co-Produção dos Serviços Públicos	4	72
	Direito Administrativo	4	72
	Finanças Públicas	4	72
	Planejamento Público	4	72
	Administração de Recursos Humanos	4	72
	Administração Pública I	4	72
	Licitações e Contratos de Prestação de Serviços Públicos	4	72
	Administração de Materiais, Patrimônio e Logística na Administração Pública	4	72
	Administração Pública II	4	72
	Administração Pública III	4	72
	Administração Municipal	4	72
	Marketing de Serviços Públicos	4	72
	Estágio Curricular Supervisionado I	10	180
	Teoria e Prática de Administração dos Serviços Públicos	4	72
Gestão de Espaços Urbanos	4	72	
Estágio Curricular Supervisionado II	10	180	

Conteúdos curriculares	Disciplinas da Matriz Curricular Proposta	Nº créditos	Carga horária
Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração	Matemática	4	72
	Tecnologia Básica da Informação e da Comunicação – Aplicada à Administração (Ead)	4	72
	Métodos Estatísticos	4	72
	Gestão de Sistemas de Informação	4	72
	Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual	4	72
Atividades Complementares	Monitorias, viagens de estudo, participação de palestras, dentre outras.	16	288

5.13.6.2 Quadro de equivalências

Quadro 7 - Equivalências entre as disciplinas do currículo proposto para 2007/2 e as do currículo em andamento implantado em 2005/1

MATRIZ CURRICULAR VIGENTE			MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA		
Disciplinas	Termo	Créditos	Disciplinas	Termo	Créditos
			Administração Pública e Sociedade	1	4
Co-produção dos Serviços Públicos I	1	2			
Metodologia Científica em Estudos de Administração Pública	1	2	Metodologia Científica e da Pesquisa	1	2
Sociologia	1	4	Sociologia	1	4
			Instituições de Direito Público e Privado	1	4
Matemática	1	4	Matemática	1	4
Filosofia	1	2	Filosofia	1	2
Tecnologia Básica da Informação	1	2	Tecnologia Básica da Informação e da Comunicação – Aplicada à Administração (ead)	1	4
Educação Física Curricular I	1	2			
Teoria Geral da Administração Pública	1	4			
			TOTAL		24
Estatística	2	4	Métodos Estatísticos	2	4
Psicologia	2	4	Psicologia	2	4
			Teoria Econômica I	2	4
Teoria Geral da Administração Pública	1	4	Teoria Geral da Administração Pública	2	4
			Fundamentos de Ciência Política	2	2
			Organizações, Sistemas e Métodos.	2	2
Ética na Administração Pública	2	4			
Co-produção dos Serviços Públicos II	2	2			
Ciência Política e Organização do Estado	2	4			
Educação Física Curricular II	2	2			
Estudos sobre a Realidade Catarinense	2	4			
			TOTAL		20

Cont. do quadro anterior de equivalência

MATRIZ CURRICULAR VIGENTE			MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA		
Disciplinas	Termo	Créditos	Disciplinas	Termo	Créditos
Administração de Serviços Públicos I	3	4			
Fundamentos de Economia	3	4	Teoria Econômica II	3	4
Comunicação e Negociação nos Serviços Públicos	3	4			
Direito Administrativo	5	4	Direito Administrativo	3	4
Legislação do Terceiro Setor e de Proteção Social	3	4			
Finanças Públicas	3	4	Finanças Públicas	3	4
Co-Produção dos Serviços Públicos I	1	2	Co-Produção do Serviço Público	3	4
Co-Produção dos Serviços Públicos II	2	2			
Sistemas de Informações Gerenciais	3	4	Gestão de Sistemas de Informação	3	4
			TOTAL		20
			Antropologia Política	4	4
Administração de Recursos Humanos em Administração Pública	4	4	Administração de Recursos Humanos	4	4
Administração de Serviços Públicos I	3	4	Administração Pública I	4	4
Administração de Serviços Públicos II	4	2			
Políticas Públicas	4	4			
Cidadania, Desenvolvimento Comunitário e Poder Local	4	4			
Orçamento Público	4	4	Orçamento Público	4	4
Estratégia em Organizações Públicas	4	4	Planejamento Público	4	4
Atividades Complementares I	4	2			
			TOTAL		20

Cont. do quadro anterior de equivalência

MATRIZ CURRICULAR VIGENTE			MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA		
Disciplinas	Termo	Créditos	Disciplinas	Termo	Créditos
Políticas Públicas	4	4	Políticas Públicas	5	4
Gestão de Contratos e de Prestação de Serviços Públicos	5	4	Licitações e Contratos de Prestação de Serviços Públicos	5	4
Contabilidade Pública	5	4	Contabilidade Pública	5	4
Administração de Serviços Públicos II	4	2	Administração Pública II	5	4
Direito Administrativo	5	4			
Licitações e Logística na Administração Pública	5	4	Administração de Materiais, Patrimônio e Logística na Administração Pública	5	4
Metodologias de Planejamento Participativo	5	4			
Atividades Complementares II	5	2			
			TOTAL		20
Desenvolvimento Sustentável e Territorialidade	6	4	Desenvolvimento Sustentável e Territorialidade	6	4
Comunicação e Negociação nos Serviços Públicos	3	4	Mediação e Negociação no Setor Público	6	4
Responsabilidade Social Corporativa	6	4	Gestão da Responsabilidade Sócio Ambiental	6	4
Gestão de Organizações do Terceiro Setor	6	4	Gestão de Organizações do Terceiro Setor	6	4
			Administração Pública III	6	4
Pesquisa Social	6	4			
Tópicos Especiais em Administração de Serviços Públicos I	6	2			
Seminário de Estágio	6	2			
Estágio Supervisionado I	6	10			
			TOTAL		20

Cont. do quadro anterior de equivalência

MATRIZ CURRICULAR VIGENTE			MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA		
Disciplinas	Termo	Créditos	Disciplinas	Termo	Créditos
Desenvolvimento de Projetos Públicos	7	4	Desenvolvimento de Projetos Públicos	7	4
Administração Municipal	7	4	Administração Municipal	7	4
Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual	7	4	Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual	7	4
Cidadania, Desenvolvimento Comunitário e Poder Local	4	4	Desenvolvimento Comunitário e Poder Local	7	2
Ética na Administração Pública	2	4	Ética na Administração Pública	7	2
Marketing de Serviços Públicos	7	4	Marketing de Serviços Públicos	7	4
Estágio Supervisionado I	6	10	Estágio Curricular Supervisionado I	7	10
Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos	7	4			
Estágio Curricular Supervisionado II	7	10			
			TOTAL		30
Relações Intergovernamentais	8	4	Relações Intergovernamentais	8	4
Teoria e Prática de Administração de Serviços Públicos	8	4	Teoria e Prática de Administração de Serviços Públicos	8	4
Desenvolvimento de Lideranças	8	4	Desenvolvimento de Lideranças	8	2
Sistemas de Accountability	8	4	Sistemas de Accountability	8	2
Gestão de Espaços Urbanos	8	4	Gestão de Espaços Urbanos	8	4
Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos	7	4	Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos	8	4
Estágio Curricular Supervisionado II	7	10	Estágio Curricular Supervisionado II	8	10
			TOTAL		30

Em relação às duas matrizes curriculares observa-se o que segue:

a) Número de fases

- 08 fases (grade curricular implantada em 2005/1 e na grade curricular proposta a ser implantada em 2007/2)

b) alteração da carga horária

- 3.060 h/a (grade curricular vigente – 2005/1)
- 3.600 h/a (grade curricular proposta – vigência em 2007/2)

c) alteração do nº de créditos

- 204 (grade curricular vigente – 2005/1)
- 200 (grade curricular proposta – 2007/2)

d) estágio obrigatório

- 300 horas-aula (grade curricular vigente – 2005/1)
- 360 horas-aula (grade curricular proposta – 2007/2)

e) disciplinas na modalidade Ead

- 72 horas-aula de Tecnologia Básica da Informação e da Comunicação Aplicada a Administração

f) atividades Complementares

- 120 horas-aula (grade curricular vigente – 2005/1)
- 288 horas-aula (grade curricular proposta para 2007/2)

g) alteração do valor do crédito e do número de dias letivos

- Art. 1º - As cargas horárias previstas para a integralização dos currículos dos cursos de graduação da UDESC devem ser cumpridas de acordo com o conceito de **hora-relógio (60 minutos) e não de hora-aula**, já que estas podem ser variáveis.
- Art. 2º - A carga horária de cada disciplina e dos currículos dos cursos de graduação da UDESC devem ser integralizados, em seus currículos mínimos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais ou de Parecer equivalente, considerando-se **horas de 60 (sessenta) minutos**.
- Art. 3º - A **duração da hora-aula na UDESC é de 50 (cinquenta) minutos**.
- Art. 4º - O valor do crédito de cada disciplina dos currículos dos cursos de graduação da UDESC é de **18 (dezoito) horas**.
- Art. 5º - Para o cumprimento do artigo anterior, o semestre letivo será composto de, no **mínimo, 18 (dezoito) semanas e 108 (cento e oito) dias letivos**.

Em relação ao quadro de equivalências das disciplinas propostas para o novo Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Administração Pública, a ser implantado em 2007/2, quando comparado com o implantado em 2005/1, com as alterações do 7º e 8º Termos, pode-se verificar:

a) Alteração de nomenclatura de disciplinas

MATRIZ CURRICULAR VIGENTE	TERMO	CRÉD.	MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA	TERMO	CRÉD.
Metodologia Científica em Estudos de Administração Pública	1	2	Metodologia Científica e da Pesquisa	1	2
Estatística	2	4	Métodos Estatísticos	2	4
Fundamentos de Economia	3	4	Teoria Econômica II	3	4
Sistemas de Informações Gerenciais	3	4	Gestão de Sistemas de Informação	3	4
Administração de Recursos Humanos em Administração Pública	4	4	Administração de Recursos Humanos	4	4
Estratégia em Organizações Públicas	4	4	Planejamento Público	4	4
Licitações e Logística na Administração Pública	5	4	Administração de Materiais, Patrimônio e Logística na Administração Pública	5	4
Gestão de Contratos e de Prestação de Serviços Públicos	5	4	Licitações e Contratos de Prestação de Serviços Públicos	5	4
Responsabilidade Social Corporativa	6	4	Gestão da Responsabilidade Sócio Ambiental	6	4

b) Alteração de nomenclatura e fase de disciplinas

MATRIZ CURRICULAR VIGENTE	TERMO	CRÉD.	MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA	TERMO	CRÉD.
Administração de Serviços Públicos I	3	4	Administração Pública I	4	4
Estágio Supervisionado I	6	10	Estágio Curricular Supervisionado I	7	10
Comunicação e Negociação nos Serviços Públicos	3	4	Mediação e Negociação no Setor Público	6	4

c) Alteração de nomenclatura e carga horária de disciplinas

MATRIZ CURRICULAR VIGENTE	TERMO	CRÉD.	MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA	TERMO	CRÉD.
Tecnologia Básica da Informação	1	2	Tecnologia Básica da Informação e da Comunicação – Aplicada à Administração (ead)	1	4

d) Alteração de nomenclatura, carga horária e fase de disciplinas

MATRIZ CURRICULAR VIGENTE	TERMO	CRÉD.	MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA	TERMO	CRÉD.
Administração de Serviços Públicos II	4	2	Administração Pública II	5	4
Cidadania, Desenvolvimento Comunitário e Poder Local	4	4	Desenvolvimento Comunitário e Poder Local	7	2

e) Alteração de fase de disciplinas

MATRIZ CURRICULAR VIGENTE	TERMO	CRÉD.	MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA	TERMO	CRÉD.
Teoria Geral da Administração Pública	1	4	Teoria Geral da Administração Pública	2	4
Direito Administrativo	5	4	Direito Administrativo	3	4
Políticas Públicas	4	4	Políticas Públicas	5	4
Metodologias de avaliação de serviços públicos	7	4	Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos	8	4
Estágio Curricular Supervisionado II	7	10	Estágio Curricular Supervisionado II	8	10

f) Alteração de carga horária e fase de disciplinas

MATRIZ CURRICULAR VIGENTE	TERMO	CRÉD.	MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA	TERMO	CRÉD.
Ética na Administração Pública	2	4	Ética na Administração Pública	7	2

g) Alteração de carga horária de disciplinas

MATRIZ CURRICULAR VIGENTE	TERMO	CRÉD.	MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA	TERMO	CRÉD.
Desenvolvimento de Lideranças	8	4	Desenvolvimento de Lideranças	8	2
Sistemas de Accountability	8	4	Sistemas de Accountability	8	2

h) Inclusão de disciplinas

MATRIZ CURRICULAR VIGENTE	TERMO	CRÉD.	MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA	TERMO	CRÉD.
---	---	---	Administração Pública e Sociedade	1	4
---	---	---	Instituições de Direito Público e Privado	1	4
---	---	---	Teoria Econômica I	2	4
---	---	---	Fundamentos de Ciência Política	2	2
---	---	---	Organizações, Sistemas e Métodos.	2	2
---	---	---	Antropologia Política	4	4
---	---	---	Administração Pública III	6	4

i) Disciplinas suprimidas

MATRIZ CURRICULAR VIGENTE	TERMO	CRÉD.	MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA	TERMO	CRÉD.
Educação Física Curricular I	1	2	---	---	---
Ciência Política e Organização do Estado	2	4	---	---	---
Educação Física Curricular II	2	2	---	---	---
Estudos sobre a Realidade Catarinense	2	4	---	---	---
Atividades Complementares I	4	2	---	---	---
Metodologias de Planejamento Participativo	5	4	---	---	---
Atividades Complementares II	5	2	---	---	---
Pesquisa Social	6	4	---	---	---
Tópicos Especiais em Administração de Serviços Públicos I	6	2	---	---	---
Seminário de Estágio	6	2	---	---	---
Legislação do Terceiro Setor e de Proteção Social	3	4	---	---	---

j) Disciplinas unificadas

MATRIZ CURRICULAR VIGENTE	TERMO	CRÉD.	MATRIZ CURRICULAR PROPOSTA	TERMO	CRÉD.
Co-produção dos Serviços Públicos I	1	2	Co-Produção dos Serviços Públicos	3	4
Co-produção dos Serviços Públicos II	2	2			

5.13.7 Plano de extinção gradativa do currículo vigente

O plano de extinção do currículo do Curso de Administração de Serviços Públicos implantado em 2005/1, respeitados os ajustes, dar-se-á a partir do plano de implantação da nova matriz curricular para os alunos ingressos em 2007/2. O currículo vigente se extinguirá em 2010/2, conforme demonstrado no abaixo:

Quadro 8 – Plano de extinção do currículo vigente

2/2007	1/2008	2/2008	1/2009	2/2009	1/2010	2/2010
2º Termo	3º Termo	4º Termo	5º Termo	6º Termo	7º Termo	8º Termo
3º Termo	4º Termo	5º Termo	6º Termo	7º Termo	8º Termo	
4º Termo	5º Termo	6º Termo	7º Termo	8º Termo		
5º Termo	6º Termo	7º Termo	8º Termo			
6º Termo	7º Termo	8º Termo				
7º Termo*	8º Termo					

* O curso de Adm. de Serviços Públicos está em implantação e encontra-se no 6º Termo no semestre 2007/1

Destaca-se que os alunos ingressos nos semestres **2004/2, 2005/1, 2005/2, 2006/1, 2006/2 e 2007/1** passarão por processo de migração para o novo Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Administração Pública a ser implementado em 2007/2.

5.13.8 Plano de Implantação da matriz curricular

Quadro 9 – Plano de Implantação da nova matriz curricular

2/2007	1/2008	2/2008	1/2009	2/2009	1/2010	2/2010	1/2011
1º Termo							
	2º Termo						
		3º Termo					
			4º Termo				
				5º Termo	5º Termo	5º Termo	5º Termo
					6º Termo	6º Termo	6º Termo
						7º Termo	7º Termo
							8º Termo

Os alunos ingressos no Curso de Administração de Serviços Públicos nos semestres, 2004/2, 2005/1, 2005/2, 2006/1, 2006/2 e 2007/1 passarão por processo de migração para o currículo do Curso de Administração Pública da seguinte forma:

- a) os alunos **ingressos em 2004/2** deverão cursar, quando da implementação do novo currículo, em 2007/2, as disciplinas do 7º e 8º Termo constantes na nova grade curricular, conforme processo de ajuste.
- b) os alunos **ingressos em 2005/1** deverão cursar, quando da implementação do novo currículo, em 2007/2, as disciplinas do 6º Termo constantes na nova grade curricular.
- c) os alunos **ingressos em 2005/2** deverão cursar, quando da implementação do novo currículo, em 2007/2, as disciplinas do 5º Termo constantes na nova grade curricular.
- d) os alunos **ingressos em 2006/1** deverão cursar, quando da implementação do novo currículo, em 2007/2, as disciplinas do 4º Termo constantes na nova grade curricular.

- e) os alunos **ingressos em 2006/2** deverão cursar, quando da implementação do novo currículo, em 2007/2, as disciplinas do 3º Termo constantes na nova grade curricular.
- f) os **alunos ingressos em 2007/1** deverão cursar, quando da implantação do novo currículo, em 2007/2, as disciplinas do 2º Termo constantes na nova grade curricular.
- g) os **alunos ingressos em 2007/2** deverão cursar, quando da implantação do novo currículo em 2007/2, as disciplinas do 1º Termo. Estes alunos deverão cursar o currículo a ser implantado em 2007/2.

Em relação ao processo de migração, convém ressaltar o que segue:

- a) Em 2007/2 os alunos ingressos em 2007/1 deverão cursar no 2º termo a disciplina de Instituição de Direito Público e Privado no lugar da disciplina de Teoria Geral da Administração Pública, pelo fato da mesma já ter sido cursada pelos alunos em 2007/1. Este ajuste é válido somente para os alunos ingressos em 2007/1.
- b) Os alunos que ingressaram em 2006/1 e 2006/2, terão validado a disciplina Administração Pública e Sociedade, pela equivalência de 2 créditos de Ética em Administração Pública e 2 créditos de Ciência Política e Organização do Estado. Esta convalidação é válida para os alunos que cursaram as duas disciplinas, para fins de integralização curricular, devido ao processo de migração, ou seja, a partir de 2007/2, estes alunos passarão a cursar o novo currículo do curso.
- c) Os alunos que ingressaram em 2004/2, 2005/1 e 2005/2, terão validado a disciplina Administração Pública e Sociedade, pela equivalência de 2 créditos da disciplina de Ética em Administração Pública e 2 créditos de Administração dos Serviços Públicos II. Esta convalidação é válida para os alunos que cursaram as duas disciplinas, para fins de integralização curricular, devido ao processo de migração, ou seja, a partir de 2007/2, estes alunos passarão a cursar o novo currículo do curso.

- d) Os alunos ingressos em 2007/1 deverão completar em 30 horas a carga horária da disciplina de Administração Pública e Sociedade em regime especial pelo fato dos mesmos terem cursado a disciplina Co-produção dos serviços públicos I com 30hs.
- e) Os alunos ingressos em 2007/1, 2006/2; 2006/1; 2005/2; 2005/1 e 2004/2 que cursaram a disciplina Tecnologia de Informação terão validado a disciplina Tecnologia básica da Informação Aplicada a Administração Pública.
- f) Os alunos que ingressaram em 2004/2, 2005/1, 2005/2 e 2006/1, terão validado a disciplina Instituição do Direito Público e Privado, por Legislação do Terceiro Setor e Proteção Social. Esta convalidação é válida para os alunos que cursaram a disciplina, para fins de integralização curricular, devido ao processo de migração, ou seja, a partir de 2007/2, estes alunos passarão a cursar o novo currículo do curso.
- g) Os alunos ingressos em 2006/2; 2006/1; 2005/2; 2005/1 e 2004/2 que cursaram as disciplinas Co-produção I e Co-produção II terão validado a disciplina Co-produção dos Serviços Públicos. Esta convalidação é válida para os alunos que cursaram as duas disciplinas.
- h) Os alunos que ingressaram em 2006/2 e 2007/1 deverão cursar em 2007/2, a disciplina Instituição de Direito Público e Privado, para fins de integralização curricular, devido ao processo de migração, ou seja, a partir de 2007/2, estes alunos passarão a cursar o novo currículo do curso.
- i) Os alunos que ingressaram em 2006/2, 2006/1 e 2005/2 deverão cursar em 2007/2 a disciplina Direito Administrativo, para fins de integralização curricular, devido ao processo de migração, ou seja, a partir de 2007/2, estes alunos passarão a cursar o novo currículo do curso.
- j) Os alunos que ingressaram em 2004/2, 2005/1, 2005/2, 2006/1 e 2006/2, terão validado a disciplina Teoria Econômica I a disciplina Estudos sobre a Realidade Catarinense. Esta convalidação é válida para os alunos que cursaram a disciplina, para fins de integralização

curricular, devido ao processo de migração, ou seja, a partir de 2007/2, estes alunos passarão a cursar o novo currículo do curso.

- k) Os alunos que ingressaram em 2004/2, 2005/1, 2005/2, 2006/1 e 2006/2, terão validado a disciplina Fundamentos de Ciência Política com 2 créditos de Ciência Política e Organização do Estado. Esta convalidação é válida para os alunos que cursaram a disciplina, para fins de integralização curricular, devido ao processo de migração, ou seja, a partir de 2007/2, estes alunos passarão a cursar o novo currículo do curso.
- l) Os alunos ingressos em 2004/2 e 2005/1 terão validado a disciplina Administração Pública II (4 créditos) com a disciplina Metodologias de Planejamento Participativa (4 créditos). Esta convalidação é válida para os alunos que cursaram a disciplina, para fins de integralização curricular, devido ao processo de migração, ou seja, a partir de 2007/2, estes alunos passarão a cursar o novo currículo do curso.
- m) Os alunos ingressos em 2006/2; 2006/1; 2005/2 e 2005/1 deverão cursar em 2007/2, a disciplina Organização, Sistema e Método, para fins de integralização curricular, devido ao processo de migração, ou seja, a partir de 2007/2, estes alunos passarão a cursar o novo currículo do curso.
- n) Os alunos que ingressaram em 2004/2, 2005/1 e 2005/2, terão validado a disciplina Antropologia Política (4 créditos) com 2 créditos (excedentes) de Ciência Política e 2 créditos de Cidadania, Desenvolvimento Comunitário e Poder Local. Esta convalidação é válida para os alunos que cursaram as duas disciplinas, para fins de integralização curricular, devido ao processo de migração, ou seja, a partir de 2007/2, estes alunos passarão a cursar o novo currículo do curso.
- o) Os alunos ingressos em 2004/2, que cursaram a disciplina Tópicos Especiais I, com 2 créditos (30hs) terão equivalência para a disciplina Organização, Sistemas e Métodos. Este aproveitamento deve ser

aplicado apenas para os alunos ingressos em 2004/2 e que cursaram a disciplina de Tópicos Especiais com 2 créditos (30hs).

- p) Os alunos ingressos em 2004/2, que cursaram a disciplina Seminário de Estágio (2 créditos) terão como equivalência de 2 (dois) créditos de Atividades Complementares, para fins de integralização curricular. Este aproveitamento deve ser aplicado apenas para os alunos ingressos em 2004/2 e que cursaram a disciplina Seminário de estágio (2 créditos).
- q) Os alunos ingressos em 2004/2, que cursaram a disciplina Pesquisa Social (4 créditos) terão equivalência na disciplina Administração Publica III, para fins de integralização curricular. Este aproveitamento deve ser aplicado apenas para os alunos ingressos em 2004/2 e que cursaram a disciplina Pesquisa Social (4 créditos).

5.13.9 Rol de disciplinas, ementários e bibliografia do curso de Administração Pública.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS		
Disciplina: Administração Pública e Sociedade	Termo: 1º	Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar		
Ementa: Administração Pública e Organizações Públicas: Conceito e papel da Administração Pública na sociedade. Significado político, social e econômico da Administração Pública. Evolução histórica dos estudos de Administração Pública. Fundamentos da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais. Os principais Modelos de administração pública. Administração Pública e Co-produção dos serviços públicos O administrador público, a aprendizagem e a co-produção do bem do bem comum.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Estado, democracia e Administração Pública no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2006. WILSON, Woodrow. O estudo da Administração (1887). In: WALDO, Dwight. Problemas e aspectos da Administração Pública. São Paulo: Pioneira, 1966. FACHIN, R. Conversações, Convergências, Paradoxos, Paradigmas e os Estudos Organizacionais. Organização e Sociedade , Salvador: vol. 10, n. 28, set. dez. 2003 BRUDNEY, Jeffrey L.; ENGLAND, Robert E. Toward a definition of the coproduction concept. Public Administration Review. V.43, n.1, p.59-65, jan-fev. 2003. KEINERT, Tânia, M. M. Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.		
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ADMINISTRATIVOS E GERENCIAIS		
Disciplina: Metodologia Científica e da Pesquisa	Termo: 1º	Créditos: 2
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar		
Ementa: Ciência, conhecimento e método. O processo de leitura. Trabalhos acadêmicos. Normas da ABNT. Citações. Referências e Apresentação Gráfica. Projeto de pesquisa: etapas básicas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GALLIANO, G. Método: teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1989 GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1995 LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia Científica: 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2000. VERGARA, S. C. Métodos qualitativos em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 2004.		

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ADMINISTRATIVOS E GERENCIAIS
Disciplina: Instituições de Direito Público e Privado Termo: 1º Créditos: 04
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Administração/empresa e administração pública. Legislação básica. Aspectos teóricos e práticos. Novas tendências do Direito Público frente ao contexto brasileiro e internacional. Direito Civil e Comercial. Aspectos teóricos e práticos. Novas tendências do Direito Civil e Comercial frente ao contexto brasileiro e internacional".
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito: de acordo com a Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Forense, 1999. NUNES, L. A. Manual de introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996. SECCO, Orlando de Almeida. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 2001.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE MÉTODOS QUANTITATIVOS E PRODUÇÃO
Disciplina: Matemática Termo: 1º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Funções. Limites. Derivadas. Juros Simples. Juros Compostos. Taxa de juros. Série uniforme de pagamentos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA SILVA, Sebastião Medeiros, et al. Matemática para cursos de economia, administração e ciências contábeis (vol. 1). – 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1997. PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira objetiva e aplicada - 6ª ed. São Paulo: Ed Saraiva, 1999, 6ª ed. FLEMMING, D. M. E GONÇALVES, M. B. Cálculo A: limite, derivação e integração – 5ª ed. São Paulo: Makron Books, 1992.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS		
Disciplina: Filosofia	Termo: 1º	Créditos: 2
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 (X) conteúdos de formação básica () conteúdos de formação profissional () conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias () conteúdos de formação complementar		
Ementa: Fundamentos da filosofia. Filosofia, lógica e argumentação. Filosofia, ciência e sociedade. Indivíduo, Sociedade e Estado no pensamento moderno. Bem comum. Público e privado.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARENDDT, Hanna. A Condição Humana . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. ARISTÓTELES. Metafísica – Os pensadores . São Paulo: Ed. Abril Cultural. 1974. CHALMES, A. F. O que é ciência afinal . São Paulo: Ed. Brasiliense. DESCARTES, René. Discurso sobre o método . Curitiba: Hemus, 2000.		

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ADMINISTRATIVOS E GERENCIAIS		
Disciplina: Sociologia	Termo: 1º	Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 (X) conteúdos de formação básica () conteúdos de formação profissional () conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias () conteúdos de formação complementar		
Ementa: O contexto histórico do surgimento da sociologia. A sociologia como ciência e sua relação com as outras ciências sociais. A evolução do pensamento sociológico: referenciais teóricos clássicos para o estudo da sociedade. Conceitos Básicos da Sociologia. Cultura Política, classes sociais e questões sociais. Organização política dos grupos, da comunidade e da sociedade. Estudos antropológicos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARON, R. As etapas do pensamento sociológico . São Paulo: Martins Fontes, 1998. COHEN, B. J. Sociologia Geral . São Paulo: FGV, 1981. FERRARI, A.F. Fundamentos de sociologia . São Paulo: McGraw-Hill, 1983. FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia . Rio de Janeiro: LTC, 1978.		

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE MÉTODOS QUANTITATIVOS E PRODUÇÃO
Disciplina: Tecnologia Básica da Informação e da Comunicação – Aplicada à Administração (ead) Termo: 1º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Conceitos de infra-estrutura de tecnologia da informação e comunicação – tic. Utilização de sistemas de apoio a aprendizagem. Sistemas de busca de informações científicas. Conceitos de sistemas operacionais. Uso de editores de textos aplicado à administração. Uso de planilhas de cálculo aplicados à administração. Uso de softwares proprietários e abertos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA LAUDON, K.C. e LAUDON J.P. Management information systems: organization and technology in the networked enterprise. 6 ed. New Jersey: Prentice Hall, 1999. 662p. YOURDON, Eduard. Análise estruturada de sistemas. Rio de Janeiro:Campus, 1990.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS
Disciplina: Teoria Geral da Administração Pública Termo: 2º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Escolas do pensamento administrativo. Teoria administrativa sob o foco da Administração Pública. Heranças intelectuais e políticas (Weber, Marx, Wilson, Freud, Fayol, Waldo, Simon, Lindblom etc.) Tradições do estudo de administração pública: administração pública antiga, gerencialista e novo serviço público. Dicotomias: entre política e administração, entre teoria e prática, entre fato e valor etc. Administração dos valores publicamente definidos (eficiência, democracia, justiça etc).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANDRADE, Rui Otávio B. e AMBONI, Nério. TGA – Teoria Geral de Administração: das origens às perspectivas contemporâneas. São Paulo: M'Books, 2007. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral da Administração. Rio de Janeiro: Campus, 2003. DENHARDT, Robert B. (2004). Theories of Public Organization. 4 th ed. Belmont, CA: Thomson/Wadsworth.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS
Disciplina: Psicologia Termo: 2º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Fundamentos conceituais da psicologia. Objeto e área de aplicação. O pensamento psicológico, sua evolução e suas mudanças epistemológicas. Antecedentes da Psicologia Moderna e suas relações com outras ciências e com a Filosofia. Influências das diferentes correntes filosóficas sobre a formulação das diversas escolas de Psicologia. Percepção. Personalidade. Papéis organizacionais. Conflito individual, grupal e organizacional.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DAVIDOFF, Linda L. Introdução à psicologia. São Paulo: Ed. Makron Books, 2001. ROBBINS, Stephen Comportamento organizacional. São Paulo: Ed. Prentice Hall 2002. SPECTOR, Paul. Psicologia nas organizações. São Paulo: Saraiva, 2002. ROTTER, Julian B./ HOCHREICH, Doroty J.(1980). Personalidade. Ed. Interamericana, Rio de Janeiro.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE MÉTODOS QUANTITATIVOS E PRODUÇÃO
Disciplina: Métodos Estatísticos Termo: 2º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Arredondamento estatístico. Séries estatísticas. Gráficos. Preparação de dados. Representação gráfica das distribuições de freqüência. Medidas estatísticas. Probabilidades. Amostragem. Previsões.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BARBETTA, Pedro. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994 DA SILVA, Ermes Medeiros. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis. São Paulo: Ed. Atlas, 1996 KAZMIER, Leonard. Estatística Aplicada à Economia e à Administração. São Paulo: Ed. McGraw-Hill, 1982.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS E MERCADOLÓGICOS
Disciplina: Teoria Econômica I Termo: 2º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 (X) conteúdos de formação básica () conteúdos de formação profissional () conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias () conteúdos de formação complementar
Ementa: Conceito de economia. Princípios de economia. Evolução e divisão do estudo da economia. Microeconomia. Modelos microeconômicos. Consumidor. Demanda e oferta. Mercado e produção. Estruturas de mercados. Incertezas. Teoria dos jogos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. Manual de Economia . 4º edição. São Paulo: Saraiva, 2003. 606 p. MANKIW, N. Gregory. Introdução a Economia . Tradução da 2ª ed. Americana. 13ª tiragem. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2001, 831 p. PINDYCK, Robert S. & RUBINFELD, Daniel L. Microeconomia . 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, São Paulo, 2006. 641 p.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS
Disciplina: Fundamentos de Ciência Política Termo: 2º Créditos: 2
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 (X) conteúdos de formação básica () conteúdos de formação profissional () conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias () conteúdos de formação complementar
Ementa: Organização do Estado e Ciência Política. Formas de governo. Sistemas de governo. Partidos políticos. Estrutura da administração pública Brasileira. Opinião pública. Sociedade, Estado, Governo e Direito. Democracia e Sociedade. População, povo, nação e território. Poder do Estado. Separação dos poderes.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOBBIO, N. A teoria das formas de governo . 10. ed. Brasília: Editora UNB, 1998. BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade : para uma teoria geral da política. Rio: Paz e Terra, 1987. BONAVIDES, Paulo. Ciência política . Rio: Forense, 1976. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos da teoria geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 1981. VOEGELIN, Eric. A nova ciência da política . Brasília: UnB, 1979.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ADMINISTRATIVOS E GERENCIAIS		
Disciplina: Organização, Sistemas e Métodos Termo: 2º Créditos: 2		
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 () conteúdos de formação básica (x) conteúdos de formação profissional () conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias () conteúdos de formação complementar		
Ementa: A organização: arquitetura, estrutura e configuração. Departamentalização. Delegação, descentralização e centralização. Distribuição do trabalho. Processos de trabalho. <i>Layout</i> . Fluxogramas. Organogramas e hierarquia organizacional. Formulários e manualização. Racionalização do trabalho.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARAUJO, Luiz César de Organização, Sistemas e Métodos e as tecnologias de gestão organizacional . São Paulo: Atlas, 2006 OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, organização e métodos: Uma abordagem gerencial . 16. ed. São Paulo: Atlas, 2006 OLIVEIRA, Djalma de Pinho OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, organização e métodos: Uma abordagem gerencial . 16. ed. São Paulo: Atlas, 2006.		

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS		
Disciplina: Gestão de Sistemas de Informação Termo: 3º Créditos: 4		
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 () conteúdos de formação básica () conteúdos de formação profissional (X) conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias () conteúdos de formação complementar		
Ementa: A fase inicial das iniciativas de governo digital canalizou suas ações na disponibilização das informações e serviços para acesso ao público. Estas atividades estão sendo rapidamente substituídas por iniciativas que exigem arranjos de cunho intra-institucional e de Modelos de Governança de TI.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARANTES, Nélio. Sistemas de Gestão Empresarial: Conceitos Permanentes na Administração de Empresas Válidas , São Paulo, Atlas, 1994. BIO, Sérgio Rodrigues. Sistema de Informação - Um enfoque gerencial . - São Paulo, Atlas, 1996. MAÑAS, Antonio Vico. Administração de Sistemas de Informação . São Paulo, Érica, 1999.		

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS E MERCADOLÓGICOS
Disciplina: Teoria Econômica II Termo: 3º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 de julho de 2005 <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Macroeconomia. Fundamentos da análise macroeconômica. Problemas macroeconômicos. Modelos macroeconômicos. Contabilidade nacional. Demanda e oferta agregada. Produto de equilíbrio. Moeda. Equilíbrio macroeconômico. Juros. Câmbio. Relações internacionais. Política econômica. Crescimento. Inflação. Desenvolvimento
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. Teoria e Política Econômica. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 620 p. DORNBUSCH, Rudiger & FISCHER e Stanley. Macroeconomia. 5ª edição. São Paulo: Makron Books, 1995. 930 p. LOPES, Luiz Martins & VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval (org). Manual de Macroeconomia. São Paulo. Editora Atlas, 2000. 387 p. MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 3º edição. Rio de Janeiro: LTC, 1998, 398 p. STIGLITZ, Joseph E. & WALSH, Carl E. Introdução à Macroeconomia. Tradução da 3ª edição americana. Rio de Janeiro: Campus, 2003, 446 p.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS
Disciplina: Direito Administrativo Termo: 3º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Direito Administrativo: objetivos e conceitos. Administração pública: princípios e poderes da administração. Atos administrativos. Contratos administrativos: tipologia e aspectos fundamentais. Concessões de serviços públicos. Aspectos jurídicos da intervenção na propriedade e no domínio econômico. Processo administrativo e responsabilidade do Estado. Controle administrativo e judicial da administração.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros Ed., 2003. DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 1993. CAETANO, Marcelo. Princípios fundamentais do direito administrativo. Coimbra: Almedina, 1996. FIGUEIREDO, Cláudio Eduardo Régis de. Administração gerencial & a reforma administrativa no Brasil. Curitiba: Juruá, 2002.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS
E SOCIAIS

Disciplina: Co-Produção dos Serviços Públicos Termo: 3º Créditos: 4

Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005

- () conteúdos de formação básica
- (x) conteúdos de formação profissional
- () conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias
- () conteúdos de formação complementar

Ementa: O envolvimento das organizações de mercado e não-governamentais na prestação do serviço público. A co-produção dos serviços públicos a partir das referências da Administração Pública e das formas não governamentais de prestação de serviços: definições, tipos e relevância. Alianças, redes, parcerias e outras formas locais da co-produção dos serviços públicos. Estratégias de articulação e mobilização dos atores do tecido social e governança pública. O *Hollow State*, a coordenação e a liderança nas redes de co-produção dos serviços públicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. Cultura e política nas redes ou teias de movimentos sociais. In: **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000.
DENHARDT, Robert B.; DENHARDT, Jane Vinzant. **The New Public Service: Serving, not Steering.** New York: M.E.Sharpe, 2003.
RAMOS, A. G. **A Nova Ciência das Organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.
PEREIRA, L.C.B. "Entre o Estado e o mercado: o público não estatal. In: PEREIRA, L.C.B. e GRAU, N.C. (Orgs). **O Público não - estatal na reforma do Estado.** Rio de Janeiro, FGV, 1999, p. 15-50.
FARAH, Marta F. S e BARBOZA, Hélio B. (org). **Novas experiências em gestão pública e cidadania.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS
E SOCIAIS

Disciplina: Finanças Públicas Termo: 3º Créditos: 4

Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005

- () conteúdos de formação básica
- (X) conteúdos de formação profissional
- () conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias
- () conteúdos de formação complementar

Ementa: Política fiscal e funções do Estado. Bens Públicos: provisão e distribuição ótima. Teoria da tributação e da incidência. Equidade e eficiência tributária. Avaliação de dispêndios públicos. Federalismo fiscal e o sistema tributário brasileiro. Finanças pública locais – política fiscal e provisão de bens públicos nos estados e municípios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIAMBIAGI, Fábio & ALÉM, Ana Cláudia de. **Finanças públicas:** teoria e prática no Brasil. 7ª tiragem. Rio:Campus, 2000, 475 p
RIANI, Flávio. **Economia do setor público.** São Paulo: Atlas, 2000, 475 p
SILVA, Fernando Resende da. **Finanças públicas:** São Paulo:Atlas, 2001, 382 p

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS		
Disciplina: Antropologia Política Termo: 4º Créditos: 4		
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar		
Ementa: Antropologia; empíricas, cultural e física. Antropologia filosófica. Antropologia e política. A política da antropologia. O ser humano e sua multidimensionalidade. A essência de ser humano. A liberdade e a participação como manifestação política. A cidadania e a construção do bem comum. A linguagem. A comunidade. A sociedade e a sociedade civil. A democracia liberal. As mudanças na estrutura social da esfera pública. A ascensão do setor privado e o declínio da esfera pública. A descrença nas instituições públicas e a perda do estado estável. A unidimensionalização do ser humano. A frustração da participação política. A importância da opinião pública. A reconstrução do espaço político e pessoal e a importância da sociedade civil organizada.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOBBIO, N. Estado, Governo, Sociedade . Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2007 GELLNER, E. Antropologia e Política: revolução no bosque sagrado . Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1997. RABUSKE, E. A. Antropologia Filosófica . Petrópolis: Editora Vozes, 2003. Tempo Brasileiro Ltda., 2003.		

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS		
Disciplina: Planejamento Público Termo: 4º Créditos: 4		
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar		
Ementa: Planejamento de órgãos públicos. Dimensão estratégica e operacional do planejamento público. Engajamento democrático. Metodologias de planejamento participativo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa . 15ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2005. PEREZ, Marcos Augusto. Administração Pública democrática: institutos de participação popular na Administração Pública . Belo Horizonte: Fórum, 2004. BRYSON, John M. Strategic planning for public and nonprofit organizations . 3. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2004. REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. Planejamento estratégico municipal . 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.		

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ADMINISTRATIVOS E GERENCIAIS
Disciplina: Administração de Recursos Humanos Termo: 4º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Histórico e evolução da administração de recursos humanos. A visão estratégica de Recursos Humanos. Objetivos, políticas e funções da área de recursos humanos nas organizações. Estrutura e planejamento de recursos humanos. Especificidades da administração de recursos humanos no setor público. Tendências contemporâneas das práticas de administração de recursos humanos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BOHLANDER, George W. Administração de recursos humanos . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. DAVEL, Eduardo; VASCONCELOS, João (Org.). “Recursos” humanos e subjetividade . Petrópolis: Vozes, 1995. ULRICH, Dave. Recursos Humanos Estratégicos: novas perspectivas para os profissionais de RH . São Paulo: Futura, 2000. ZARIFIAN, Philippe. Objetivo competência: por uma nova lógica . São Paulo: Atlas, 2001.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS
Disciplina: Administração Pública I Termo: 4º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Modelos de Gestão Pública: patrimonialista, burocrático, gerencialista e da co-produção. Administração Pública no Brasil: estrutura da administração direta e indireta. As reformas na Administração Pública Brasileira e suas estratégias. Noção de Serviço Público: caracterização tipologia e significado. O gerenciamento do serviço público: funções administrativas. Planejamento, Organização, Liderança e Controle. Tipos de serviços públicos e suas particularidades.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CARR, David K.; LITTMAN, Ian D. Excelência nos serviços públicos . Rio de Janeiro: Qualitymark, 1992. JOHNSTON, Robert; GLARK, Graham. Administração de operações de serviços . São Paulo: Atlas, 2002. KETTLE, DONALD F. A revolução global: reforma da administração do setor público. In: Pereira, L. C. B. e Spink P. 5 ed. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. KLIKSBURG, Bernardo. Gerenciamento Social: dilemas gerenciais e experiências inovadoras . In: Pobreza: uma questão inadiável: novas respostas a nível mundial. Brasília: ENAP, 1994, p. 127-146 KAUFMAN, Robert R. A política da reforma do Estado: um exame de abordagens teóricas. Revista do Serviço Público . Ano 49, n. 1, p. 43-68.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO - ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS
Disciplina: Orçamento Público Termo: 4º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Estado e economia: necessidades humanas e gastos públicos. Orçamento público: evolução e princípios. Orçamento e planejamento. Modelo orçamentário brasileiro: evolução, organização e estrutura. O orçamento baseado em programas. Receitas e despesas públicas: classificações orçamentárias. Processo orçamentário: estrutura, elaboração, discussão e aprovação – Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Execução das despesas públicas. Controle da execução orçamentária: Controles Interno e Externo; Lei de Responsabilidade Fiscal.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GIACOMONI, James. Orçamento público . 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2005. SILVA, Cláudio Nascimento. Orçamento e contabilidade . Série Gestão Municipal. Rio de Janeiro: IBAM/SOMMA/BDMG, 1997. MACHADO JR. & REIS, Heraldo da Costa. A Lei 4.320 comentada . Rio de Janeiro: IBAM, 1997.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO - ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS
Disciplina: Políticas Públicas Termo: 5º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Definição de políticas públicas. Atores, instituições e instrumentos de políticas públicas. Ciclos do processo de políticas: montagem de agenda, formulação, tomada de decisão política, implementação e avaliação. Regimes e dinâmicas de políticas públicas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA HOWLETT, Michael e RAMESH, M. Studying public policy: cycles and policy subsystems . 2ª ed. Toronto: Oxford University Press, 2003. LINDBLOM, Charles E. O processo de decisão política . Brasília: UNB, 1981 DYE, Thomas R. Modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN & SALM. Políticas públicas e desenvolvimento : Bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UNB, 2007 (cap. 3).

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS
Disciplina: Licitações e Contratos de Prestações de Serviços Públicos Termo: 5º Créditos:4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: A decisão de contratar: benefícios, custos, assimetria de informação. O Estado como Principal. O processo de licitação. Modalidades de licitação. O pregão eletrônico. Modalidades de contrato para prestação de serviços públicos: concessão, permissão, franquia, terceirização, convênio, contrato de gestão. Processo de contratação: adjudicação, assinatura do contrato. Execução do contrato. O gestor de contrato. Acompanhamento e controle do contrato. Avaliação dos resultados e dos impactos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DERANI, Cristiane. Privatização de serviços públicos . São Paulo: Max Limonad, 2002. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na Administração Pública : concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos . 11. ed. São Paulo: Dialética, 2005. MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e contrato administrativo . 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2006. OLIVEIRA, Ruth Helena Pimentel de. Entidades prestadoras de serviços públicos e responsabilidade extracontratual . São Paulo: Atlas, 2003.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS
Disciplina: Contabilidade Pública Termo: 5º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Receita e despesa. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial: aspectos fundamentais. Planificação contábil. Métodos e sistemas de escrituração. Exercício Financeiro. Controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Balanços públicos. Tomada de contas. Controle interno e externo. Auditoria Governamental. Lei de responsabilidade fiscal e relatórios. RREO e RGF's.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANDRADE, N. A. Contabilidade pública na gestão municipal . São Paulo: Atlas, 2002. CRUZ, F. Auditoria Governamental . São Paulo: Atlas, 1997. CRUZ, F. GLOCK, J. O. Controle interno nos municípios : orientação para implantação e relacionamento com os tribunais de contas. São Paulo: Atlas, 2003. KOHAMA, H. Contabilidade pública : teoria e prática. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1996. KOHAMA, H. Balanços Públicos : teoria e prática. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS
E SOCIAIS

Disciplina: Administração de Materiais, Patrimônio e Logística na Administração Pública
Termo: 5º Créditos: 4

Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005

- conteúdos de formação básica
 conteúdos de formação profissional
 conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias
 conteúdos de formação complementar

Ementa:

Fundamentos de Administração Patrimonial e de Materiais. Armazenamento de Materiais. Fontes de Fornecimento. Organizações Alternativas para Compras. Licitações: estratégias e processos. Experiências de compras no setor público. Evolução e conceito de logística. Criação de valor. Redes e cadeias – tempo e lugar. Tecnologia e funções. Logística e distribuição. Processamento de pedidos. Gestão de transportes e operadores logísticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**: Planejamento, organização e logística empresarial. 4ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.
BOWERSOX, D. J. CLOSS, D. J. **Logística Empresarial** – o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.
CHRISTOPHER, Martin. **O Marketing da Logística**. São Paulo: Futura, 1999.
DIAS, Marcos Aurélio P. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 1996.
MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2002.
VIANA, João José. **Administração de Materiais**: um enfoque. São Paulo: Atlas, 2001.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO - ESAG
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E
SOCIAIS

Disciplina: Administração Pública II Termo: 5º Créditos: 4

Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005

- conteúdos de formação básica
 conteúdos de formação profissional
 conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias
 conteúdos de formação complementar

Ementa: Mudança e aprendizagem nas organizações. A intervenção e o diagnóstico nas organizações públicas. As diferentes dimensões nas organizações públicas: dimensão técnica, dimensão psicossocial, dimensão cultural e dimensão política. Indicadores de desempenho em cada uma das dimensões. A implementação de mudanças. Modelos de gestão e metodologias para melhoria dos serviços públicos: qualidade total, reengenharia, sistemas de ouvidoria, BSC, cartas de serviço, avaliação da satisfação dos usuários, benchmarking, parceria público/privadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERLIE, Ewan *et alii*. **A nova administração pública em ação**. Brasília: Edunb; Enap, 1999.
LONGO, Francisco. A consolidação institucional do cargo de dirigente público. **Revista do Serviço Público**. Ano 54, n. 2, p. 5-30, abr/jun. 2003.
PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
SENGE, Peter. **A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem**. São Paulo: Best Seller, 1990.
SENGE, Peter. O novo trabalho do líder: construindo organizações que aprendem. In: STARKEY, Ken (coord.). **Como as organizações aprendem**. Tradução: Lenke Peres. São Paulo: Futura, 1997.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS		
Disciplina: Mediação e Negociação no Setor Público	Termo: 6º	Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar		
Ementa: Mediação: definições e práticas. Etapas do processo de mediação, instrumentos e requisitos. Arbitragem: definições e práticas. Etapas do processo de mediação, instrumentos e requisitos. Negociação: conceitos básicos; processo de comunicação: conceitos, elementos e efetividade; cenários de uma negociação; perfil, comportamento e estilos dos negociadores; jogos de poder; paradigmas da interação humana; planejamento e organização da equipe de negociação; tática de negociação "ganha/ganha"; dinâmica da negociação e processo decisório.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAPPELLETTI, Mauro apud SILVA, Eduardo Silva da. Arbitragem e Direito da Empresa: dogmática e implementação da cláusula compromissória. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. p.44. FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. Manual da arbitragem . São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p.102. MORGADO, Isabele Jacob. A arbitragem nos conflitos de trabalho . São Paulo: LTr, 1998.		

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO - ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS		
Disciplina: Gestão de Organizações do Terceiro Setor	Termo: 6º	Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar		
Ementa: Delimitação do campo teórico e prático do terceiro setor no Brasil. Gestão das organizações do Terceiro Setor - diferentes formas organizacionais e suas articulações com as políticas públicas e a co-produção dos serviços públicos. Particularidades da gestão em organizações do terceiro setor: a interface entre as dimensões social, econômica e política. O empreendedorismo social (coletivo e institucional). O processo de planejamento e a gestão de projetos. A sustentabilidade das organizações. O marketing social e a comunicação. A gestão de pessoas e o voluntariado. A interface entre as organizações do terceiro setor, o Estado e o mercado na co-produção dos serviços públicos. Papel das redes e novos arranjos institucionais. Experiências.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. In: Revista de Administração Contemporânea . Rio de Janeiro : ANPAD, vol. 9, no 1, p. 79-99, 2005. HUDSON, Mike. Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita . São Paulo: Makron Books, 1999. TENÓRIO, Fernando G. Gestão social: metodologia e casos . Rio: FGV, 1998. DOMÉNECH, Alfred V., PIÉ, Maria I., CORELLA, Beatriz S., ROMAGOSA, Maria S., IBÁÑES, Jaume U., GARCÍA, Pau V. La gestión de las organizaciones no lucrativas . Bilbao: Deusto, 1998.		

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO - ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS
Disciplina: Administração Pública III Termo: 6º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Administração Pública e Cultura Política Brasileira: história e particularidades. Análise comparada da reforma administrativa no Brasil: princípios e estratégias. Panorama internacional de sistemas de governança e administração pública. Organizações econômicas internacionais e sua influência no Estado Brasileiro (FMI, Banco Mundial, Gatt, OMC, Comunidade Européia, ONU, OCDE, Mercosul, etc.). Políticas comerciais, financeiras e monetárias. Relação Norte e Sul. Estruturas de interface governamental.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARAÚJO, Luis César G. de. Tecnologias de gestão organizacional . São Paulo: Atlas, 2001. CHANLAT, Jean-François. Ciências sociais e management: reconciliando o econômico e o social . São Paulo: Atlas, 2000. FERLIE, Ewan <i>et alii</i> . A nova administração pública em ação . Brasília: Edunb; Enap, 1999. LONGO, Francisco. A consolidação institucional do cargo de dirigente público. Revista do Serviço Público . Ano 54, n. 2, p. 5-30, abr/jun. 2003. PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública . Rio de Janeiro: FGV, 2005. POPOVICH, Mark G. Creating high-performance government organizations . San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS
Disciplina: Gestão Responsabilidade Sócio Ambiental Termo: 6º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Conceituação. A responsabilidade social das organizações. A função social das empresas, compromisso social e gestão empresarial. As dimensões da responsabilidade social. Modelos de indicadores e avaliação. Instrumentos de Responsabilidade Social. Os sistemas de Responsabilidade Social e a interface com as organizações de prestação de serviços públicos. Caracterização do conceito de meio ambiente. A questão sócio-ambiental. As políticas ambientais no Brasil. Exigências sócio-ambientais em arranjos produtivos. Estudos de casos de referência nacional e internacional.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA LEFF, Henrique. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. GRAYSON, D. E HODGES, A. Compromisso social e gestão empresarial . São Paulo: Publifolha, 2002. PUPPIM, José A. de Oliveira. Uma avaliação dos Balanços Sociais das 500 Maiores , <i>Revista de Administração de Empresas – ERA – Eletrônica</i> . (ISSN: 1676-5648), 4(1), art.2. _____ Análise da situação da Gestão Ambiental nas Indústrias do Estado do Rio de Janeiro , <i>Revista de Administração Pública – RAP</i> (ISSN: 0034-7612), 38(2), p. 261-286.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS		
Disciplina: Desenvolvimento Sustentável e Territorialidade Termo: 6º Créditos: 4		
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar		
Ementa: As teorias correntes de modernização e de desenvolvimento. Os conceitos e fundamentos do desenvolvimento territorial e regional. As bases constitutivas de um território: economia, história, cultura e meio ambiente. O planejamento e organização do espaço. Estratégias espaciais. Gestão social de territórios. Monitoramento do desenvolvimento territorial. Casos e técnicas. <i>Governança do território</i> - o papel do Poder Público e das novas institucionalidades no desenvolvimento territorial. Programas públicos de apoio ao desenvolvimento territorial. Metodologias de articulação política das forças do tecido social. Estudos de casos de referência nacional e internacional.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. O Brasil: territórios e sociedade no início do século XXI. 6º Edição, Rio de Janeiro: Record, 2004. LEFF, Henrique. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. PUTNAM, R. D. 1997. Comunidade e democracia : a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.		

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS		
Disciplina: Ética na Administração Publica Termo: 7º Créditos: 2		
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar		
Ementa: Fundamentos da ética: ética e racionalidade. Teorias da justiça. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Bem comum. Público e privado. Código de ética do administrador e dos funcionários públicos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARENDDT, Hanna. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. RAWLS, John. Uma teoria da justiça. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. HABERMAS, J. A inclusão do outro. São Paulo: Loyola, 2002. HABERMAS, J. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.		

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO - ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS
Disciplina: Desenvolvimento de Projetos Públicos Termo: 7° Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Análise de demandas. Diagnóstico institucional. Projetos: origem, importância, tipos e finalidades. Impacto ambiental, externalidades, custos e benefícios. Elaboração de projetos: técnicas, etapas, formato, análise, planejamento. Métodos de avaliação: monitoramento, tipos de avaliação, formas de avaliação. Formas de captação de recursos; fundos; incentivos fiscais; instituições públicas e privadas de apoio ao desenvolvimento de projetos públicos; contratos, convênios e subvenções de governo; doações de diversas fontes. Estrutura de projetos para captação de recursos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BUARQUE, C. Avaliação econômica de projetos . Rio: Campus, 1994. CLEMENTE, Ademir et alii. Projetos empresariais e públicos . São Paulo: Atlas, 1998. CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais: avaliação e prática, impacto ambiental, externalidades, benefícios e custos sociais . São Paulo: Atlas, 1997. WOILER, Sansão & FRANCO MATHIAS, Washington. Projetos: planejamento, elaboração e análise . 12ª tiragem. São Paulo: Atlas, 1996.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO - ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS
Disciplina: Desenvolvimento Comunitário e Poder Local Termo: 7° Créditos: 2
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Desenvolvimento comunitário (definições, evolução histórica). As teorias de desenvolvimento comunitário e local. Movimentos Sociais. A relação comunidade, movimentos sociais e sociedade. O poder local. Os processos de desenvolvimento comunitário. Metodologias para fomentar, articular a participação e poder local. Experiências em: gestão pública e desenvolvimento comunitário; gestão pública e poder local.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA PUTNAM, R.D. Comunidade e democracia: experiência da Itália moderna . Rio de Janeiro: FGV, 1996. RACELIS, Mary. Mobilizando a população para o desenvolvimento social . Enfoque e técnicas para a participação popular. In: Pobreza – uma questão inadiável: novas respostas a nível mundial. Brasília: ENAP, 1994, pp. 288-307. RIBEIRO, Edaléa Maria Ribeiro. Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina .: os anos 90. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS		
Disciplina: Administração Municipal Termo: 7º Créditos: 4		
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 () conteúdos de formação básica (X) conteúdos de formação profissional () conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias () conteúdos de formação complementar		
Ementa: Administração Pública municipal: características e problemas. A autonomia e os limites da ação da gestão pública municipal. A organização dos poderes no município. O planejamento e o controle municipais. Experiências na gestão pública municipal.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ANDRADE, Nilton de Aquino (org.). Planejamento governamental para municípios . São Paulo: Atlas, 2005. VERGARA, Sylvia Constant; CORRÊA, Vera Lúcia de Almeida (orgs.). Propostas para uma gestão pública municipal efetiva . 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. SOARES, J.A.e GONDIM, L. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local In SOARES, J.A e CACCIA BAVA, S (org.) Os desafios da gestão municipal democrática . São Paulo, CórteX, 1998, p.61-96.		

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO - ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS		
Disciplina: Marketing de Serviços Públicos Termo: 7º Créditos: 4		
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 () conteúdos de formação básica (X) conteúdos de formação profissional () conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias () conteúdos de formação complementar		
Ementa: Fundamentos do marketing integrado. Marketing voltado para valor. Ética em marketing. Marketing social. Marketing voltado para as causas sociais. Mix de marketing social. Marketing de relacionamento. Bases para a elaboração de um plano de marketing.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA NASCIMENTO, T. M. C. Comentários ao código do consumidor . Rio de Janeiro: Aide, 1991. KOTLER, Philip. Marketing social . Rio de Janeiro: Campus, 2001. THOMPSON, M. Marketing social . São Paulo: Makron 2000. SINA, Amália. Marketing social . São Paulo: Crescente, 2001.		

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS
Disciplina: Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual Termo: 7º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: Infra-estrutura de tecnologia de informação e comunicação para o governo. Legislação e políticas de tecnologia de informação para prestação de serviços públicos. Planejamento estratégico de sistemas de informação governamental. Gerência de custos de sistemas de informação governamental. Sistemas de informações corporativo e governamental.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GARSON, G. David. Handbook of public information systems. January 2000. _____. Public information technology: policy and management, 2003. FERRER, Florência; SANTOS, Paula (orgs.). E-government: o governo eletrônico no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2004.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS
Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado I Termo: 7º Créditos: 10
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 1 de 2 de fevereiro de 2004 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa : Estudo teórico e prático acerca de conteúdos da Administração Pública e da co-produção dos serviços públicos. Elementos pré-textuais. Desenvolvimento. Elementos pós-textuais. Composição estrutural do relatório de estágio I.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA A bibliografia deve ser condizente com quaisquer áreas da Administração Pública e da co-produção dos serviços públicos, já citadas, escolhida para a realização do estágio curricular supervisionado I.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO – ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS		
Disciplina: Sistemas de Accountability Termo: 8 ° Créditos: 2		
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar		
Ementa: Conceitos de accountability e a democracia. Abordagem legal e de poder. Transparência, controle, responsabilidade, responsividade e prestação de contas. Mecanismos e técnicas organizacionais para accountability. Accountability horizontal e vertical. Fontes de controle externas e internas. Alvos ativos e passivos da accountability. Controle social e seus diferentes aparatos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AKUTSU, Luiz. Sociedade da Informação, Accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. Dissertação de Mestrado. EA/UFBA. Salvador. 2002. CAMPOS, Ana Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o Português? RAP. Vol. 24. N. 2, p. 30-50. fev/abr. 1990. 111 O'DONNELL, Guilherme (1998), "Accountability Horizontal e Novas Poliarquias". <i>Lua Nova</i> , 44: 27-52. OLIVEIRA, Telma Almeida de, O Controle da Eficácia da Administração Pública,		

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS		
Disciplina: Relações Intergovernamentais Termo: 8° Créditos: 4		
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar		
Ementa: Relações entre as distintas esferas de governo: poderes executivo, legislativo e judiciário. Relações entre governos federal, estadual e municipal. Relações entre os diferentes órgãos do governo federal com órgãos estaduais e municipais. O papel das agências reguladoras. Relações entre os órgãos de um mesmo nível de governo. Estratégias de relações interorganizacionais e intergovernamentais. Definição de fronteiras e competências. Colaboração e consórcios. Conflitos interinstitucionais. Coordenação interórgãos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ABRUCIO, Fernando Luiz. A reconstrução das funções governamentais no federalismo brasileiro. In: HOFMEISTER, Wilhelm, BRASILIENSE CARNEIRO, José Mário (Orgs.) Federalismo na Alemanha e no Brasil. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988.11ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1999. MORAES, Marcos Ribeiro de; As relações intergovernamentais na Republica Federal da Alemanha - uma análise economica-institucional. Sao Paulo: KONRAD-DENAUER-STIFTUNG, 2001.		

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS
Disciplina: Teoria e Prática de Administração de Serviços Públicos Termo: 8º Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: A aprendizagem formal e a experiência em administração pública: a relação entre teoria e prática. Estilos, atores, atividades e instrumentos de implementação. As práticas de administração pública por meio de estudos de caso. Consultoria de Procedimentos a relação entre teoria e prática. Estilos, atividades e instrumentos. As práticas de consultoria de procedimentos por meio de estudos de caso
BIBLIOGRAFIA BÁSICA SCHEIN, Edgar H. Consultoria de procedimentos: seu papel no desenvolvimento organizacional. Sao Paulo: E. Blucher, 1975. CLINE, K. D. <i>Defining the implementation problem: organization management versus cooperation.</i> Journal of Public Administration Research and Theory. July 20, v.10 n.3 p. 551-571. PRESSMAN, JEFFREY L. & WILDAVSKY, Aaron B. Implementation. 3 ed. Berkeley: University of California Press, 1984.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS
Disciplina: Desenvolvimento de Lideranças Termo: 8º Créditos: 2
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar
Ementa: A liderança na organização e na sociedade. As teorias sobre liderança: dos clássicos aos contemporâneos. Papéis do líder. Empoderamento. Visão, valores e ética. A liderança para o futuro. Construindo um bom ambiente de trabalho. Liderando a si mesmo e aos outros. Plano de desenvolvimento pessoal. Desenvolvimento de líderes. Aprendizagem. Estilos de aprendizagem. Trabalho em equipes.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DOIMO, A.M. A vez e a voz do popular. Rio de Janeiro, Relume Dumar, 1996, cap. I,II,VI,VII e VIII. SCHÖN, Donald. Educando o profissional reflexivo – Um novo design para o ensino e a aprendizagem. Tradução: COSTA, Roberto Cataldo. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. WHEATLEY, Margaret J. Liderança e a nova ciência: aprendendo organização com um universo ordenado. São Paulo: Cultrix, 1999. FOLLETT, Mary P. Profeta do Gerenciamento. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS		
Disciplina: Gestão dos Espaços Urbanos	Termo: 8º	Créditos: 4
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar		
Ementa: Teorias, modelos e técnicas contemporâneas e principais tendências para gerir a administração pública com destaque para o patrimônio histórico, a cultura etc. A relação cidade-campo. Processo de urbanização. Funções urbanas e classificação das cidades e regiões. O crescimento urbano. Análise urbana de Santa Catarina. Organização do espaço urbano. Planejamento urbano.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: DAGNINO, E. (org) Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo: Companhia das Letras, 2000. VEIGA, J. E. da. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula . Campinas, SP: Autores Associados, 2002.		

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO – ESAG DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLITICAS E SOCIAIS		
Disciplina: Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos		
Termo: 8º		
Créditos:4		
Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 4 de 13 DE JULHO DE 2005 <input type="checkbox"/> conteúdos de formação básica <input type="checkbox"/> conteúdos de formação profissional <input type="checkbox"/> conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias <input checked="" type="checkbox"/> conteúdos de formação complementar		
Ementa: Conceituação. Objetos, tipos e metodologias de avaliação. Sistemas de informação e bases de dados sobre políticas e serviços públicos. Análise e avaliação de projetos e programas públicos. Pesquisas de avaliação de tipo quantitativo e de tipo qualitativo. O gerenciamento de resultados. Avaliação por resultados intermediários: produtos e serviços prestados. Avaliação por impactos finais. Instrumentos de avaliação. A avaliação de resultados como instrumentos de ampliação da participação cidadã e da <i>accountability</i> do serviço público.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AGUILAR, M. J. & ANDER-EGG, Ezequiel. Avaliação de programas e serviços sociais . Petrópolis (RJ): Vozes, 1994. PEREZ, Marcos Augusto. A administração pública democrática . Belo Horizonte: Forum, 2004 ROBINSON, Mark. Avaliação participativa de impacto : reflexões provenientes do trabalho de campo (ODI). Rio: ASPTA, 1994. (Textos para Debate 54). ROCHE, Chris. Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs : aprendendo a valorizar as mudanças. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. TROSA, Sylvie. Gestão pública por resultados : Quando o Estado se compromete. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Enap, 2001.		

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO- ESAG
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CIÊNCIAS POLÍTICAS
E SOCIAIS

Disciplina: Estágio Curricular Supervisionado II Termo: 8º Créditos: 10

Campo de formação aprovado pela resolução CES/CNE nº 1 de 2 de fevereiro de 2004

- () conteúdos de formação básica
- (X) conteúdos de formação profissional
- () conteúdos de estudos quantitativos e suas tecnologias
- () conteúdos de formação complementar

Ementa : Estudo teórico e prático acerca de conteúdos da Administração Pública e da co-produção dos serviços públicos. Elementos pré-textuais. Desenvolvimento. Elementos pós-textuais. Composição estrutural do relatório de estágio II.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A bibliografia deve ser condizente com quaisquer áreas da Administração Pública e da co-produção dos serviços públicos, já citadas, escolhida para a realização do estágio supervisionado II em Administração Pública.

5.13.10 Descrição dos enfoques

5.13.10.1 Disciplinas obrigatórias de formação básica e profissional

As disciplinas obrigatórias de formação básica e profissional encontram-se listadas na matriz curricular, conforme campos de estudos definidos pelas diretrizes curriculares nacionais, já demonstrados no Quadro 6.

5.13.10.2 Disciplinas de aprofundamento ou de diversificação da formação

A carga horária destinada para as Atividades Complementares 288 (duzentas e oitenta e oito) horas-aula, também, contribuirão para o aprofundamento e diversificação na formação do aluno.

5.13.10.3 Estágio Curricular

O Estágio Curricular Supervisionado I e II terá um total de carga horária de 360 horas-aula, assim distribuídas:

Estágio Curricular Supervisionado I: 180 horas

Estágio Curricular Supervisionado II: 180 horas

O Estágio Curricular Supervisionado será realizado no 7º e 8º Termos. O regulamento do Estágio Curricular Supervisionado foi aprovado pelo Conselho de Centro da ESAG/UDESC, em 2006/2, contendo as áreas estratégicas para a realização do estágio, os enfoques de estágio supervisionado, atribuições dos estagiários e dos professores orientadores, composição estrutural do estágio, procedimentos de acompanhamento, de avaliação do estágio, dentre outros.

Neste sentido, o projeto pedagógico do curso de Administração Pública não contempla Trabalho de Conclusão de Curso.

Os alunos deverão entregar um relatório de Estágio Curricular Supervisionado em forma de relatório como produto do estágio I e II, conforme

manual de estágios regulamentado pelo Conselho de Centro da ESAG/UDESC em 2006/2.

Além do relatório de Estágio Curricular Supervisionado os alunos deverão, também, entregar artigo técnico científico, conforme instruções constantes no manual de estágios, dentre outros aspectos.

5.13.10.4 Iniciação científica e integração da teoria com a prática

A Iniciação Científica serve de base para articular o ensino com a pesquisa e com a extensão no Curso de Administração Pública.

A disciplina Metodologia Científica e da Pesquisa tem por objetivo desenvolver o espírito do trabalho científico junto aos alunos, bem como os Estágios Curriculares Supervisionados I e II contribuem para o desenvolvimento da cientificidade dos trabalhos acadêmicos e empresariais junto ao corpo docente e discente.

A integração da **teoria-prática** é privilegiada por meio da utilização de ações pedagógicas que venham favorecer a contextualização dos conteúdos ministrados por meio da demonstração da utilidade e da aplicabilidade do que está sendo ensinado em sala de aula, bem como pelas experiências vivenciadas pelos acadêmicos junto ao segmento governamental e social.

Ações pedagógicas do tipo **estudos de casos teóricos e práticos, estágios curriculares, relatos de experiências e painel de debates**, por exemplo, favorecem a integração da teoria com a prática, visando a demonstração da utilidade e da aplicabilidade dos conteúdos ministrados em sala de aula.

Dentre os tipos de estudos de casos que podem ser utilizados nas diferentes disciplinas do curso proposto são:

Estudos de casos histórico-organizacionais

O interesse do professor e do aluno está sobre a vida de uma organização. O aluno, neste caso, parte do conhecimento que possui sobre determinado assunto ministrado em sala de aula que deseja examinar. O aluno pode levantar dados e informações junto aos arquivos que possuem

registrados os documentos referentes à vida da organização e do assunto que tem interesse em pesquisar. De posse desse material, o aluno tem condições de realizar entrevistas com as pessoas que dominam o assunto foco de interesse do aluno.

Por meio dos estudos de casos históricos-organizacionais, aluno e professor terão chances para verificar em que linha do tempo o assunto foi aplicado junto a organização, assim como se o que foi ensinado em sala de aula tem utilidade para as organizações quando se leva em conta as mudanças do meio.

Estudos de casos observacionais

O aluno atua como um observador participante do processo de investigação. Neste sentido, podem ser objeto da observação participante, por exemplo, os seguintes aspectos:

- método utilizado pelos funcionários de uma Cooperativa de Leite no desenvolvimento das atividades;
- comportamento dos funcionários em uma situação de conflito organizacional e grupal;
- comportamento dos funcionários quando da realização de uma reunião semestral de trabalho;
- comportamento dos funcionários frente a política salarial implementada pela organização.

Estudos de caso denominado história de vida

O aluno está interessado, por meio da entrevista semi-estruturada, em conhecer o perfil e as características de um gestor público de renome em Santa Catarina. No transcorrer da entrevista o aluno aprofunda-se cada vez mais na história de vida do personagem que está entrevistando.

Estudos de casos denominados de análise situacional

O aluno no estudo de caso denominado análise situacional procura conhecer os pontos de vista e circunstâncias que são peculiares a todos os envolvidos no incremento dos níveis de produtividade e de competitividade, por exemplo.

Por meio do desenvolvimento de estudos de casos, independente do tipo, os alunos têm condições em estabelecer comparações dos assuntos pesquisados junto a um determinado setor.

Além do estudo de caso de caráter mais prático, ou seja, aquele desenvolvido junto às organizações, existe, também, aqueles de cunho mais teórico elaborado pelo professor para ensinar a reflexão e a interpretação em relação ao que ocorre na “práxis administrativa e gerencial” das organizações modernas.

Neste tipo de estudo de caso, o aluno verifica a descrição de uma situação-problema, contendo as causas e as conseqüências, bem como as dimensões do contexto interno e externo que estão interferindo na situação-problema. A partir destas informações, o aluno tem condições para estabelecer alternativas para minimizar o problema e/ou para oportunizar um novo negócio para a organização incrementar as vendas, por exemplo, junto às regiões sul e sudeste.

Os **estágios curriculares** desenvolvidos pelos alunos no transcorrer do curso proposto, obrigatórios ou não, também, podem favorecer a contextualização dos conteúdos teóricos ministrados pelos professores. O aluno enquanto processo pode vivenciar diferentes situações da dinâmica organizacional e social. Estas podem ser transpostas para a sala de aula com o intuito de tornar mais rico o debate e o estágio da arte em que se encontra o conteúdo da disciplina escolhida como foco de discussão. Também, o aluno pode verificar as discrepâncias como as congruências que podem existir dos quadros teóricos em relação aos aspectos observados junto a realidade organizacional e do meio.

Os **relatos de experiências** vivenciados pelos alunos como pelos professores podem servir de exemplos para favorecer a integração da teoria com prática. As situações vivenciadas tanto pelos alunos como pelos professores tornam as aulas mais dinâmicas por exigir a co-participação dos segmentos envolvidos no processo.

Os **painéis de debates** de caráter teórico e/ou prático ajudam o aluno a compreender com mais facilidade os diferentes pontos de vista dos colegas e do professor como coordenador do fechamento do debate.

A **extensão no ensino**, independente da disciplina e do semestre, é consolidada por meio da implementação de Projetos Especiais, Programa de Cursos, Programa de Eventos.

O Programa de Extensão denominado de Complementaridade do Ensino, por exemplo, implementado no CCA/ESAG/UDESC, desde 2004, contempla diversos programas e projetos entre eles:

Programa Incubador de Conhecimento em Administração de Serviços Públicos (LASP, Colóquios, Participação na Semana Esaguiana realização de Minicursos e Visitas técnicas).

A Semana Esaguiana representa um momento ímpar e singular para a ESAG transformar o conhecimento implícito em conhecimento explícito – devemos democratizar para a comunidade o que a ESAG está fazendo e como ela pode aprender com o que é praticado pelas empresas e equipes organizadas da sociedade. É uma relação de troca e de experiências. Ganha a UDESC, a ESAG, os professores, os alunos, os funcionários e a classe empresarial.

A Semana Esaguiana tem mostrado como demonstrara que o ensino, a pesquisa e a extensão devem ultrapassar as quatro paredes de uma sala de aula. O ensino só tem sentido se estiver em sintonia com as tendências do mercado e quando a ESAG possuir conhecimento suficiente para transformar as práticas empresariais em prol do incremento dos níveis de competitividade. As trocas de informações acadêmicas e empresariais podem contribuir, em muito, para a reflexão e julgamento do que está sendo ensinado, pesquisado e

realizado em termos de extensão no curso, no sentido de ganhar relevância social e profissional quando proporcionar transformações sociais e a formação de líderes e de talentos para empreender sempre em parceria com a comunidade.

O projeto Minicursos tem por objetivo complementar por meio da realização de cursos de curta duração e de palestras, conteúdos voltados a Administração não explorados de forma suficiente pelo currículo do curso, assim como, para estreitar as relações do curso e dos segmentos envolvidos no processo com a comunidade e mercado.

As relações de troca estão sendo, como sempre será, o maior ganho para todos os segmentos envolvidos com o ensino, a pesquisa e a extensão.

Da mesma forma, o programa denominado de Visitas Técnicas tem por objetivo favorecer a articulação da teoria com o que é e vem sendo praticado pelas organizações.

5.13.10.5 Estudos independentes

Os estudos independentes realizados pelos alunos serão reconhecidos desde que haja compatibilidade dos mesmos em relação as Atividades Complementares e regulamentadas pelo Conselho de Centro da ESAG/UDESC. Os mesmos poderão ser aproveitados para validar cargas-horárias das Atividades Complementares e estudos extracurriculares, desde que haja compatibilidade (Resolução CES/CNE nº 4 de 13 de julho de 2005) - aprova as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Administração.

5.13.10.6 Atividades complementares

As Atividades Complementares (AC) envolvem aquelas realizadas pelo aluno, vinculadas a sua formação e/ou promovidas pelo curso de Administração Pública, visando a complementação dos conteúdos ministrados e/ou a atualização permanente dos alunos acerca de temas emergentes ligados a Administração Pública (Resolução CES/CNE nº 4 de 13 de julho de 2005).

Podem ser consideradas AC aquelas realizadas pelo aluno que apresentam relações com os conteúdos ministrados no curso, conforme discriminadas a seguir:

- atividades voluntárias desenvolvidas junto as organizações privadas, públicas e não governamentais;
- monitorias;
- projetos de iniciação científica;
- estágios curriculares não-obrigatórios;
- projetos de extensão;
- viagens de estudo;
- palestras;
- seminários ou fóruns;
- módulos temáticos;
- disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino não contempladas no currículo do curso;
- participação em empresas juniores e em núcleos de estudos e de pesquisas vinculadas as áreas estratégicas do curso de Administração

A carga horária destinada para as AC deve ser computada para fins de integralização curricular.

Além das Atividades Complementares citadas, outras poderão ser consideradas, conforme RESOLUÇÃO Nº 005/2006 – CONSEPE (Anexo 5).

5.13.10.7 Práticas pedagógicas/métodos de ensino aprendizagem

As ações pedagógicas devem fundamentar-se nas iniciativas dos alunos. Os métodos utilizados, além de propiciar o diálogo, respeitar os interesses e os diferentes estágios do desenvolvimento cognitivo dos alunos, devem favorecer a autonomia e a transferência de aprendizagem, visando, não apenas ao aprender a fazer, mas, sobretudo, ao **aprender a aprender**.

Torna-se necessário adotar procedimentos que visem à problematização dos assuntos tratados e à assimilação ativa de conhecimentos.

As práticas pedagógicas devem criar condições para o desenvolvimento das capacidades de abstração e reflexão sobre a atividade realizada. Assim, não basta que o aluno execute com exatidão uma atividade do domínio teórico ou um processo de trabalho, ele só vai avançar, se for capaz de, conscientemente, justificar e explicar seu próprio procedimento.

As práticas pedagógicas devem também estimular à imaginação e a criatividade dos alunos, com o intuito dos mesmos poderem exercitar seu raciocínio analítico, assim como, inspirar sua capacidade de realização em prol do desenvolvimento de habilidades e competências para a consolidação do perfil generalista especializado.

Do ponto de vista da aprendizagem, isto demonstra a necessidade da implementação de estratégias de **metacognição** que venham assegurar o **aprender a aprender** e não a reprodução do saber por si só, a saber:

- **Estratégias de ensaio** envolvem a capacidade de reconstruir o objeto aprendido. Essa capacidade pode facilmente ser solidificada mediante a elaboração de sínteses e resumos;
- **Estratégias de elaboração** implicam o estabelecimento de relações e conexões entre os conhecimentos já adquiridos e o assunto novo, sem que o professor estimule os alunos a elaborar resenhas e analogias, a criar perguntas e formular respostas;
- **Estratégias de monitoramento da compreensão** pressupõem que o aluno acompanhe, passo a passo, o processo de aprendizagem, identificando os diferentes graus de sua assimilação dos conteúdos. Para auxiliar nesse processo, convém incentivar a auto-avaliação quanto ao alcance dos objetivos propostos e a tomada de providências em face de dificuldades;
- **Estratégias afetivas** consistem em manter a motivação e a concentração necessárias à aprendizagem. Nesse sentido, o professor pode contribuir orientando os alunos a planejar seu próprio desempenho;
- **Estratégias de solução de problemas** relacionam-se à aplicação correta de mecanismos para solução dos problemas propostos nas diferentes disciplinas ou áreas de conhecimento. Os estudos de caso, dramatizações, análises de erros mais freqüentemente cometidos, entre outros procedimentos, colaboram na elaboração desses mecanismos.
- **Estratégias de organização** referem-se à compreensão da estrutura dos fenômenos ou processos, levando à captação de suas diferentes partes e das relações de subordinação existentes. Analisar os diferentes tópicos de um texto, por exemplo, podem revelar as relações entre os fenômenos.”

Em síntese, metacognição refere-se ao conhecimento sobre os nossos próprios processos de conhecer, num planejamento, predição e monitoração

do próprio processo de aprender. Metacognição, então, requer que o aluno seja capaz de pensar sobre o seu próprio processo de aprender.

As práticas pedagógicas centradas nas estratégias de metacognição além de contribuir para a consolidação do perfil de egresso desejado pelo curso proposto, ajudam a solidificar o perfil em termos de valores, habilidades e competências e os objetivos almejados pelo curso de graduação em Administração Pública.

Para tanto, o curso deverá acompanhar a evolução das potencialidades do aluno, por meio da adoção de procedimentos que venham orientar o processo de aprendizagem para estimular a conscientização do compromisso com sua própria formação, não só como profissional, mas também como cidadão responsável.

Por fim, além destas práticas pedagógicas/métodos de ensino os docentes do curso deverão utilizar aquelas que mais se adequarem ao perfil dos alunos e dos professores.

6. AVALIAÇÃO DO CURSO

6.1 FORMAS, EXPERIÊNCIAS E RESULTADOS DE AVALIAÇÕES DO CURSO QUANTO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O curso de Administração passou e passa por vários tipos de avaliação, conforme orientações definidas no Projeto Político Institucional da UDESC.

A *avaliação interna* é incentivada pela Direção Geral da ESAG por meio dos Chefes de Departamento, Conselhos de Líderes e Diretório Acadêmico. As dimensões com os principais indicadores podem ser verificadas no Anexo 3.

De posse das informações coletadas, até então, a Comissão Permanente de Avaliação da implantação, monitoramento e avaliação do projeto pedagógico implementaram algumas ações:

- Realização de fóruns pedagógicos com o objetivo de democratizar os dados e as informações coletadas junto aos públicos internos e externos.
- Realização de reuniões para os docentes e discentes de cada módulo do curso no primeiro dia de aula para os docentes explicarem para os participantes o local em que se encontra localizada a sua disciplina e qual a sua relação com os conteúdos das disciplinas anteriores e posteriores segundo os troncos comuns de conhecimento.
- Revisão da integração horizontal e vertical de conteúdos programáticos, com o intuito de se identificar as sobreposições, repetições e distanciamento das disciplinas pertencentes aos diferentes troncos comuns de conhecimento;
- Implementação de projeto voltado para o acompanhamento do desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes.
- Identificação das causas de reprovação junto aos discentes e docentes para o Colegiado de Curso tomar as medidas necessárias em prol da qualidade do ensino;
- Identificação e análise do número de alunos que abandonaram o curso e reingressaram à IES. Também pode-se identificar a movimentação dos alunos internamente, ou seja, a passagem de um curso para outro.

- Estabelecimento de políticas que assegurem a realização de no mínimo 20 créditos, para que a instituição possa ter assegurado o seu crescimento;
- Identificação da taxa de retenção discente, ou seja, levantamento dos semestres cursados pelos discentes e que faltam cursar para integralizar os créditos do curso, com vistas dos mesmos não ultrapassarem o período máximo de integralização curricular.
- Levantamento sistemático do índice de eficácia do curso, ou seja, verificação do número total dos ingressantes no curso por semestre em relação aos concluintes do referido semestre. A partir desta análise, pode-se conhecer as causas da retenção, da baixa eficácia e do nível de efetividade do curso junto a sociedade.
- Realização de reuniões com os professores do curso antes do início de cada semestre para discussão dos planos de ensino, visando a sua readequação dos no que tange aos objetivos, conteúdos programáticos, procedimentos de ensino-aprendizagem, sistema de avaliação do aproveitamento escolar e da bibliografia utilizada, com o intuito de se assegurar a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade em conjunto com os temas transversais.
- Implantação do plano de aula para favorecer o acompanhamento dos conteúdos que vem sendo ministrados pelos docentes em relação aos constantes nos planos de ensino.
- Levantamento junto aos docentes dos níveis de facilidades e dificuldades encontradas na ministração das aulas.
- Identificação dos pontos fracos e fortes no que concerne ao processo de ensino-aprendizagem mediante a avaliação das disciplinas tanto pela ótica do aluno como do professor. A partir destes dados, o gestor do curso tem condições de promover cursos de atualização e reciclagem para os docentes, principalmente no que diz respeito aos métodos e técnicas de ensino, ao sistema de avaliação, a utilização de cases e a mudança de postura do professor.
- Realização de reuniões com os professores de cada fase/semestre do curso para uniformizar procedimentos de ensino-aprendizagem, visando o fortalecimento horizontal e a complementaridade dos conteúdos programáticos em prol do projeto interdisciplinar como produto de cada fase/semestre, dentre outros aspectos.
- Realização de reuniões com os professores e alunos de cada fase com o intuito de discutir-se os aspectos apontados na pesquisa de avaliação de disciplinas.
- Promoção de reuniões com os professores por área de conhecimento para troca de experiências práticas e acadêmicas;

- Realização de reuniões com os professores orientadores de estágio por área de conhecimento, com o intuito dos mesmos junto aos grupos de estagiários encontrarem alternativas para o aprimoramento do estágio como uma das etapas do processo de ensino-aprendizagem.
- Desenvolvimento de banco de dados de empresas para a realização de estágios supervisionados.
- Realização de encontros com os dirigentes de Recursos Humanos, tanto de instituições públicas e privadas para esclarecimento do que é e de como vem sendo encarado o estagiário do curso de Administração junto a estas entidades.
- Revisão dos meios de comunicação utilizados para os públicos internos e externos
- Verificação do número de alunos envolvidos em atividades de pesquisa e de extensão com o objetivo de consolidar-se a articulação teoria versus prática. A partir dos dados levantados, o gestor do curso tem condições de rever suas políticas de pesquisa e de extensão para assegurar a integração entre ensino, pesquisa e extensão.
- Divulgação dos trabalhos de pesquisa e de extensão desenvolvidos pelos docentes e discentes em fóruns especiais promovidos pelo curso.
- Implantação de empresas juniores para o fortalecimento do processo ensino-aprendizagem e incremento das relações com a comunidade.
- Desenvolvimento de programas de monitoria que venham realmente incrementar a qualidade do ensino, pesquisa e da extensão e, principalmente o desenvolvimento do potencial dos alunos.
- Incentivo a realização de visitas orientadas junto ao segmento empresarial para fortalecer os vínculos do curso de administração junto ao segmento empresarial, como para melhorar o processo de ensino-aprendizagem.
- Realização de reuniões com professores, alunos, gestores do curso com a classe empresarial.
- Realização de cursos de caráter extracurricular, por exemplo, de Métodos e Técnicas de Pesquisa como de Consultoria de Procedimentos para discentes e docentes, dentre outros.
- Estabelecimento de fóruns especiais para que alunos e ex-alunos possam fazer relatos de experiências no sentido de mostrar para a

comunidade interna e externa o estágio da arte dos cursos de administração.

- Implementação de políticas que venham consolidar o desenvolvimento de trabalhos monográficos junto aos segmentos discente e docente.
- Realização de avaliações sistemáticas dos conteúdos ministrados, metodologias de ensino-aprendizagem, sistema de avaliação, dentre outros constantes no plano de ensino no transcorrer como no final do semestre
- Estabelecimento de ações, a partir dos dados obtidos junto a avaliação de disciplinas pela ótica do aluno, que incrementem o nível científico, tecnológico, artístico e cultural dos docentes.
- Implementação de programas de sensibilização, visando a internalização de novos valores atitudinais, principalmente, no que concerne a relação aluno/professor, professor/gestão do curso/direção, dentre outros segmentos.
- Definição de políticas que assegurem a pontualidade e assiduidade, dentre outros aspectos como forma de manter-se o bom funcionamento do curso de administração.
- Revisão das condições para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, tanto curricular como extra-curricular.
- Definição de procedimentos e de políticas condizentes com a realidade interna e externa para favorecer o desempenho técnico-administrativo dos departamentos, da coordenação, do colegiado, da biblioteca, dos laboratórios e do sistema de controle e registro acadêmico. A partir da realização de diagnósticos, o curso terá condições de identificar o nível de interface dessas unidades, no sentido de consolidar-se a complementaridade das ações realizadas nestes diferentes segmentos.

A *avaliação externa* foi feita com professores da SESU/MEC acerca das condições de ensino do curso de Administração. Esta envolveu a avaliação do projeto pedagógico do curso em vigor, a avaliação discente sobre a qualidade do curso; a avaliação do corpo docente e dos laboratórios e biblioteca.

6.2 AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

O sistema de avaliação do aproveitamento escolar deve refletir os pressupostos que embasam o perfil do egresso, o perfil do professor, objetivos do curso, estrutura curricular e as práticas pedagógicas adotadas pelos docentes, além de respeitar o que estabelece o Regimento geral da UDESC.

A verificação do aproveitamento escolar pode ser efetuada sob duas condições, ou seja, por resultados (verificação somativa) e por processos (verificação formativa). A primeira tem por objetivo verificar o rendimento do aluno no final do semestre após a ministração dos assuntos relativos as diferentes disciplinas do curso, enquanto a segunda, busca verificar o rendimento do aluno durante o processo, ou seja, no transcorrer do semestre ou no momento em que o assunto está sendo lecionado, dependendo das práticas pedagógicas utilizadas pelo docente.

A verificação pura e simplesmente de resultados ocorre muito mais por meio da aplicação de instrumentos quantitativistas com ênfase para as questões objetivas ao invés da valorização de questões discursivas do tipo situações - problema para motivar os participantes do curso.

A verificação do aproveitamento escolar por meio de questões objetivas e discursivas tem geralmente por finalidade a busca da averiguação do estoque de conhecimentos simplesmente armazenado, decorado e aprendido à base do condicionamento, pois consistem em reforço ao “ensino” de macetes, que geram uma falsa aprendizagem, contrariando, em muitos casos, os pressupostos que embasam a concepção de educação, conhecimento, perfil do egresso, perfil do professor, objetivos do curso.

As avaliações objetivas e subjetivas/discursivas deverão apresentar situações–problema para que o aluno no momento da resolução não demonstre perder a noção do todo. Ela deve levar o aluno a pensar, fazendo com que, na resposta, ele demonstre saber raciocinar, compreender e interpretar o problema proposto.

Os instrumentos de verificação do rendimento do aluno, deverão ser, portanto, eficazes e efetivos no sentido de propiciar o entusiasmo e a motivação para o exercício profissional, ao invés de se preocupar em colocar

no mercado meros reprodutores de conhecimento que não tenham quaisquer compromissos com o curso e ainda com o meio.

Duas dimensões não podem ser esquecidas na verificação do aproveitamento escolar: as partes envolvidas na verificação devem participar conjuntamente, ou seja, aluno e professor devem verificar em conjunto o resultado que alcançaram para saberem o aprendizado que realizaram. Ainda, a verificação do processo de ensino-aprendizagem deve ser a mais coerente possível e não esporádica. O movimento da qualidade total nos ensina que a qualidade do processo condiciona o resultado. Por isto, todo processo é contínuo e como tal deve ser verificado em vários intervalos para que as partes envolvidas possam discutir os problemas que estão ou não facilitando o aprendizado contínuo e não simplesmente a “decoreba”, por si só, sem nenhuma relação com o curso e, principalmente, com as disciplinas do curso.

Desta forma, professores e alunos terão condições de implementar mudanças que assegurem um processo de ensino-aprendizagem efetivo para ambas as partes envolvidas.

O sistema de avaliação do aproveitamento segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução 003/93 – CONSEPE, mais especificamente em seu Artigo 1º, 2º e 3º descritos, a seguir:

Art. 1º – Na avaliação do aproveitamento/rendimento dos alunos, as medias finais serão expressas na escala de 0 (zero) a 10 (dez) e poderão ser fracionadas em apenas um dígito, após a virgula.

Art. 2º – Para o cumprimento do artigo anterior, será efetuado o arredondamento estatístico.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor nesta data, aplicando-se seus efeitos a partir de 01.03.1993.

7. CORPO DOCENTE DO CURSO

7.1 IDENTIFICAÇÃO DOS DOCENTES POR DISCIPLINAS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os docentes listados, por disciplina e titulação, fazem parte da grade curricular do primeiro ano de funcionamento do Curso de Administração Pública. Todos os professores possuem a habilitação acadêmica formal e a habilitação prática necessárias para o exercício docente no curso. A seguir, apresenta-se a relação dos professores, com a sua titulação e disciplina que poderão lecionar.

Disciplina	C/H	Professor	Titulação	Instituição	Área	Regime de Trabalho	C/H
1º termo							
Administração Pública e Sociedade	72h/a	Maria Ester Menegasso	Doutor	UFSC	Eng. de Produção	Prof. Efetivo	40h
Administração Pública e Sociedade	72h/a	Francisco Gabriel Heidemann	Ph.D	USC/EUA	Administração	Prof. Efetivo	40h
Metodologia Científica e da Pesquisa	36h/a	Arnaldo José de Lima	Doutor	UFSC	Eng. de Produção	Prof. Efetivo	40h
Metodologia Científica e da Pesquisa	36h/a	Simone Guisi Feuerschütte	Doutor	UFSC	Eng. de Produção	Prof. Efetivo	40h
Instituição do Direito Público e Privado	72h/a	Rodrigo Bousfield	Mestre	UDESC	Administração	Prof. Efetivo	40hs
Instituição do Direito Público e Privado	72h/a	Elizete Lanzoni Alves	Mestre	UNIVALI	Direito	Prof. Colaborador	08h
Matemática	72h/a	Marcelo Ribeiro Martins	Mestre	UFSC	Eng. de Produção	Prof. Efetivo	40h
Filosofia	36h/a	Evandro Oliveira de Brito	Doutorando	PUC/SP	Filosofia	Prof. Colaborador	20h
Sociologia	72h/a	Jakson Alves de Aquino	Mestre	UFSC	Sociologia Política	Prof. Colaborador	16h
Sociologia	72h/a	Ênio Luis Spaniol	Doutorando	UFSC	Ciências Sociais	Prof. Efetivo	40h
Tecnologia Básica da Informação e da Comunicação – Aplicada à Administração (Ead)	72h/a	Julíbio David Ardigo	Doutor	UFSC	Eng. de Produção	Prof. Efetivo	40h
Tecnologia Básica da Informação e da Comunicação – Aplicada à Administração	72h/a	José Francisco Salm Junior	Mestre	UFSC	Eng. Produção	Prof. Efetivo	40hs

(Ead).							
Disciplina	C/H	Professor	Titulação	Instituição	Área	Regime de Trabalho	C/H
2º termo							
Teorias da Administração Pública	72h/a	A Contratar					
Psicologia	72h/a	Ana Paula Grillo Rodrigues	Mestre	UFSC	Administração	Prof. Efetivo	40h
Métodos Estatísticos	72h/a	René Machado Filho	Especialista	UDESC	Administração Pública	Prof. Efetivo	40h
Teoria Econômica I	72h/a	Roberto Wagner	Mestre	UFSC	Economia	Prof. Colaborador	16h
Fundamentos de Ciência Política	72h/a	Ricardo Stanziola Vieira	Doutor	UFSC	Ciência Política	Prof. Efetivo	40h
Organização, Sistemas e Métodos	36h/a	Patrícia Vendramini	Mestre	UFSC	Eng Produção	Prof. Efetivo	40h
Organização, Sistemas e Métodos	36h/a	Alexandre de Sá Oliveira	Mestrando	UDESC	Administração	Prof. Colaborador	08h
3º termo							
Gestão de Sistemas de Informação	72h/a	José Francisco Salm Junior	Mestre	UFSC	Eng. Produção	Prof. Efetivo	40hs
Teoria Econômica II	72h/a	Roberto Wagner	Mestre	UFSC	Economia	Prof. Colaborador	16h
Direito Administrativo	72h/a	Elizete Lanzoni Alves	Mestre	UNIVALI	Direito	Prof. Colaborador	08h
Direito Administrativo	72h/a	Rodrigo Bousfield	Mestre	UDESC	Administração	Prof. Efetivo	40hs
Co-Produção do Serviço Público	72h/a	Maria Ester Menegasso	Doutor	UFSC	Eng. de Produção	Prof. Efetivo	40h
Co-produção de Serviços Públicos	72h/a	Luciana Ronconi	Mestre	UFSC	Serviços Sociais	Prof. Efetivo	40h
Finanças Públicas	72h/a	Eduardo Grijó	Mestre	URGRS	Economia	Prof. Colaborador	16h
4º termo							
Antropologia Política	72h/a	A Contratar					
Planejamento Público	72h/a	Arnaldo José de Lima	Doutor	UFSC	Eng.de Produção	Prof. Efetivo	40h
Planejamento Público	72h/a	Marcello Beckert Zapellini	Mestre	UFSC	Administração	Prof. Efetivo	40h
Administração de Recursos Humanos	72h/a	Simone Guisi Feuerschütte	Doutor	UFSC	Eng. de Produção	Prof. Efetivo	40h
Administração de Recursos Humanos	72h/a	Octávio René Lebarbenchon Neto	Mestre	UFSC	Universidade de Alcalá de Henares	Prof. Efetivo	40h
Administração Pública I	72h/a	Patrícia Vendramini	Mestre	UFSC	Eng Produção	Prof. Efetivo	40h

Administração Pública I	72h/a	Maria Carolina Andion	Doutor	UFSC	Sociologia Política	Prof. Colaborador	14h
Orçamento Público	72h/a	Arlindo Carvalho Rocha	Mestre	UFSC	Administração	Prof. Efetivo	40h
Disciplina	C/H	Professor	Titulação	Instituição	Área	Regime de Trabalho	C/H
5º termo							
Políticas Públicas	72h/a	Francisco Gabriel Heidemann	Ph.D	USC/EUA	Administração	Prof. Efetivo	40h
Políticas Públicas	72h/a	Ricardo Stanziola Vieira	Doutor	UFSC	Ciência Política	Prof. Efetivo	40h
Licitações e Contratos de Prestação de Serviços Públicos	72h/a	Marcello Beckert Zapellini	Mestre	UFSC	Administração	Prof. Efetivo	40h
Contabilidade Pública	72h/a	Mauro Boppré Goulart	Mestre	UFSC	Administração	Prof. Efetivo FAED	40h
Adm. de Materiais, Patrimônio e Logística na Adm. Pública	72h/a	Reinaldo de Almeida Coelho	Doutorando	UFSC	Eng.de Produção	Prof. Colaborador	16h
Administração Pública II	72h/a	A Contratar					
6º termo							
Mediação e Negociação no Setor Público	72h/a	Ana Paula Grillo Rodrigues	Mestre	UFSC	Administração	Prof. Efetivo	40h
Gestão de Organizações de Terceiro Setor	72h/a	Maria Carolina Andion	Doutor	UFSC	Sociologia Política	Prof. Colaborador	14h
Administração Pública III	72h/a	A Contratar					
Gestão da Responsabilidade Sócio Ambiental	72h/a	Janice Mileni Bogo	Mestre	UDESC	Administração	Prof. Efetivo	40h
Gestão da Responsabilidade Sócio Ambiental	72h/a	Rebeca de Moraes Ribeiro	Mestre	UDESC	Administração	Prof. Colaborador	08h
Desenvolvimento Sustentável e Territorialidade	72h/a	Valério Turnes	Doutor	UFSC	Eng.de Produção	Prof. Colaborador	08h
7º termo							
Ética na Administração Pública	36h/a	Evandro Oliveira de Brito	Mestre	PUC/SP	Filosofia	Prof. Colaborador	20h
Desenvolvimento de Projetos Públicos	72h/a	Reinaldo de Almeida Coelho	Doutorando	UFSC	Eng.de Produção	Prof. Colaborador	16h
Desenvolvimento Comunitário e Poder Local.	36h/a	Luciana Ronconi	Mestre	UFSC	Serviços Sociais	Prof. Efetivo	40h
Administração Municipal	72h/a	A Contratar					
Marketing de Serviços Públicos	72h/a	Paulo de Moura Bastos	Mestrando	UDESC	Administração	Prof. Colaborador	14h

Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual	72h/a	José Francisco Salm Junior	Mestre	UFSC	Eng. Produção	Prof. Efetivo	40hs
Disciplina	C/H	Professor	Titulação	Instituição	Área	Regime de Trabalho	C/H
8º termo							
Sistemas de Accountability	36h/a	A Contratar					
Relações Intergovernamentais	72h/a	A Contratar					
Teoria e Prática de Administração dos Serviços Públicos	72h/a	A Contratar					
Desenvolvimento de Lideranças	36h/a	A Contratar					
Gestão de Espaços Urbanos	72h/a	A Contratar					
Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos	72h/a	Marcello Beckert Zapellini	Mestre	UFSC	Administração	Prof. Efetivo	40h

Na medida que o currículo do curso é implementado os professores serão alocados e credenciados, ou será realizado concurso, nas respectivas disciplinas, respeitando a habilitação acadêmica formal e a habilitação prática necessárias para o exercício docente no Curso.

A necessidade de contratação para a implantação do presente curso de Administração Pública está apresentada encontra-se no item 8.1.1 deste documento.

8. RECURSOS EXISTENTES E A SEREM ADQUIRIDOS

8.1 PESSOAL

Relação dos docentes				
	Nome	CH	Titulação	Situação atual
1	Adrián Sánches Abraham	20 h	Mestrado	
2	Alberto Russi Júnior	20 h	Mestrado	
3	Alexandre de Sá Oliveira	08 h/ativ	Especialização	
4	Amiltom Giácomo Tomasi	40 h DE	Mestrado	
5	Ana Paula Grillo Rodrigues	40 h	Mestrado	
6	Antônio Pereira Oliveira	20 h	Especialização	
7	Arlindo Carvalho Rocha	40 h	Mestrado	
8	Arnaldo José de Lima	20 h	Doutorado	
9	Carlos Eduardo Freitas da Cunha	40 h	Doutorado	
10	Carlos Roberto De Rolt	40 h	Doutorado	A Disp.Pref.Mun.de Florianópolis, conf.processo SEAP 15274/063, publ.Diário Oficial do Estado nº 17.961 de 09/09/06
11	Carlos Tramontin	20 h	Especialização	
12	Celestino Roque Secco	20 h	Mestrado	Licença para cargo eletivo
13	Clerilei Aparecida Bier	40 h	Doutorado	Port. 1006/05 autoriza afastamento para cursar Pós-Doutorado de 01.04.06 a 31.03.07.
14	Constantino Assis	40 h	Mestrado	
15	Dannyela da Cunha Lemos	40 h	Mestrado	
16	Dilson Sardá	40 h	Graduação	
17	Eduardo Grijó	16 h/ativ	Mestrado	
18	Eduardo Trauer	40 h	Mestrado	
19	Elizete Lanzoni Alves	08 h/ativ	Mestrado	
20	Enio Luiz Spaniol	40 h	Mestrado	
21	Evandro Oliveira de Brito	20 h/ativ	Mestrado	
22	Fabiano Maury Raupp	40 h	Mestrado	
23	Fábio Pugliesi	40 h	Doutorado	
24	Francisco Afonso Evangelista Vieira	40 h	Doutorado	Colocado a dispos. da Sec. Exec. de Articulação Nacional, Brasília, até 31.12.2006. DO de 06.01.06 pg 1.
25	Francisco de Resende Baima	40 h	Doutorado	
26	Francisco Gabriel Heidemann	40 h	Doutorado	
27	Geraldo Gama Salles Filho	16 h/ativ	Especialização	
28	Gisele Meira Kersten	06 h/ativ	Mestrado	
29	Giuliano Barbato Wolf	08 h/ativ	Mestrado	
30	Graziela Dias Alperstedt	40 h	Doutorado	
31	Isabela Regina Fornari Müller	40 h	Mestrado	
32	Jakson Alves de Aquino	16 h/ativ	Mestrado	
33	Jane Iara Pereira da Costa	40 h	Doutorado	
34	Janice Mileni Bogo	40 h	Mestrado	
35	João Batista Martins Zobot	08 h/ativ	Doutorado	
36	João Zaleski Neto	08 h/ativ	Doutorado	
37	José Francisco Salm	40 h	Doutorado	
38	José Francisco Salm Jr	40 h	Mestrado	
39	José Luiz Antonacci Carvalho	30 h	Mestrado	

40	José Luiz Fonseca da Silva Filho	40 h DE	Doutorado	
41	Jovane Medina Azevedo	40 h	Doutorado	
42	Julíbio David Ardigo	40 h	Doutorado	
43	Julio da Silva Dias	40 h	Doutorado	
44	Leandro Costa Schmitz	20 h/ativ	Mestrado	
45	Lisandro Fin Nishi	40 h	Mestrado	
46	Luciana Francisco de Abreu Ronconi	40 h	Mestrado	
47	Luis Gonzaga Mattos Monteiro	40 h	Doutorado	
48	Luiz Sérgio Fávero	40 h	Mestrado	
49	Luzinete Carpin Niedzieluk	08 h/ativ	Mestrado	
50	Marcello Beckert Zapelini	40 h	Mestrado	
51	Marcelo Ribeiro Martins	40 h	Mestrado	
52	Marco Antônio Seifriz	40 h	Mestrado	
53	Marcos Alexandre Schiavoni	40 h	Mestrado	
54	Marcus Tomasi	40 h	Mestrado	
55	Maria Carolina Martinez Andion	14 h/ativ	Doutorado	
56	Maria Ester Menegasso	40 h	Doutorado	
57	Mário César Barreto Moraes	40 h	Doutorado	
58	Mário Nelson Alves	40 h	Especialização	
59	Mauro Sergio Boppre Goulart	40 h	Mestrado	Professor da FAED
60	Nério Amboni	40 h	Doutorado	
61	Octávio René Lebarbenchon Neto	20 h	Mestrado	
62	Patrícia Vendramini	40 h	Mestrado	
63	Paulo Henrique Simon	20 h	Mestrado	
64	Paulo Sérgio de Moura Bastos	16 h/ativ	Especialização	
65	Raimundo Zumblick	40 h	Mestrado	
66	Rebeca de Moraes Ribeiro	08 h/ativ	Mestrado	
67	Reinaldo de Almeida Coelho	16 h/ativ	Mestrado	
68	René Machado Filho	40 h	Especialização	
69	Ricardo Stanziola Vieira	40 h	Doutorado	
70	Roberto Wagner	16 h/ativ	Mestrado	
71	Rodrigo Bousfield	40 h	Mestrado	
72	Ronaldo Valente Canali	20 h	Mestrado	
73	Rubens Araújo de Oliveira	40 h	Doutorado	
74	Simone Ghisi Feuerschutte	40 h	Mestrado	
75	Táisa Dias Ferreira	04 h/ativ	Mestrado	
76	Valério Alécio Turnes	08 h/ativ	Doutorado	

Docentes em cargos administrativos e Técnicos Administrativos

DIREÇÃO DE ENSINO / SECRETARIA ACADÊMICA			
	Nome do Servidor	Cargo/Chefia	Observações
1	Prof.Msc.Marco A Seifriz	Diretor Assistente de Ensino	
2	Prof.Msc.Marcus Tomasi	Coord.do Curso Adm.Empresarial	
3	Profª Dra.Maria Ester Menegasso	Coord.do Curso Adm.Pública	
4	Esther Arnold	Secretária Geral	
5	Ana Cristina Benazzi dos Santos	Téc.Univ.Execução	
6	Cecília Just Milanez Coelho	Téc.Univ.Desenvolvimento	
7	Dilmo Eugênio Moreira	Téc.Univ.Suporte	
8	Fernando Rateke	Téc.Univ.Desenvolvimento	Licença Prêmio
9	Sônia Regina Pereira de Fraga	Téc.Univ.Desenvolvimento	
		Total Servidores:	6
		Total Bolsistas:	2

DIREÇÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA – DAF			
	Nome do Servidor	Cargo/Chefia	Observações
1	Prof.Dr.Rubens Araújo de Oliveira	Diretor Geral da Esag	
2	Adm.Aroldo Schambeck	Diretor Administrativo	
3	Tânia Mara Martins Cardoso	Téc.Univ.Suporte	Secr.Dir.Geral
4	Ana Maria Carvalho Cardoso	Téc.Univ.Desenvolvimento	Licitações
5	Raquel Verônica da Cunha Bastos	Téc.Univ.Desenvolvimento	RH –Licença Prêmio
6	Liz Kelli de Amorim Sombrio	Téc.Univ.Desenvolvimento	RH
7	Maria Helena da Silva	Téc.Univ.Suporte	Financeiro
8	Paulo Roberto da Silva Alves	Téc.Univ.Execução	Almoxarifado
9	Sérgio Bittencourt	Téc.Univ.Suporte	Patrimônio
10	Fernando Luiz Furlan	Téc.Univ.Suporte	
11	José Carlos Kincheski	Téc.Univ.Desenvolvimento	
12	Gilberto Gervásio da S.Júnior	Téc.Univ.Execução	Motorista
13	Arnaldo José de Lima	Téc.Univ.Desenvolvimento	
		Total Técnicos:	12
		Total Bolsistas:	3

Núcleo de Processamento de Dados			
	Nome do Servidor	Cargo/Chefia	Observações
1	Marcelo Luz Scheibel	Chefe do NPD	
2	Andrey Pestana de Farias	Téc.Univ.Suporte	
		Total Técnicos:	2
		Total Bolsistas:	4

MESTRADO			
	Nome do Servidor	Cargo/Chefia	Observações
1	Prof.Dr. Mário César de Barreto Moraes	Coord. De Mestrado	
2	Profª Dra. Graziela Dias Alpersted	Diretora Assist.de Pesq. E Extensão	
3	Carla Amarilho Sagaz	Téc.Univ.Suporte	
4	Carolina Palma C. da Veiga	Téc.Univ.Desenvolvimento	
5	Marina Nogueira dos Santos	Téc.Univ.Suporte	
6	Gleide Zin Cunha Maia	Téc.Univ.Desenvolvimento	
		Total Técnicos:	4
		Total Bolsistas:	4

BIBLIOTECA			
	Nome do Servidor	Cargo/Chefia	Observações
1	Heloísa Nascimento	Chefe da Biblioteca	
2	Maria Zulmira Porto Quites	Téc.Univ.Desenvolvimento	Licença Trat Saúde
		Total Técnicos:	2
		Total Bolsistas:	7

COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO			
	Nome do Servidor	Cargo/Chefia	Observações
1	Profª Msc.Janice Mileni Bogo	Coordenação de Estágio	
2	Hercília Zelindro	Téc.Univ.Suporte	
3	Maria Gorete Bender dos Santos	Téc.Univ. Suporte	
		Total Técnicos:	2
		Total Bolsistas:	1

ITAG		
Nome do Servidor	Cargo/Chefia	Observações
1Hercílio Fernandes Neto	Téc.Univ.Desenvolvimento	
2Cúrcio Jamundá	Téc.Univ.Desenvolvimento	
	Total Técnicos:	2
	Total Bolsistas:	1

8.1.1 Necessidade de Contratação de Pessoal

Os recursos humanos (professores), bem como os técnicos-administrativos constantes nos setores que compõem a ESAG não são suficientes para a implantação do Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública.

Para implantação do curso proposto, em um primeiro momento, para as três primeiras fases, **serão necessárias** contratações de professores Efetivos para substituição do grande número de professores Colaboradores do curso.

Vale ressaltar que o curso ainda está em implantação, portanto, as últimas fases não possuem professores contratados alocados para as novas disciplinas que ainda não foram oferecidas.

Assim sendo, torna-se necessária contratação de 5 (cinco) Professores Efetivos 40 horas, sendo **3 (três) Doutores e 2 (dois) Mestres** para ministrar disciplinas em Florianópolis e Balneário Camboriú, orientar Estágios Curriculares Supervisionados, desenvolver Pesquisa e Extensão. Além disto, os professores Doutores também poderão vir a integrar o corpo docente do Mestrado do Centro de Ciências da Administração /ESAG.

8.2 MATERIAL

Na seqüência, verifica-se a área do centro utilizada pelo curso (número de salas; instalações administrativas; salas de professores e de reuniões; ambientes pedagógicos; condições de acesso às pessoas com necessidades especiais, entre outros).

Salas de aula com 45 lugares (todas climatizadas)	13
Salas de aula com 50 lugares (todas climatizadas)	02
Auditório com capacidade para 120 pessoas	01
Salas de estudos para 10 pessoas cada	05
Salas individuais para professores	10

Salas para grupos de extensão	02
Salas para grupos de pesquisa	02
Direção Geral (Diretor Geral + sala de reuniões + sala de apoio administrativo e financeiro + recepção)	04
Direção Assistente de Ensino (Diretor de Ensino + Secretaria Geral + Registro Acadêmico + Coordenação de Estágios + Reprografia + Recepção)	06
Direção Assistente de Pesquisa e de Extensão (Direção de Pesquisa e de Extensão + Recepção)	02
Coordenação do Mestrado Executivo em Administração (sala da coordenação + sala da recepção)	02
Coordenação da Pós-Graduação Especialização (sala da coordenação + sala da recepção)	02
Sala do ITAG – Custo de Vida	01
Biblioteca com espaços para estudos + sala de vídeo + sala para pessoal administrativo + sala para recepção e sala para periódicos: 260 m ²	05
NPD - Laboratórios de informática (03 laboratórios com 60 m ² cada)	03
Almoxarifado com 40 m ²	01
Sala para Empresa Júnior com 50 m ²	01
DAAG com 50 m ²	01
Salas de Jogos com 60 m ²	01
Lanchonete + área de convivência com 170 m ²	02
Banheiros (04 femininos e 04 masculinos)	08

Para a implantação do curso proposto, os recursos materiais existentes são suficientes para assegurar a qualidade do curso de Administração Pública.

8.3 LABORATÓRIOS/SALAS ESPECIAIS

O Centro de Ciências da Administração/ESAG/UEDESC possui a seguinte infra-estrutura tecnológica, conforme quadro a seguir:

Computadores nos setores administrativos e acadêmicos	95
Impressoras	28
Vídeos	09
Notebook	8
Televisores 29 polegadas	14
Projektor Multimídia	21
Retroprojektor	19
Fotocopiadora	02
Duplicadora	01
03 laboratórios de informática com 20 máquinas cada	60
DVD	9
Internet: todos os computadores estão ligados a internet	127

Os laboratórios e equipamentos existentes atualmente são suficientes para assegurar os padrões mínimos de qualidade estabelecidos pela SESu/MEC para os cursos de Administração.

9. ACERVO E REGIME DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA

Horário de funcionamento da biblioteca: das 08:00 às 22:00 horas.

Equipe de pessoal: A biblioteca possui pessoal qualificado, ou seja, 2 (dois) bibliotecários, sendo que 1 (um) está licenciado por mais de 8 (oito) meses, 0 (zero) Técnico de Assuntos Universitários e 6 (seis) bolsistas.

Serviços oferecidos pela biblioteca aos usuários

Consulta ao acervo e informação local, empréstimo domiciliar (automatizado e manual), consulta as bases de dados, treinamento às bases de dados, empréstimo interbibliotecário, comutação bibliográfica, orientação bibliográfica (referência), levantamento bibliográfico, divulgação de novas aquisições, visitas orientadas.

Aquisições feitas em 2006 para a ampliação do acervo da biblioteca:

Exemplares de livros por compra e doação: 1284 (1087 compra e 197 doação)

Títulos por compra e doação: 737 (526 compra e 211 doação)

Exemplares adquiridos com verba multa: 0

Restauração livros verba multa: 0

Assinatura periódico estrangeiro com verba multa: 0

Periódicos nacionais: 23

Periódicos estrangeiros: 10

Monografias, teses e dissertações: 52

Fitas de vídeo: 8

CD's: 0

Total 74.634 usuários adentraram pelo portal da biblioteca.

No total, a biblioteca oferece à comunidade acadêmica:

Exemplares de livros: 19.726

Títulos de livros: 7175

Títulos de periódicos nacionais: 43. Estrangeiros: 13

Monografias: 834

Dissertações: 292

Teses: 22

Relatórios de pesquisa: 127

CDs: 62

Fitas de vídeo: 71

Assinaturas de jornais diários: 5

GRANDES ÁREAS - ASSUNTOS

CIÊNCIA E CONHECIMENTO

FILOSOFIA

PSICOLOGIA

SOCIOLOGIA

ECONOMIA

DIREITO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EDUCAÇÃO

LÍNGUAS

CIÊNCIAS NATURAIS

MATEMÁTICA
COMPUTAÇÃO
TECNOLOGIA (CIÊNCIAS APLICADAS)
CONTABILIDADE
CONTABILIDADE DE CUSTOS
CONTABILIDADE PÚBLICA
ADMINISTRAÇÃO
ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA
TOMADA DE DECISÃO
ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
MUDANÇA ORGANIZACIONAL
GERÊNCIA
LIDERANÇA
EMPRESÁRIOS – BIOGRAFIA
ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO
GESTÃO DA QUALIDADE
ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS
LOGÍSTICA
MARKETING
VENDAS
PESQUISA DE MERCADO
MARKETING DIRETO
HOSPITAIS/ADMINISTRAÇÃO
PROPAGANDA
RELAÇÕES PÚBLICAS
LITERATURA
HISTÓRIA

PRINCIPAIS PERIÓDICOS QUE JÁ ESTÃO NA BASE PERGAMUN

Administração no Milênio
Administrative Science Quarterly
American Review
Business Week
Caderno de Administração
Caderno de Estudos em Administração
Cadernos da FACECA
Cadernos de Economia
Cadernos do Terceiro Mundo
Cadernos UNICEN
California Management Review
Carta mensal
Ciência Hoje
Conjuntura Econômica
D. O. Leitura
Deutschland
Economia Aplicada
Economist, the
Empreendedor
Época
Estudos econômicos
Exame
Exame Você
Gestão: revista científica de administração

Harvard Business
HSMangement
Indústria Brasileira
Info Exame
Isto É
LTR
Mit Sloan Review
Organization Studies
Parcerias estratégicas
Percursos: revista do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas/UDESC
Public Administration Review
Resultado do Tesouro Nacional
Revista ANGRAD
Revista Álvares Penteado

Além destes periódicos que se encontram na base de dados, pode-se citar ainda:

Business Week
Carta Mensal
Conjuntura Econômica
Empreendedor
Exame
Exame Informática
Expressão
IMMES
Pequenas Empresas
Revista de Administração de Empresas - RAE
Revista de Administração Pública - RAP
Revista de Administração da USP
Revista Brasileira de Administração
Rumos do Desenvolvimento
Suma Econômica
Super Hiper

O acervo constante na biblioteca da ESAG/UDESC, bem como nas bibliotecas dos demais Centros de Ensino que integram a UDESC é suficiente para assegurar os padrões mínimos de qualidade dos Cursos de Administração estabelecidos pela SESu/MEC.

ANEXO 1

TRANSFERÊNCIAS, REINGRESSOS E RETORNO
RESOLUÇÃO 014/2005 CONSEPE

RESOLUÇÃO Nº 014/2005 - CONSEPE

Regulamenta o ingresso aos Cursos de Graduação da UDESC nas modalidades Transferência Interna, Transferência Externa, Reingresso após Abandono, Retorno aos Portadores de Diploma de Curso de Graduação e Retorno para nova opção de habilitação no mesmo curso para concluintes da UDESC.

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições, considerando a deliberação do Plenário relativa ao Processo nº 864/056, tomada em sessão de 12 de setembro de 2005,

R E S O L V E:

Art. 1º - O ingresso aos Cursos de Graduação da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, por meio de Transferência Interna, Transferência Externa, Reingresso após Abandono, Retorno aos portadores de Diploma de Curso de Graduação devidamente registrado e Retorno para nova opção de habilitação no mesmo curso para concluintes da UDESC, é regido pela presente Resolução e demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO I

Dos requisitos para ingresso

Art. 2º - Para ingresso nos Cursos de Graduação da UDESC nas modalidades previstas nesta Resolução, é necessário:

- I - existência de vagas, demonstrada em Edital específico;
- II - ingressar com a solicitação em período e local pré-definidos em Edital específico apresentando a documentação exigida;
- III - ser aprovado e classificado em processo seletivo próprio;
- IV - ter condições de integralizar o Currículo Pleno do Curso pretendido no prazo fixado pela legislação pertinente;
- V - atender a outras condições previstas nesta Resolução ou no Edital específico.

Parágrafo único - Para efeitos do que dispõe o inciso IV, nos casos de Transferência Interna, Transferência Externa e Reingresso após Abandono, o prazo passa a contar do período letivo em que o aluno ingressou no Curso através do Concurso Vestibular, descontados os períodos de trancamento de matrícula e de abandono, quando for o caso.

CAPÍTULO II

Das vagas

Art. 3º - A existência de vaga no Turno, Habilitação e/ou Curso, após a matrícula dos alunos regulares e dos aprovados no Concurso Vestibular, é condição primeira para ingresso de alunos pelas modalidades previstas nesta Resolução.

§ 1º - Considera-se existência de vaga, para efeito desta Resolução, a não ocupação do número total de vagas fixado pelos órgãos competentes.

§ 2º - O número total de vagas de um Turno, Habilitação e/ou Curso, para um determinado semestre, deverá ser calculado, conforme a equação abaixo:

$$NT = DS + AB + OB + TF + VNP$$

NT: Número total de vagas no Turno, Habilitação e/ou Curso;

DS : Desistência;

AB: Abandono;
OB: Óbito;
TF: Transferência para outra IES;
VNP: Vagas não preenchidas no último processo seletivo do curso, bem como as vagas não preenchidas por Transferência Interna, Transferência Externa, Reingresso após Abandono, Retorno aos Portadores de Diploma de Curso de Graduação e nova opção de habilitação no mesmo curso para concluintes da UDESC;

Onde:

DS; AB; OB; TF, VNP: número correspondente ao semestre letivo em curso, referente ao mesmo semestre da publicação do Edital.

Art. 4º - Semestralmente, após o período de cancelamento de disciplinas e trancamento de matrícula, a Pró-Reitoria de Ensino calculará o número de vagas para atendimento às Transferências Internas e Externas, Reingressos após Abandono e Retorno para os portadores de Diploma de Curso de Graduação, para o semestre letivo subsequente.

Art. 5º O número de vagas, calculado conforme o § 2º do Artigo 3º, desta Resolução, será publicado em edital público, específico, pelo Reitor, de acordo com calendário acadêmico.

Parágrafo único – Nos cursos onde o oferecimento de vagas ocorre em turnos diferentes, a vaga a ser ocupada por Transferência Interna por mudança de Turno, na mesma Habilitação, será imediatamente remanejada dentro do total de vagas do Curso publicadas em Edital público.

Art. 6º - O número de vagas oferecidas inclui todas as modalidades de ingresso e suas respectivas especificidades e serão preenchidas conforme as modalidades de ingressos e critérios estabelecidos nesta Resolução.

Parágrafo Único – O total de vagas disponíveis nas etapas do processo de ingresso é o mesmo, do início ao fim. O saldo de vagas é sempre remanejado para os critérios de prioridades dentro de uma mesma etapa ou de uma etapa para a outra.

Art. 7º - As modalidades de ingresso de que trata esta Resolução compreendem (02) duas etapas:

1ª ETAPA – é destinada apenas aos alunos da UDESC, que desejam mudar de Turno, de Habilitação, de Curso ou de Centro e caracteriza-se como Transferência Interna. Os candidatos submetidos a esta etapa, conforme Anexo Único, desta Resolução, ficam isentos de processo seletivo e terão prioridade para a matrícula, desde que o número de inscrições seja inferior ao número de vagas. Os critérios estabelecidos para prioridade de matrícula estão estabelecidos no Capítulo IX desta Resolução.

2ª ETAPA – é destinada a alunos da UDESC que não atendam ao disposto no Anexo Único, desta Resolução, e alunos de outras instituições, e abrange também Transferência Externa, Retorno a portadores de diploma de curso de graduação, Reingresso por abandono e retorno para nova opção de habilitação no mesmo curso para concluintes da UDESC. Nesta etapa, os candidatos serão submetidos a um teste de caráter classificatório e eliminatório, que versará sobre assuntos estudados em disciplinas ministradas no Curso pretendido, conforme estabelecido no Capítulo IX desta Resolução.

CAPÍTULO III

Das transferências

Art. 8º - Serão permitidas as transferências de alunos que, no momento da solicitação:

I – tenham concluído, com aproveitamento, todas as disciplinas da primeira e da segunda fase do Curso de origem ou do primeiro ano; e

II – não se encontrarem na última fase ou último ano do curso de origem, à exceção dos alunos concluintes da UDESC que queiram realizar uma nova opção de habilitação no mesmo curso.

CAPÍTULO IV

Da transferência interna

Art. 9º - A transferência interna, que consiste na mudança de Turno, de Habilitação, de Curso ou de Centro, será concedida uma única vez.

Parágrafo único – É vedada a Transferência Interna ao acadêmico que ingressar na UDESC por Transferência Externa, por convênio, ou através de retorno a portador de Diploma de Curso de Graduação, bem como para aquele que não tenha condições de integralizar o Currículo Pleno do Curso pleiteado no prazo fixado pela legislação pertinente.

CAPÍTULO V

Da transferência externa

Art. 10 - Considera-se transferência externa a possibilidade de um aluno de outra Instituição de Ensino Superior dar prosseguimento e continuidade aos seus estudos na UDESC, enquadrando-se nas normas legais vigentes nesta Universidade.

Art. 11 - A transferência externa só será permitida:

I - se o aluno estiver regularmente matriculado ou com matrícula trancada na instituição de origem, em Curso autorizado ou reconhecido pela legislação vigente;

II - se a transferência for:

- a) para o mesmo Curso da instituição de origem; ou
- b) para Curso afim.

Parágrafo único - Consideram-se cursos afins aqueles que se desenvolvem de um mesmo tronco de matérias e que conduzem a habilitações profissionais incluídas na mesma área de conhecimento.

CAPÍTULO VI

Do reingresso após abandono de Curso

Art. 12 - Considera-se reingresso após abandono de Curso a possibilidade de um aluno retomar seus estudos em um determinado Curso da UDESC, após tê-lo abandonado.

Art. 13 - Considera-se que o aluno incorreu em abandono do Curso, quando:

- a) não renovar matrícula no período letivo regular, dentro do período fixado;
- b) tendo realizado trancamento, não renovar matrícula no semestre seguinte ao do término do seu período de trancamento.

- Art. 14 - O reingresso após abandono só será permitido:
I - para o mesmo Curso; e
II - caso o período de abandono não tenha excedido 4 (quatro) semestres.

CAPÍTULO VII

Do retorno a diplomado em Curso Superior

Art. 15 - O portador de Diploma de Curso Superior devidamente registrado pode retornar a uma outra habilitação no mesmo Curso ou a um Curso de Graduação de seu interesse, independente de afinidade entre as áreas de conhecimento objeto de cada um dos Cursos.

Parágrafo único - O prazo de integralização curricular do Curso para o qual obteve retorno começará a ser computado a partir de seu ingresso neste.

CAPÍTULO VIII

Do Retorno para nova Habilitação no mesmo Curso para concluintes da UDESC

Art. 16 - Esta modalidade contempla alunos concluintes da UDESC que desejam cursar nova habilitação e cursos que possuam licenciatura e bacharelado na mesma matriz curricular.

§ 1º - Para realizar a matrícula o aluno terá que apresentar documentação que ateste a conclusão do curso no qual era concluinte.

§ 2º - O prazo de integralização curricular do Curso para o qual obteve nova opção começará a ser computado a partir de seu ingresso neste.

CAPÍTULO IX

Do processo seletivo

Art. 17 - Os candidatos a ingresso nas modalidades referidas nesta Resolução deverão realizar processo seletivo a cargo da Coordenação de Curso, que obedecerá a critérios diferenciados para cada uma das duas etapas:

I – 1ª Etapa – Nesta etapa, os critérios de prioridade para matrícula seguem a seguinte ordem:

- a) mudança de turno na mesma habilitação de um curso;
- b) mudança de uma habilitação para outra no mesmo curso;
- c) mudanças de cursos, de acordo com o Anexo Único, na mesma Sede, Município, Centro ou *Campus*;
- d) mudança de curso que envolve mudança de Sede, Município, Centro ou *Campus*, de acordo com o Anexo Único desta Resolução;
- e) O desempate entre dois ou mais candidatos considerará, pela ordem, o aproveitamento curricular e a maior idade;

II – 2ª Etapa - Nesta etapa, os procedimentos para seleção e classificação e os critérios de prioridade para matrícula seguem a seguinte ordem:

- a) o teste de classificação, de caráter eliminatório e classificatório consiste em uma prova de conhecimentos elaborada e avaliada por comissão especialmente constituída para tal fim,

podendo abordar conteúdos teóricos e/ou parte prática, devendo cada candidato receber uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) . Caso este teste englobe conteúdo teórico e parte prática, a nota final será uma só;

b) a prova com parte prática, quando for o caso, terá duração determinada pela Comissão de Seleção e o material necessário para sua execução, de acordo com a sua especificidade, será definido no momento da inscrição;

c) Será considerado desclassificado à disputa das vagas para ingresso o candidato que não alcançar um índice mínimo de 5,0 (cinco vírgula zero);

d) Os candidatos classificados com índice igual ou superior a 5,0 (cinco vírgula zero) estarão sujeitos aos seguintes critérios de prioridades para seleção:

1. nova opção de Habilitação no mesmo Curso para concluintes da UDESC, respeitadas entre este grupo a ordem da maior para a menor nota na prova;

2. para o mesmo Curso da instituição de origem e respeitadas entre este grupo a ordem da maior para a menor nota na prova;

3. reingresso após abandono e respeitadas entre este grupo a ordem da maior para a menor nota na prova;

4. para alunos de outros cursos da UDESC que desejam transferência interna e respeitadas entre este grupo a ordem da maior para a menor nota na prova;

5. para Curso que apresente tronco, núcleo ou disciplinas comuns em relação ao da instituição de origem e respeitadas entre este grupo a ordem da maior para a menor nota na prova;

6. retorno aos portadores de diploma de curso superior e respeitadas entre este grupo a ordem da maior para a menor nota na prova;

6.1. retorno para uma nova Habilitação no mesmo Curso e respeitadas entre este grupo a ordem da maior para a menor nota na prova;

6.2. retorno para cursos que apresentam entre si, tronco núcleo ou disciplinas comuns e respeitadas entre este grupo a ordem da maior para a menor nota na prova;

6.3. retorno para outros cursos em que não houve preenchimento de vagas e respeitadas entre este grupo a ordem da maior para a menor nota na prova;

e) O desempate entre dois ou mais candidatos considerará, pela ordem, o aproveitamento curricular e a maior idade;

f) Compete à Coordenação de Curso estabelecer programa e bibliografia da prova a ser aplicada aos candidatos, providenciar sua elaboração e impressão, bem como agendar data, horário e local para a realização da mesma;

g) O programa da prova e sua respectiva bibliografia deverão ser comunicados aos candidatos quando de sua inscrição ou por via postal.

CAPÍTULO X

Da tramitação das solicitações

Art. 18 - O candidato a ingresso por uma das modalidades referidas nesta Resolução, deverá inscrever-se na Secretaria Acadêmica do Centro.

Parágrafo único - A inscrição poderá ser feita por via postal, através de correspondência registrada, valendo, neste caso, a data de postagem nos Correios como data de inscrição.

Art. 19 - Quando do recebimento das inscrições, a Secretaria Acadêmica deverá organizar por modalidade e especificidade a solicitação de transferência.

Art. 20 - Até 10 (dez) dias após finalizado o prazo de inscrições, a Secretaria Acadêmica deverá instruir tecnicamente as solicitações apresentadas, apontando tacitamente aquelas que não atendem os dispositivos desta Resolução ou outra norma legal e, indeferir as que não cumpram a integralidade das exigências estabelecidas.

Parágrafo único - A Secretaria Acadêmica deve notificar os candidatos cujas inscrições forem indeferidas.

Art. 21 - Finalizado o processo de ingresso por transferência, mencionado na 1º Etapa estabelecida no Art. 7º desta Resolução, o número de vagas não preenchidas será remanejado para a segunda etapa.

Art. 22 - Cabe à Secretaria Acadêmica elaborar um calendário próprio, a ser divulgado no âmbito do Centro, para a realização do processo seletivo em cada uma das etapas mencionadas no Art. 7º desta Resolução, desde que haja vaga remanescente para a segunda etapa.

Art. 23 - Compete à Secretaria Acadêmica de cada Centro divulgar os resultados do processo seletivo homologadas pela Coordenação de Curso.

Art. 24 - Compete à Direção Assistente de Ensino supervisionar a tramitação dos processos, nos termos desta Resolução.

CAPÍTULO XI Dos alunos ingressantes

Art. 25 - Compete à Coordenação de Curso orientar a elaboração do plano de estudo para adaptação ao currículo a ser cumprido pelos alunos ingressantes.

CAPÍTULO XII Das disposições finais

Art. 26 - As peculiaridades de cada Curso podem ser regulamentadas por normas complementares, emanadas do respectivo Colegiado, desde que não contrariem o disposto na presente Resolução.

Art. 27 - O Edital próprio de abertura de vagas para Ingresso por Transferência Interna ou Externa, Reingresso após Abandono ou Retorno de Diplomado, deverá informar os requisitos mínimos para inscrição e aceite dos alunos.

Art. 28 - Os casos omissos serão analisados pela Pró-Reitoria de Ensino, cabendo a decisão ao órgão competente.

Art. 29 - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogada a Resolução nº 017/2004-CONSEPE, Resolução nº 023/2004-CONSEPE e demais disposições em contrário.

Florianópolis, 12 de setembro de 2005.

Prof. Anselmo Fábio de Moraes
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 014/2005 - CONSEPE**Anexo Único****QUADRO PARA TRANSFERÊNCIA INTERNA¹
Áreas de conhecimento e suas afinidades
CAPES – CNPq – SESu/ MEC**

GRANDE ÁREA	ÁREA – Cursos da UDESC
Ciências Exatas e da Terra	Ciência da Computação Física Sistemas de Informação
Ciências Biológicas	A UDESC não oferece cursos nesta área.
Engenharias	Engenharia Civil Engenharia Elétrica Engenharia Mecânica Engenharia de Produção e Sistemas Tecnologia Mecânica – Produção Industrial de Móveis Tecnologia de Sistemas de Informação
Ciência da Saúde	Enfermagem Fisioterapia e Terapia Ocupacional Educação Física
Ciências Agrárias	Agronomia Engenharia Florestal Zootecnia Medicina Veterinária Engenharia de Alimentos
Ciências Sociais Aplicadas	Administração Empresarial Administração de Serviços Públicos Design Industrial e Design Gráfico Biblioteconomia Bacharelado em Moda
Ciências Humanas	História Geografia Pedagogia
Linguística, Letras e Artes	Artes Plásticas, Música, Artes Cênicas

¹ Os candidatos submetidos à TRANSFERÊNCIA INTERNA isentos de processo seletivo e, terão prioridade para a matrícula, desde que o número de inscrições seja inferior ao número de vagas.

ANEXO 2

RESOLUÇÃO 003/93 CONSEPE SOBRE APROVEITAMENTO ESCOLAR

Regulamenta os Artigos 78 e 79 do Regimento Geral da UDESC.

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO:

1) o que consta do Processo nº 807/923, originário do Centro de Ciências da Administração - ESAG, devidamente analisado pela Câmara de Ensino em sessão de 11.02.93; e

2) a deliberação do plenário deste egrégio Conselho, tomada em reunião de 26.02. 1993;

R E S O L V E:

Art. 1º – Na avaliação do aproveitamento/rendimento dos alunos, as medias finais serão expressas na escala de 0 (zero) a 10 (dez) e poderão ser fracionadas em apenas um dígito, após a virgula.

Art. 2º – Para o cumprimento do artigo anterior, será efetuado o arredondamento estatístico.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor nesta data, aplicando-se seus efeitos a partir de 01.03.1993.

Florianópolis, 26 de fevereiro de 1993.

Prof. Rogério Braz da Silva
Presidente

ANEXO 3

**INDICADORES DE ENTRADA, DE PROCESSOS E DE SAÍDA PARA AVALIAÇÃO DO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA ESAG/UDESC**

DIMENSÃO: CORPO DISCENTE (indicativos de entrada, processo e resultados)

a) Quais os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças dos indicativos relativos ao corpo discente quando se observam os aspectos concernentes a entrada (por exemplo: escola de origem, desempenho no ensino médio, procedência, candidatos inscritos no vestibular, nota de aprovação no vestibular, vagas oferecidas, relação candidato/vaga, transferências recebidas);

b) Quais os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças dos indicativos relativos ao corpo discente quando se observam os aspectos concernentes ao processo: (por exemplo: n. de alunos em projeto de iniciação científica, n. de alunos em projeto de extensão, n. de alunos em projeto de monitoria, n. de alunos em projeto da empresa júnior, n. de alunos em estágio extra-curriculares, n. de alunos em estágio curricular, n. de alunos em projetos de atividades voluntárias, n. de alunos envolvidos nos centros acadêmicos, n. de empréstimos para discentes na biblioteca, n. de alunos usuários dos laboratórios de informática, tempo médio de integralização do curso, n. médio de alunos por turma, Índice de aprovação por disciplina, Índice de aprovação por turma, Índice de evasão, Índice de reprovação, n. médio de crédito cursados, Alunos com matrícula Trancada nos semestres/ano);

c) Quais os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças dos indicativos relativos ao corpo discente quando se observam os aspectos concernentes aos resultados (por exemplo: n. de alunos concluintes, relação de alunos ingressos/concluintes, resultado do desempenho no ENC, perfil desejado para o egresso, taxa de retenção discente= n. de alunos formados, multiplicado pelo tempo médio de conclusão, dividido pelo n. total de alunos, taxa de ociosidade = n. de vagas preenchidas, dividida pelo n. de vagas oferecidas)

DIMENSÃO: CORPO DOCENTE (indicativos de entrada, processo e resultados)

a) Quais os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças dos indicativos do corpo docente quando se observam os aspectos de entrada (por exemplo: docentes efetivos, docentes colaboradores, titulação docente, tempo de magistério superior, tempo de exercício profissional fora do magistério, docentes com formação adequada às disciplinas que ministram, regime de trabalho, professores graduados em administração)

b) Quais os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças dos indicativos do corpo docente quando se observam os aspectos de processo (por exemplo: docentes efetivos, docentes colaboradores, titulação docente, tempo de magistério superior, experiência acadêmica e profissional docente, docentes com formação adequada às disciplinas que ministram, regime de trabalho, carga horária dedicada ao ensino de graduação, carga horária dedicada ao ensino de pós-graduação, carga horária dedicada a pesquisa, carga horária dedicada a extensão, carga horária dedicada a orientação de estágios, carga horária dedicada a administração, carga horária dedicada a capacitação, artigos publicados em periódicos científicos, n. médio de disciplina por docente, $iqcd = 5 \times n. \text{ doutores} + 3 \times n. \text{ mestres} + 2 \times n. \text{ de especialista} + n. \text{ de graduados}$, dividido pelo n. de docentes, endogenia, docentes que ocupam cargos de direção ou assessoramento em organizações acadêmicas e não acadêmicas, docentes envolvidos nos projetos de consultoria da empresa júnior)

c) Quais os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças dos indicativos do corpo docente quando se observam os aspectos de resultados (por exemplo: relação de professores efetivos versus colaboradores, livros ou capítulos de livros publicados, trabalhos publicados em anais (completos ou resumos), traduções de livros, capítulos de livros ou artigos publicados, projeto ou produção técnicas, artísticas ou culturais, produção didático pedagógica relevante publicada ou não, apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais e internacionais, desempenho docente em sala de aula)

d) Quais os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças dos indicativos do Coordenador do Curso, quando se leva em conta o regime de trabalho, a titulação, as estratégias implementadas nos últimos anos?

DIMENSÃO: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

a) Quais os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças dos indicativos relativos a organização didático pedagógica atual do curso no que se refere a/ao: (por exemplo: contexto, concepção de conhecimento, ciência e educação, formas de acesso; vocação do curso e da região; perfil de ingresso; perfil de egresso, tipo de organização curricular, flexibilidade curricular, conteúdos do curso por campos de conhecimentos definidos pelas Diretrizes Curriculares, integração horizontal e vertical dos conteúdos programáticos por eixos temáticos, relação de disciplinas com suas respectivas ementas, justificativas, conteúdos básicos, metodologias de ensino-aprendizagem, sistema de aproveitamento escolar, formas de interdisciplinaridade, bibliografia básica, práticas inovativas, perfil do docente em relação as disciplinas do curso, cargas horárias das atividades didáticas e da integralização curricular, modos de articulação teoria versus prática, formas de integração do ensino com a pesquisa e com a extensão, modos de integração entre graduação e pós-graduação e cursos seqüenciais, concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado e/ou TCC: regulamento de estágio e do TCC, concepção das atividades complementares, empresa júnior e sistema de avaliação interna e externa do curso como um todo: discentes, docentes, organização didático pedagógica, aspectos estruturais e legais).

DIMENSÃO: GESTÃO

Quais os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças dos indicativos do modelo de gestão e de organização que sustentam o curso? (por exemplo: princípios orientadores de gestão, clareza dos princípios, tipo de estrutura organizacional, flexibilidade, agilidade, definição de atribuições e responsáveis, perfil dos ocupantes dos cargos, estilo de liderança do gestor, processos e fluxos de operações, processo de tomada de decisão, nível de participação dos segmentos envolvidos no processo, parcerias)

DIMENSÃO: ASPECTOS ESTRUTURAIS

a) Quais os pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças dos indicativos dos aspectos estruturais do curso? (por exemplo: recursos audiovisuais tais como: retroprojetores, equipamentos de vídeo, "data-show", etc; salas de aulas utilizadas pelo curso, área total, capacidade; salas e gabinetes para professores; salas/laboratórios para ensino especializado; áreas de circulação, de lazer, sanitários; adequação do layout das instalações a uma instituição de ensino; salas de estudo para alunos; iluminação, ventilação, relação aluno/docente, relação funcionário/docente, relação aluno/funçãoário, relação área construída/aluno, relação área construída/funçãoário, relação área construída/docente, relação acervo bibliográfico do curso/aluno, relação consultas à biblioteca/aluno, acesso a internet; laboratórios de informática, relação aluno/computadores)

DIMENSÃO: ASPECTOS LEGAIS/AMBIENTAIS

a) Quais as oportunidades e ameaças do ambiente externo direto operacional (por exemplo: clientes, fornecedores, concorrentes e grupos regulamentadores) e indireto geral (por exemplo: as variáveis tecnológicas, legais, políticas, econômicas, demográficas, ecológicas, culturais e sociais) ao curso?

ANEXO 4

RESOLUÇÃO N° 025/2006 - CONSEPE

DISPÕE SOBRE O VALOR DO CRÉDITO, DA DURAÇÃO DO SEMESTRE LETIVO, DA CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS E DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UDESC.

RESOLUÇÃO Nº 025/2006 - CONSEPE

Dispõe sobre o valor do crédito, da duração do semestre letivo, da carga horária das disciplinas e dos cursos de graduação da UDESC.

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições, considerando a deliberação do Plenário relativa ao Processo nº 2006/00004702, tomada em sessão de 11 de setembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - As cargas horárias previstas para a integralização dos currículos dos cursos de graduação da UDESC devem ser cumpridas de acordo com o conceito de hora-relógio (60 minutos) e não de hora-aula, já que estas podem ser variáveis.

Art. 2º - A carga horária de cada disciplina e dos currículos dos cursos de graduação da UDESC devem ser integralizados, em seus currículos mínimos estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais ou de Parecer equivalente, considerando-se horas de 60 (sessenta) minutos.

Art. 3º - A duração da hora-aula na UDESC é de 50 (cinquenta) minutos.

Art. 4º - O valor do crédito de cada disciplina dos currículos dos cursos de graduação da UDESC é de 18 (dezoito) horas.

Art. 5º - Para o cumprimento do artigo anterior, o semestre letivo será composto de, no mínimo, 18 (dezoito) semanas e 108 (cento e oito) dias letivos.

Parágrafo Único – No período letivo de 108 (cento e oito) dias letivos deverão estar incluídas todas as avaliações com os conceitos finais do aluno.

Art. 6º - Os projetos de cursos de graduação deverão obedecer à seguinte relação:

- 1) para componente curricular de 1 crédito, registra-se 18 horas-aula;
- 2) para componente curricular de 2 créditos, registra-se 36 horas-aula;
- 3) para componente curricular de 3 créditos, registra-se 54 horas-aula;
- 4) para componente curricular de 4 créditos, registra-se 72 horas-aula;
- 5) para componente curricular de 5 créditos, registra-se 90 horas-aula;
- 6) para componente curricular de 6 créditos, registra-se 108 horas-aula;
- 7) para componente curricular de 8 créditos, registra-se 144 horas-aula;
- 8) para componente curricular de 16 créditos, registra-se 288 horas-aula e assim, sucessivamente.

Art.7º - O máximo de faltas permitidas ao aluno por disciplina, em até 25% (vinte e cinco por cento), correspondente às horas-aula ministradas passa a ser, com a nova determinação, o seguinte:

- 1) para componente curricular de 1 crédito –18 horas-aula : até 4 faltas;
- 2) para componente curricular de 2 créditos - 36 horas-aula: até 9 faltas;
- 3) para componente curricular de 3 créditos –54 horas-aula: até 13 faltas;
- 4) para componente curricular de 4 créditos - 72 horas-aula; até 18 faltas;
- 5) para componente curricular de 5 créditos - 90 horas-aula; até 22 faltas;
- 6) para componente curricular de 6 créditos - 108 horas-aula; até 27 faltas;
- 7) para componente curricular de 8 créditos - 144 horas-aula; até 36 faltas;
- 8) para componente curricular de 16 créditos - 288 horas-aula: até 72 faltas e assim, sucessivamente.

Art. 8º - O disposto nesta Resolução se aplica a partir da reforma curricular dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e será implantado no sistema acadêmico após a aprovação nos Conselhos Superiores da UDESC.

Art.9º - Os cursos já aprovados e ainda não implantados passarão a ser regidos por esta norma, através das equivalências expressas no Art. 6º desta Resolução e adaptações necessárias para atender às instruções normativas da Pró-Reitoria de Ensino e demais resoluções que normatizam as reformas curriculares.

Art. 10 – O ano letivo de 2007 passará a ser de 108 (cento e oito) dias letivos por semestre.

Art. 11 – As adaptações de todos os cursos da UDESC serão revistas caso a caso.

Art. 12 - Os casos omissos nesta Resolução serão deliberados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

Art. 13 - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Art. 14 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 11 de setembro de 2006.

Prof. Anselmo Fábio de Moraes
Presidente

ANEXO 5

RESOLUÇÃO Nº 005/2006 - CONSEPE
REGULAMENTA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES
NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UDESC.

RESOLUÇÃO Nº 005/2006 - CONSEPE

Regulamenta as Atividades Complementares nos cursos de graduação da UDESC.

O Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no uso de suas atribuições, considerando a deliberação do Plenário relativa ao Processo nº 908/053, tomada em sessão de 20 de março de 2006,
RESOLVE:

Art. 1º - As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências do aluno, inclusive adquiridas fora da universidade.

§ 1º - As Atividades Complementares incluem a prática de estudos e atividades independentes, ações de extensão junto à comunidade, não podendo ser confundidas com estágio curricular obrigatório.

§ 2º - O total da carga horária atribuída às Atividades Complementares deve contemplar de 8% a 10% do total da carga horária mínima do curso definida pela legislação, tanto para as modalidades presenciais e a distância, não podendo exceder este limite.

Art. 2º - Consideram-se como Atividades Complementares os seguintes tipos:

I - atividades de ensino, em que se diferenciam da concepção tradicional de disciplina pela liberdade de escolha, de temáticas na definição de programas ou projetos de experimentação e procedimentos metodológicos;

II - atividades de extensão: constitui uma oportunidade da comunidade interagir com a Universidade, construindo parcerias que possibilitam a troca de saberes popular e acadêmico com aplicação de metodologias participativas;

III - atividades de pesquisa: promove a formação da cidadania profissional dos acadêmicos, o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento compartilhado sobre a realidade e alternativas de transformação;

IV - atividades já discriminadas nos projetos pedagógicos de cursos aprovados antes desta Resolução.

§ 1º - Serão consideradas pertinentes como possíveis de contabilizar como Atividades Complementares de ensino, de extensão, de pesquisa e de administração universitária, as atividades discriminadas no Anexo 01 desta Resolução.

§ 2º - As Atividades Complementares são aquelas feitas com conhecimento da instituição, porém individualmente organizadas para o enriquecimento da formação acadêmica do aluno, sendo discriminadas no Anexo 01 desta Resolução.

§ 3º - Os Centros de Ensino, através das coordenadorias de curso, poderão realizar e normatizar outras atividades complementares dentro dos tipos discriminados nesta Resolução.

Art. 3º - O tipo de atividade acadêmica a ser realizada é de escolha do acadêmico, de acordo com os seus interesses, sob a orientação da coordenação de curso, conforme modelo de requerimento para validação constante do Anexo 02 desta Resolução.

Art. 4º - O aluno poderá realizar as Atividades Complementares da primeira a penúltima fase de seu curso.

Art. 5º - A coordenação de curso emitirá parecer quanto:

- I - ao mérito acadêmico para o aluno e para o curso;
- II - ao item desta regulamentação em que se enquadra o pedido;
- III - ao tempo de duração da atividade;

IV - ao número de créditos ou carga horária concedidos.

Parágrafo Único - A validação será realizada pela coordenação de Curso e expressa pelos quesitos de APTO e NÃO APTO.

Art. 6º - A validação das Atividades Complementares na UDESC, ocorre até o último dia letivo do semestre, conforme Calendário Acadêmico de cada Centro de Ensino.

Parágrafo Único - O aluno deverá comprovar à coordenação de curso a realização das Atividades Complementares, respeitando os prazos estabelecidos pelo Calendário Acadêmico do Centro.

Art. 7º - O aluno deverá realizar os seguintes procedimentos para a validação das Atividades Complementares:

I - autorização prévia da coordenação do curso para freqüentar disciplinas de currículos diferentes da Habilitação/Curso que o aluno estiver cursando;

II - somente serão validadas disciplinas cursadas após o ingresso do aluno no curso em que estiver matriculado;

III - disciplinas já validadas para aproveitamento de estudos não podem ser consideradas para atividades complementares;

IV - participação como bolsista e/ou voluntário em projetos de pesquisa, em atividades de extensão e/ou monitoria, participação eventos culturais, esportivos, artísticos, científicos, recreativos e outros de caráter compatível com o curso de graduação. O aluno deverá apresentar a Declaração do cumprimento das atividades, expedida pelos responsáveis pelas atividades, e/ou Certificados junto à coordenação de Curso para que o mesmo seja validado e em caso afirmativo deverá ser encaminhado à Secretaria Acadêmica para registro no Histórico Escolar.

Art. 8º - As atividades Complementares serão registradas no Histórico Escolar, no semestre em que o aluno entregar o comprovante e solicitar a validação à coordenação de Curso.

Art. 9º - As Atividades Complementares são facultativas para os estudantes matriculados nas matrizes curriculares vigentes e obrigatórias para aqueles matriculados em cursos que já fizeram ou irão fazer reformas curriculares para atender às novas diretrizes curriculares.

Art. 10 - Os casos omissos serão resolvidos em primeira instância no Colegiado de Curso e, em grau de recurso, no Conselho de Centro.

Art. 11 - Esta Resolução entra em vigor a partir da presente data.

Florianópolis, 20 de março de 2006.

Prof. Anselmo Fábio de Moraes
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 005/2006 - CONSEPE - ANEXO 01

Tipos de Atividades Complementares *

Atividades Complementares de Ensino

* Indicador de limite - Curso

Atividades	Pontuação
Disciplinas não previstas no currículo pleno que tenham relação com o curso	A carga horária ou créditos da disciplina (máximo de 8 créditos no curso)
Disciplinas curriculares ou eletivas/optativas de diferente curso e/ou habilitação relacionadas com a área de formação	A carga horária ou créditos da disciplina (máximo de 8 créditos no curso)
Atividades desenvolvidas no PET (Programa de Educação Tutorial)	Cada 30 horas equivale a 01 crédito (máximo de 8 créditos ou 120 horas no curso)
Estágio não obrigatório	Cada 30 horas equivale a 01 crédito (máximo de 6 créditos no curso)
Participação como bolsista ou voluntário em programa de monitoria com relatório de avaliação e/ou declaração professor	Cada projeto equivale a 04 créditos ou 60 horas (máximo de 8 créditos no curso)

Atividades Complementares de Extensão

* Indicador de limite - Curso

Atividade	Pontuação
Participação em Cursos de extensão com certificado de aproveitamento ou freqüência.	Cada 30 horas de participação equivale a 01 crédito (máximo de 4 créditos no curso)
Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, festivais e similares, com relatório de participação e certificado de aproveitamento e/ou freqüência.	Cada 30 horas de participação equivale a 01 crédito, podendo se utilizar o princípio da cumulatividade (máximo de 4 créditos no curso)
Publicação de artigo em jornal, revista especializada e/ou científica da área com corpo editorial.	Cada artigo equivale a 02 créditos ou 30 horas (máximo de 4 créditos no curso)
Produção e participação em eventos culturais, científicos, artísticos, esportivos, recreativos entre outros de caráter compatível com o curso de graduação, que não sejam oriundas de atividades de disciplinas curriculares	Cada evento equivale a 02 créditos ou 30 horas (máximo de 4 créditos no curso)
Participação como bolsista ou voluntário em atividade de extensão com relatório de avaliação e/ou declaração do coordenador	Cada projeto/atividade equivale a 04 créditos ou 60 horas (máximo de 8 créditos no curso)

Atividades Complementares de Pesquisa

* Indicador de limite - Curso

Atividade	Pontuação
Artigo publicado em Periódico indexado;	Cada artigo indexado equivale a 02 créditos. (máximo 08 créditos no curso)
Livro ou Capítulo de Livro.	Cada capítulo equivale a 03 créditos e cada livro a 08 créditos. (máximo 08 créditos no curso)
Trabalho Publicado em Anais de Evento Técnico – Científico; resumido ou completo (expandido);	Cada 02 resumos e cada trabalho completo equivalem a 01 crédito. (máximo 05 créditos no curso)
Textos em Jornal ou Revistas (magazines).	Cada 04 textos equivalem a 01 crédito. (máximo 05 créditos no curso)
Participação como bolsista do Programa de Iniciação Científica PIBIC e PROBIC e voluntário do PIVIC.	Cada participação em projeto de um ano equivale a 04 créditos. (máximo 08 créditos no curso)
Produção e participação em eventos culturais, científicos, artísticos, desportivos, recreativos, entre outros, de caráter compatível com o curso de graduação, que não sejam oriundas de atividades de disciplinas curriculares.	Cada evento equivale a 01 crédito. (máximo 04 créditos no curso)
Participação como palestrante, conferencista, integrante de mesa-redonda, ministrante de minicurso em evento científico: Internacional, Nacional ou Regional.	Cada apresentação em evento Internacional, Nacional e Regional equivale a 03, 02 e 01 créditos, respectivamente. (máximo 08 créditos no curso)
Prêmios concedidos por instituições acadêmicas, científicas, desportivas ou artísticas: Internacional, Nacional e Regional.	Cada prêmio Internacional, Nacional e Regional equivale a 05, 04 e 03 créditos, respectivamente. (máximo 08 créditos no curso)
Participação na criação de Software publicado: Computacional, Multimídia.	Cada software Computacional ou Multimídia equivale a 02 e 01 crédito, respectivamente. (máximo 06 créditos no curso)
Participação na criação de Produto Tecnológico (aparelho, equipamento, fármacos e similares, instrumentos e outros) na forma de Projeto, Protótipo ou Estudo Piloto.	Cada Produto Tecnológico na forma de: Projeto, Protótipo ou Estudo Piloto equivale a 01, 02 e 03 créditos, respectivamente. (máximo 06 créditos no curso)
Participação em Relatórios, processos e pareceres ligados à área de pesquisa em: Analítica; Instrumental; Pedagógica; Processual; Terapêutica; Técnicos.	Cada Relatório equivale a 01 crédito. (máximo 04 créditos no curso)
Participação em restauração de obras (de arquitetura, desenho, fotografia, escultura, gravura, pintura, acervos bibliográficos, trajes ou figurinos e arquivísticos históricos) e similares	Cada restauração equivale a 01 crédito. (máximo 04 créditos no curso)
Participação na elaboração de Mapa, Carta ou similar.	Cada Mapa, Carta ou similar equivale a 01 crédito. (máximo 04 créditos no curso)

Atividades Complementares de Administração Universitária

* Indicador de limite - Curso

Atividade	Pontuação
Participação estudantil nos Colegiados de curso	Cada semestre equivale a 02 créditos (máximo de 4 créditos no curso)

Participação estudantil no Conselho de Centro	Cada semestre equivale a 02 créditos (máximo de 4 créditos no curso)
Participação estudantil na Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão	Cada semestre equivale a 02 créditos (máximo de 4 créditos no curso)
Participação estudantil nos Conselhos Superiores da UDESC	Cada semestre equivale a 02 créditos (máximo de 4 créditos no curso)

Atividades Complementares mistas de Ensino, Pesquisa, Extensão e/ou Administração Universitária

*** Indicador de limite – Curso/semestre**

Atividades realizadas em laboratórios e/ou oficinas da Universidade.	Carga horária de 04 horas diárias, durante um semestre ou equivalente. Cada atividade equivale a 08 créditos, limitada a uma atividade no Curso.
---	---

RESOLUÇÃO Nº 005/2006 – CONSEPE - ANEXO 2

Atividades Complementares – Modelo de requerimento

Solicita autorização à Coordenação de curso através de Requerimento próprio, conforme modelo:

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE

Prezado professor
(a),

Nome _____, aluno (a) do
curso de _____, matrícula
_____ da Universidade do Estado de Santa Catarina, requer autorização para
realizar a Atividade Complementar
_____ com carga horária
_____ no semestre letivo de _____.

Nestes termos,
pede deferimento.

Florianópolis, _____

Assinatura